



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Humanas

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Gizele de Oliveira Martins

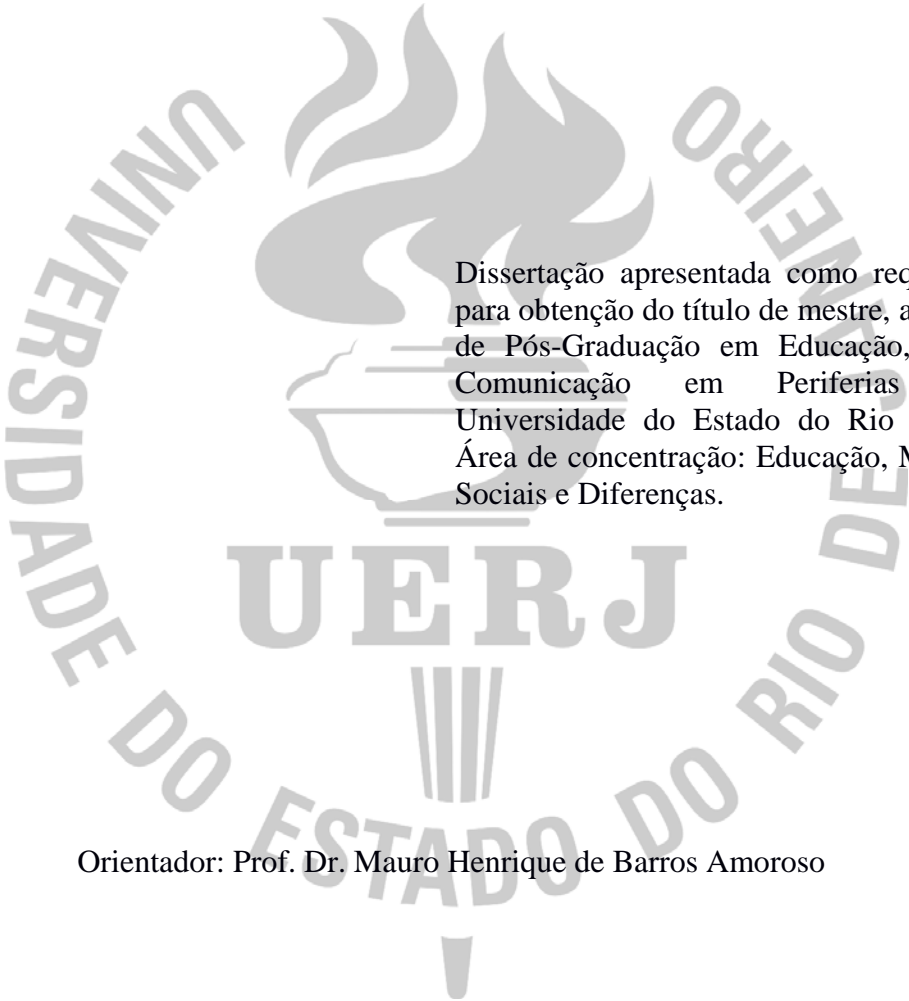
**Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a
luta por liberdade de expressão no conjunto de favelas da Maré**

Duque de Caxias

2018

Gizele de Oliveira Martins

Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por liberdade de expressão no Conjunto de Favelas da Maré



Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de mestre, ao programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Movimentos Sociais e Diferenças.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso

Duque de Caxias

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

M386 Martins, Gizele de Oliveira

Tese Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por liberdade de expressão no Conjunto de Favelas da Maré / Gizele de Oliveira Martins - 2018.
113f.

Orientador: Mauro Henrique de Barros Amoroso.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Liberdade de imprensa - Teses. 2. Serviço de informação comunitária – Teses. I. Amoroso, Mauro Henrique de Barros. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 316.7

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7 / 5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gizele de Oliveira Martins

**Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por
liberdade de expressão no Conjunto de Favelas da Maré**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Movimentos Sociais e Diferenças.

Aprovado em: 20 de junho de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso (Orientador)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Dr. Adair Rocha
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Dr. Adilson Cabral
Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias

2018

AGRADECIMENTOS

Deve ser destacada, nesse agradecimento, a resistência de um povo que luta há mais de 500 anos neste território que recebeu o nome de Brasil. É preciso ressaltar que este espaço chamado favela, e que existe há mais de 100 anos, é fruto do trabalho e da presença dos que vieram arrancados de suas terras para este território em que estamos hoje.

Agradeço por nossas raízes ainda resistirem neste local favelado, pelos costumes coletivos que ainda cultivamos, mesmo diante da tentativa de nos tornarem individualistas. Quero agradecer pela cultura da rua, a brincadeira nos becos e vielas, costumes que só existem porque há muita luta cotidiana para que a ancestralidade seja parte desta realidade, um costume que só existe deste lado da cidade.

Agradeço também porque tenho a oportunidade de viver nesse espaço, por perceber que muitas das memórias não foram apagadas e não foram silenciadas porque existe a luta de um povo que é forte. E, por ser forte, tentaram silenciá-lo e ainda tentam, mas a coletividade é tamanha que torna impossível passar uma borracha sobre esta história, mesmo que os de cima, os ricos, as autoridades, enfim, o queiram.

Este agradecimento também vai para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, mais ainda para a FEBF, a universidade e todo o programa de pós-graduação que resiste na Baixada. A UERJ resiste diante do desmonte das políticas públicas e dos direitos já conquistados pelo povo. Foram anos de greve por melhores condições e contra o sucateamento, porque é ali que estão os negros, indígenas e pobres de todos o território brasileiro que estão tentando alcançar o sonho de um diploma. É preciso lembrar que a UERJ é a pioneira nas cotas, graças à mobilização do movimento negro.

Agradeço, óbvio, à estrutura familiar e comunitária, estrutura que não abrange só os meus de sangue, como minha avó, meus irmãos, sobrinhos, primos, pai, tios, e tantos outros que estão aqui resistindo no mesmo chão mareense, mas também os que são irmãos e irmãs de alma, de energia dedicada à luta antirracista, contra a militarização, pela democratização dos direitos e por uma outra sociedade. Agradeço por aprender com os comunicadores populares, comunitários, alternativos, sindicais, com estes e estas todos os dias, por dividirmos os sonhos de uma comunicação democrática, feita por e para todos os povos.

Neste agradecimento, ainda sem citar nomes, cabe lembrar os coletivos que pertencem ao movimento de favelas, juventudes, familiares de vítimas da violência do Estado, pré-vestibulares comunitários, os grupos que nascem, as oportunidades de troca de saber que

temos a cada encontro, rodas de conversas, reuniões, atos, e também devo agradecer pelo agito e pelo grito que sai da gente nesta cidade do apartheid. MST e os movimentos sem teto, também me acompanham no dia a dia me ensinando a lutar, resistir e a renascer a vida coletiva!

E, para terminar, agora citando alguns nomes, gostaria de agradecer a Claudinha, Leon, Glaucia, Dani, Fransergio, Mauro, Adilson, Adair, Sheilinha, Jeferson, Léo de Magé, Ju Farias, Jessiquinha, Anderson, Naldinho, Josinaldo, Bhega, Claudia Rose, Eliano, Valdirene, Rosilene, Thais, Renatinha, Baltar, Sidney e CDH-Alerj, Artur, Jelena, Ju Lima e Thiago da Artigo 19, amigos e amigas do Sintifrij, Sandra e Thiago do Pacs, Pedro e Soraya da Palestina. Sem esquecer de Andrelino Campos e de Marielle Franco, duas grandes referências para o movimento de favelas do Rio que partiram há tão pouco tempo, nos deixando os seus saberes como ensinamentos, mas deixando também a saudade.

Também quero agradecer todos os outros companheiros e companheiras que durante estes dois anos sempre perguntavam por esta dissertação, orientando, apoiando, lendo, sugerindo, revisando, concedendo entrevistas e esperando o término dela por reconhecer que é fruto de uma luta coletiva e que servirá para reforçar a nossa mobilização contra a censura, contra os Estados terroristas, contra o racismo, contra a militarização e pelo direito à nossa vida aqui no Brasil e em todos os outros territórios que sofrem o mesmo que nós, pois a luta é internacional! Favela vive!!!

quem é você para falar dos meu serros,
tu não me conhece não sabe quem sou
a luta que tive e a fome que minha família
passou onde tava você na hora
do perrengue, porque você não
tava lá seu doutor?
a sociedade hoje fala de mim mas ninguém me ajudou
todo mundo fala que eu ando
armado, ninguém fala que já
tentou me matar
o tempo que o rodo subia o morro pra assassinar
e eu na favela botando
o terror para matar os moleque
pegar o dinheiro desculpa doutor
para chorar minha mãe
chora a deles
primeiro lá no morro o barraco
na chuva descia,
mamãe lavadeira trabalhava em casa de
família papai desempregado
piorava a situação, alcoolizado na
rua sempre de agressão
não tive chance pois não nasci herdeiro
não, só fiz o que achei certo peço a Deus
o perdão
é assim que o
moleque dizia é assim
que o moleque falava
no beco de uma favela
pra um repórter que o entrevistava

MC Pingo do Rap - Barraco noMorro

RESUMO

MARTINS, G. O. *Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por liberdade de expressão no Conjunto de Favelas da Maré*. 2018. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação, comunicação e cultura em periferias urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2018.

O presente trabalho faz uma abordagem reflexiva sobre o impacto que a militarização causou em alguns meios de comunicação comunitários do Conjunto de Favelas da Maré, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. A Maré, construída a partir da década de 1940, é reconhecida por ter uma grande produção de meios de comunicação comunitária: rádios, tevês, jornais, páginas nas redes sociais, entre outros, além dos trabalhos desenvolvidos para a preservação da memória local, como o Museu da Maré. Eles nasceram para valorizar a identidade e a cultura local, além de pautar cotidianamente a defesa dos direitos humanos. Ao longo dos anos, alguns meios comunitários foram censurados, principalmente por relatar casos que envolviam violações causadas pelo poder público. As ações mais recentes ocorreram quando o exército invadiu a Maré para a realização da Copa do Mundo, em 2014. Naquele momento, as mídias comunitárias da Maré só funcionavam com a permissão e a supervisão das forças militares. Este trabalho pretende refletir sobre a censura à comunicação comunitária na Maré nesse período e seus impactos na vida cotidiana dos comunicadores.

Palavras-chave: Favela; Comunicação Comunitária; Liberdade de Expressão; Megaeventos; Exército; Militarização; Censura; Criminalização da Pobreza.

ABSTRACT

MARTINS, G. O. *The militarization of life and censorship of Community Media: the struggle for freedom of expression at the favelas of Maré*. 2018 113f. Dissertação (Mestrado em Educação, comunicação e cultura em periferias urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2018.

This work makes a reflexive approach to the impact of militarization on some community media outlets at Favelas of Maré, at the North Zone of Rio de Janeiro. Maré, built from the 1940s, is known for its significant production of community media: radio stations, TV stations, newspapers, social media pages among others. There are also initiatives developed to preserve the local memory, like the Museum of Maré. These media and initiatives were created to defend the many identities and local culture, in addition to raising the defense of human rights every day. Throughout the years, some community media were censored especially for reporting on cases that involved violations of rights by the State. The most recent actions happened when the army invaded Maré before and during the FIFA World Cup in 2014. During this time, the community media of Maré had to have the permission and supervision of the armed forces to operate. This work reflects about the censorship to community media at Maré and its impact on the lives of community media practitioners.

Keywords: Favela; Community Media; Freedom of Expression; Mega-events; Army; Militarization; Censorship; Criminalization of Poverty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Revista O Recrutinha.....	37
Imagem 2	Revista O Recrutinha.....	38
Imagem 3	Capas do Jornal O Cidadão.....	48
Imagem 4	Capas do Jornal O Cidadão.....	48
Imagem 5	Foto de Matheus Rodrigues.....	50
Imagem 6	Foto de protesto em frente ao caveirão.....	50
Imagem 7	Foto de protesto na Cinelândia.....	51
Imagem 8	Foto de protesto pelas ruas da Maré.....	51
Imagem 9	Cartaz do ato em memória do Menino Matheus Rodrigues.....	51
Imagem 10	Foto de protesto na Linha Vermelha.....	53
Imagem 11	Foto de protesto na Linha Vermelha.....	53
Imagem 12	Foto de protesto na favela Baixa do Sapateiro, na Maré, em 2009.....	53
Imagem 13	Foto de protesto na favela Baixa do Sapateiro, na Maré, em 2009.....	53
Imagem 14	Foto de protesto na Avenida Brasil, altura da favela Baixa do Sapateiro, na Maré, em 2009	54
Imagem 15	Site do Jornal O Cidadão.....	57
Imagem 16	Site do Jornal O Cidadão	57
Imagem 17	Site do Jornal O Cidadão.....	58
Imagem 18	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos	59
Imagem 19	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos.....	59
Imagem 20	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos.....	60
Imagem 21	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos.....	60
Imagem 22	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos.....	61
Imagem 23	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos.....	62
Imagem 24	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos.....	63
Imagem 25	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos	63
Imagem 26	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos.....	64
Imagem 27	Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos.....	65
Imagem 28	Postagem na página do Rio Na Rua sobre clonagem da página do Maré Vive	67
Imagem 29	Postagem na página do <i>Rio Na Rua</i> sobre clonagem da página do <i>Maré</i>	

	<i>Vive</i>	68
Imagem 30	Imagem do site da página da organização Artigo 19.....	78
Imagem 31	Imagem do site da página da organização Artigo 19	79
Imagem 32	Imagem de reportagem sobre Copa do Mundo.....	84
Imagem 33	Imagem de reportagem sobre Copa do Mundo.....	85
Imagem 34	Imagem de reportagem sobre Copa do Mundo.....	85
Imagem 35	Site do Jornal O Cidadão.....	91
Imagem 36	Site do Jornal O Cidadão.....	91
Imagem 37	Redes de mídia comunitária	95
Imagem 38	Como filmar a violência policial na favela com celular.....	95
Imagem 39	Blog A Mareense.....	98
Imagem 40	Blog A Mareense.....	99
Imagem 41	Página do Rolé dos Favelados.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
Ceasm	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
COE	Centro de Operações Especiais
CRP-RJ	Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
Fenaj	Federação Nacional dos Jornalistas
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
GLO	Garantia da lei e da ordem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JMJ	Jornada Mundial da Juventude
MDH	Ministério de Direitos Humanos
NPC	Núcleo Piratininga de Comunicação
ONG	Organização Social
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RENAJORP	Rede Nacional dos Jornalistas Populares
SNC	Secretária Nacional de Cidadania
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	FAVELAS: HISTORICAMENTE À MARGEM DE DIREITOS	23
1.1	Criminalização, remoções e gentrificação em tempos de megaeventos	25
1.2	Os últimos dez anos de militarização da vida no espaço favelado	27
1.3	Maré, um Conjunto de 16 favelas	32
1.4	Impactos dos mega eventos na Maré	34
1.5	Militarização: A invasão do exército no Conjunto de Favelas da Maré, em 2014 ...35	
2	CENSURA EM TEMPOS DE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	41
2.1	Denúncia que incomoda: Comunicação Comunitária da Maré sob o impacto dos megaeventos	41
2.2	Comunicação comunitária, censuras e ameaças na Maré	47
2.3	Não foi caso isolado: Censura em outras favelas militarizadas	72
3	NÃO HÁ LIBERDADE, É PRECISO SE REINVENTAR	75
3.1	“A nossa liberdade de expressão é limitada”: Um direito ainda a ser conquistado na “democracia” brasileira	75
3.2	Narrativa, poder e censura	81
3.3	A censura não foi ‘por acaso’ - Ela é parte da ação de governo, um plano histórico	83
3.4	Sem liberdade, os meios comunitários se reinventam	88
3.5	Comunicação Comunitária: É preciso resistir	96
	CONCLUSÃO	101
	REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é refletir sobre a censura sofrida pelos comunicadores comunitários que atuam no Conjunto de Favelas da Maré, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. A reflexão apresentada aborda o período que o exército invadiu a favela, entre 2014 e 2015, época de realização da Copa do Mundo no Rio e em todo o Brasil¹.

Historicamente, a Maré é conhecida pela organização de projetos e eventos que destacam a defesa da identidade cultural. Entre essas iniciativas estão as mídias comunitárias. Este perfil de comunicação contém, em suas produções, matérias direcionadas à cultura nordestina, negra, indígena, sendo o tema dos direitos humanos o que costuma estar mais presente. Em suas pautas, ao longo dos anos, são também tratadas as questões sobre a defesa da identidade local, além de trabalhar a autoestima dos moradores que pertencem ao conjunto de favelas. O trabalho de mobilização local é outro destaque dos meios comunitários. Todos estes veículos têm como característica a produção feita por moradores locais.

Durante o período em que o exército invadiu e permaneceu na Maré, em 2014 e 2015, qualquer evento cultural ficou proibido de ser realizado sem a permissão do comandante: churrasco na rua; festa de aniversário; jogo de futebol; etc. Foi uma ruptura no cotidiano dos moradores. Como já era habitual, os comunicadores comunitários começaram a relatar essas proibições culturais e tantas outras violações. Fotos, matérias e vídeos foram produzidos quase diariamente sobre cada fato que ocorria. As denúncias eram publicadas em sites, blogs, redes sociais. Mídias nacionais e internacionais replicavam os conteúdos. Além disso, parte destes relatos eram encaminhados a órgãos responsáveis pela defesa dos direitos humanos².

Com o passar do tempo, no entanto, o exército interveio nas ações dos comunicadores. Os que já estavam habituados a realizar trabalhos ligados à comunicação comunitária (como saraus, rodas de conversas e/ou qualquer outro tipo de iniciativa que lidasse com as questões que envolvessem os temas da favela e direitos humanos) passaram a

1 “O Rio de Janeiro passa hoje por uma onda de intervenções e obras digna de Pereira Passos, o prefeito que deu cara ao centro da cidade no início do século 20. Tendo como pano de fundo a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, corredores de ônibus são abertos, instalações esportivas são demolidas, comunidades inteiras são removidas. Naquilo que parece a repetição da mesma história de sempre, o prefeito Eduardo Paes (PMDB) dá roupas novas para um processo já bastante conhecido das cidades brasileiras: a periferização da pobreza”. (PIRES, 2013)

2 Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Anistia Internacional; *Witness*; Artigo 19; Justiça Global; Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

sofrer perseguição por parte do governo brasileiro, que investiu e apoiou a invasão do exército na Maré. Neste período, soldados faziam visitas constantes aos locais em que funcionavam as mídias; identificavam comunicadores nas ruas; revistavam celulares; ameaçavam e até expulsaram comunicadores da Maré.

Para desenvolver essa análise, a dissertação será dividida em três capítulos. No primeiro, será apresentado um breve histórico do surgimento das favelas do Rio de Janeiro. Será abordado ainda como elas sofrem até hoje com a criminalização da pobreza e com o racismo. Além disso, será mostrado como o próprio Estado cria significações preconceituosas e racistas sobre este espaço. No decorrer do capítulo, também será relatado como foram os últimos dez anos de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro e como eles afetaram as favelas cariocas com remoções, gentrificação e militarização.

No mesmo capítulo, será apresentada uma breve reconstrução do surgimento da Maré e suas formas de organização interna. Também será apresentado um breve histórico sobre os impactos dos megaeventos na Maré, além de mostrar como foi a invasão do exército nas 16 favelas que compõem o conjunto e como foi conviver com a militarização cotidiana durante aquele período.

No segundo capítulo, uma breve reflexão sobre o significado da mídia comunitária no Brasil será apresentada, além de diferenciá-la das mídias comerciais³, que estão hoje nas mãos de famílias ricas do país⁴. Depois, serão apresentados e debatidos os diferentes perfis dos meios comunitários que selecionei para a análise: os jornais *O Cidadão* e *Maré de Notícias*, a página *Maré Vive* e o projeto *Cineminha no Beco*. Serão trazidos os relatos colhidos das entrevistas que realizei com comunicadores que foram ameaçados durante a invasão do exército.

3 “Com frequência, a mídia subestima ou ignora as desigualdades fabricadas pelo capitalismo, estreita espaço para visões dissonantes e procura neutralizar o contraditório – principalmente se o contraditório se opõe à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais” (MORAES, 2011, p. 145).

4 “Segundo o Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação, através da pesquisa “Os Donos da Mídia”, apenas 6 grupos de comunicação detêm 667 veículos dentre rádios, jornais e emissoras de TV.” (FELITTE, 2017)

“Aqui no Brasil, o mercado é dominado por gente bem conhecida, cujo patrimônio financeiro não é lá essas coisas comparados a um Murdoch, por exemplo, mas com alta capacidade de manipulação a favor ou contra governos. Na área de TV, salta aos olhos a família Marinho (dona da Rede Globo, que tem 38,7% do mercado), o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo (maior acionista da Rede Record, que detém 16,2% do mercado) e Sílvio Santos (dono do SBT, 13,4% do mercado).

Os Marinho concorrem com Roberto Civita, controlador do Grupo Abril (ambos, [juntos], detêm cerca de 60% do mercado editorial). Já com relação a [jornais] impressos, surgem de imediato nomes como os das famílias Frias (Folha de S.Paulo) e os Mesquita (O Estado de S. Paulo). No Rio Grande do Sul, os Sirotsky (Grupo RBS, controlador do jornal Zero Hora, tevês, rádios e outros diários regionais). Outras famílias também ligadas a famílias de políticos tradicionais comandam parte da grande mídia: os Magalhães, na Bahia; os Sarney, no Maranhão; e os Collor de Mello, em Alagoas.” (OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO, 2015)

Neste momento da pesquisa, a tentativa foi a de entender, a partir das falas dos comunicadores, como essas mídias comunitárias internas e de grande destaque em toda a Maré sofreram censura naquele período e por que o sofreram. Também apresentarei, em imagens e em relatos, exemplos de matérias antigas e veiculadas ao longo dos anos de megaeventos na cidade. Destaco que o histórico de atuação, junto ao que relatavam em 2014 e 2015, pode ter sido a grande causa de terem sofrido tal ataque das forças armadas na Maré.

Junto ao histórico destas mídias, com exemplos de reportagens, postagens e atividades de mobilização, apresento partes das entrevistas que fiz com os comunicadores. Ainda no mesmo capítulo, destaco que a censura a estes meios comunitários e aos comunicadores não foi algo exclusivo da favela da Maré em 2014 e 2015, pois, infelizmente, o mesmo ocorreu em outras favelas que sofreram naquele mesmo momento com a militarização da vida, dando destaque às favelas que estão com as Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs. Refletir sobre o processo da não garantia do direito à comunicação e da falta de liberdade de expressão também será importante para concluir o debate⁵.

No terceiro capítulo, serão mostrados alguns exemplos das novas formas de organização, articulação e produção feitas por muitos dos comunicadores que foram ameaçados em 2014 e 2015. Este momento da pesquisa é dedicado às invenções pós-censura, megaeventos, militarização e tentativas de silenciamento que ocorreram dentro da Maré. O objetivo deste espaço na pesquisa é mostrar que houve luta contra a censura sofrida e surgiram formas de organização para denunciar essa opressão. Também serão apresentadas as novas ferramentas de comunicação feitas por estes mesmos comunicadores depois daquele período de repressão.

5 Artigo 19, Relatório: Violações à Liberdade de Expressão, 2014, entrevista sobre o relatório: “Na categoria comunicadores estão jornalistas, radialistas, blogueiros, repórteres investigativos, apresentadores de televisão, fotógrafos, chargistas e comunicadores comunitários. Já no grupo defensores de direitos humanos figuram lideranças rurais, ativistas ambientais, militantes políticos, líderes indígenas, líderes quilombolas, entre outros. O monitoramento apontou um total de 45 violações graves durante 2013. Esse é um número extremamente preocupante e incompatível com o Estado Democrático no qual hoje vivemos no país”, diz Paula Martins, diretora-executiva da ARTIGO 19 para a América do Sul. Segundo ela, o Estado precisa assumir responsabilidades sobre as violações. “O Estado brasileiro deve se responsabilizar por essa situação e tomar medidas efetivas para evitar que números semelhantes se repitam em 2014.” (ARTIGO 19, 2014)

Mídias Comunitárias da Maré: O Cidadão, Maré Vive, Maré de Notícias e Cineminha no Beco

Os comunicadores escolhidos para ajudar nesta análise pertencem ou pertenceram a quatro dos meios comunitários mais conhecidos que circulam no Conjunto de Favelas da Maré. Alguns destes meios são bem antigos, um tem quase duas décadas, o outro mais de dez anos, já os dois outros são conhecidos por narrar o dia a dia da Maré pelas redes sociais. Um deles é o jornal *O Cidadão*⁶, meio comunitário que existe desde 1999, e é uma criação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), surgida em 1998. Durante 18 anos, a Ediouro, uma das maiores editoras do país e que se localiza na Maré, patrocinou o jornal com as impressões de forma gratuita, o que fez garantir a produção e a distribuição dele por todas as favelas da Maré durante quase duas décadas.

Eram 20 mil exemplares disponíveis por mês. Ao longo de todos esses anos, quase 100 edições do comunitário foram impressas. Espalhadas pelas suas 24 páginas, sempre estiveram presentes editorias de: cultura, educação, música, cidadania, esporte, charges, caça-palavras sobre a história da favela, perfis, memória e direitos humanos. Esta última editoria, a de direitos humanos, foi implementada depois de quase uma década de jornal. Ela foi pensada quando houve a produção de uma matéria principal sobre segurança pública feita pelas ruas da Maré.

O Cidadão tem em seu histórico três premiações: foi contemplado duas vezes pelo Governo Federal com o Prêmio Mídia Livre, do Ministério da Cultura, e uma vez pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que homenageou a equipe do jornal pela cobertura na pauta de direitos humanos.

Para ampliar a reflexão sobre a censura dos meios comunitários durante a invasão do exército, além do jornal *O Cidadão*, escolhi outros três meios de comunicação comunitária que têm grande importância local. Estes meios têm perfis diferentes do *O Cidadão*, pois nasceram em épocas distintas na Maré, e em algum momento tiveram papel importante de mobilizador local na pauta de direitos humanos e defesa da identidade de quem mora no

⁶ “O Cidadão - Jornal do Conjunto de Favelas da Maré: ‘O CIDADÃO’, um dos projetos da ONG Ceasm, busca ampliar e consolidar o direito básico à comunicação aos moradores das 16 favelas que compõem o Conjunto de Favelas da Maré. Isso se dá por meio da produção e circulação do Jornal impresso com tiragem de 20 mil exemplares. A distribuição é gratuita e os principais pontos de entrega são as escolas, as organizações governamentais e não-governamentais, e as associações de moradores.” (JORNAL O CIDADÃO, s.d)

conjunto de favelas. São eles: a página Maré Vive, o jornal *Maré de Notícias* e Cineminha no Beco.

Maré Vive nasceu com um único objetivo: denunciar as arbitrariedades do exército durante os anos de 2014 e 2015. De iniciativa popular, o Maré Vive, diferente do jornal *O Cidadão*, não é tão antigo, já que foi idealizado em 2014. A página de *Facebook* é hoje conhecida por relatar cotidianamente casos de violações de direitos. Junto à página, em abril de 2014, dia da invasão do exército, das Forças Nacionais e do Choque da Polícia Militar, uma rádio livre foi colocada no ar pelos mesmos comunicadores comunitários que organizaram a página na internet.

O Maré Vive também tem um blog, mas apenas um texto está publicado nele, é o manifesto feito por moradores locais no dia da entrada do exército nas favelas. Recentemente, no dia 10 de dezembro de 2016, o Maré Vive recebeu uma homenagem da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj por sua cobertura do cotidiano de invasões e violências cometidas pelo Estado que a Maré sofreu em 2014, e ainda vem sofrendo no dia a dia. Os tipos de notícias do Maré Vive logo incomodaram os comandantes e soldados do exército, e esse meio comunitário passou a ser perseguido constantemente: comentários públicos e mensagens direcionadas aos comunicadores que participavam dele eram frequentes nessa época.

Mais um meio comunitário que está presente nesta reflexão sobre a censura aos comunicadores é o *Maré de Notícias*, que surgiu em 2007. Ele é uma iniciativa da organização Redes de Desenvolvimento da Maré, que se localiza na favela Nova Holanda. Esse jornal é mais focado na favela em que sua sede está. Tem perfil institucional e circula por todo o Conjunto de Favelas da Maré. A equipe foi formada por moradores da Maré e por jornalistas de fora da favela. Por essa organização ter financiamentos de outros projetos, foi possível oferecer pagamento aos comunicadores que atuavam e atuam no *Maré de Notícias*.

Esse meio de comunicação comunitária nasceu para dar destaque a notícias e matérias analíticas sobre o dia a dia da favela, e muitas das suas páginas são dedicadas aos projetos da própria organização que o criou. Nele, encontram-se editoriais de cultura, educação, charges, cidadania, entre outras pautas. Além destes temas, ele também passou a relatar casos de violações nos últimos anos.

Outro meio escolhido para este estudo é o Cineminha no Beco, que existe desde 2013 e funciona em todas as 16 favelas que formam o Conjunto de Favelas da Maré. O Cineminha

no Beco foi idealizado por Bhega⁷, um antigo articulador cultural, cantor e comunicador. Ele é conhecido na favela por sua atuação nas escolas, nas organizações e, principalmente, nas ruas. Sua prática sempre foi focada na divulgação e no fomento da cultura local da Maré.

O Cineminha, seu trabalho mais novo, tem como foco a reeducação sustentável da favela. Com esse projeto, que a cada mês está presente em uma das favelas da Maré, ele recolhe o óleo que as crianças levam, passa filmes e faz brincadeiras com os presentes. Para além do impacto cultural, é também uma forma de sustentabilidade e de reeducação das crianças mareenses, que aprendem a importância da reciclagem, da reutilização de materiais e do cuidado com o descarte de alimentos. Há pouco tempo, em 2016, Bhega saiu em inúmeros jornais da cidade e chegou a ganhar um caminhão com equipamentos de transmissão de filme do programa da Xuxa da rede Record para facilitar as atividades pelas ruas, becos e vielas de toda a Maré.

É perceptível que cada um dos meios comunitários escolhidos têm características diferentes, por isso o interesse de pesquisar esses diferentes meios de comunicação e saber por que cada um deles sofreu censura em tempos de militarização no espaço favelado da Maré. Atuei no jornal *O Cidadão* e no *Maré Vive*, mas atualmente não atuo em nenhum meio comunitário por causa da repressão que sofri durante a época em que o exército esteve na Maré. Esse afastamento não foi voluntário. Para este trabalho, tentei entender e perceber melhor a forma de militância que eles escolheram, como eles passaram por tamanha censura durante aquele período, além de procurar entender como superaram, ou se já superaram, aquele período de intenso ataque à liberdade de expressão.

Nota metodológica: O desafio da pesquisa participante

Realizar tal pesquisa foi desafiador, pois eu sou cria da favela da Maré e, além disso, eu participo da militância interna há mais de 15 anos. Ou seja, estive e estou inserida, o que me fez pensar em estratégias de como conseguir ouvir mais vozes que complementassem e, ao mesmo tempo, se distanciassem da minha fala. Para isso, precisei entrevistar ainda mais pessoas do que eu havia pensado inicialmente, necessitei ouvir outras opiniões de moradores da Maré sobre o período histórico da comunicação comunitária, assim como o período de

⁷ Bhega se chama Lindberg Cícero da Silva, ele é conhecido em toda a favela por seu apelido. Bhega é um antigo morador do Conjunto de Favelas da Maré. Ele é cantor, educador popular e articulador político da favela.

censura em 2014 e 2015. Outro desafio que tive de enfrentar ao longo deste trabalho foi o fato de eu já ter passado por parte destes meios comunitários, afinal, por mais de 15 anos fiz parte do jornal comunitário *O Cidadão* e também estive na produção de notícias nos primeiros meses do Maré Vive.

Eu conheci o jornal *O Cidadão* na época em que estudei no curso Pré-Vestibular Comunitário do Ceasm. Meu sonho era passar para uma faculdade de Jornalismo. Depois de quase quatro anos no curso pré-vestibular, passei pelas cotas de colégio público e renda para o curso de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ao mesmo tempo, consegui uma bolsa para o curso de Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Escolhi a PUC-Rio pela vontade de fazer Jornalismo. Lá, enfrentei os preconceitos de muitos alunos e professores quando se tratava do tema “favela”. Eu, pessoalmente, questionava em sala o tratamento da mídia dado à minha realidade. Foi no pré-vestibular comunitário e na caminhada do Jornal *O Cidadão* que aprendi a não me silenciar diante de qualquer pessoa ou instituição que reproduzisse estigmas sobre a favela.

Sempre observei este jornal *O Cidadão* como mobilizador comunitário. Foram inúmeras as vezes que nós, repórteres do jornal, cobríamos e convocávamos a favela para participar de atos. Alguns ocorriam quando a polícia assassinava jovens moradores, outros em épocas de remoções cometidas pela prefeitura. Fato é que nem sempre a mobilização significava atrair um certo número de moradores nas ruas. A maior preocupação da equipe era a de tentar contribuir para a construção de uma análise crítica sobre o mundo, sobre a sociedade, sobre a realidade vivida pela população local. Os temas das pautas, as matérias, charges e fotos sempre foram escolhidos em conjunto, com todos os colaboradores que formavam a equipe do impresso. A cada escolha de pauta, havia uma discussão crítica e analítica, a ideia sempre foi a de passar essas informações para cada morador e fazer com que cada um pensasse sobre a sua realidade nas mais variadas editoriais. Foram 15 anos de idealização, de produção e de mobilização a partir de um projeto do qual eu também participei e construí junto a outros comunicadores.

A pretensão era que este meio servisse para ser diferente da mídia comercial. O objetivo era identificar sempre os diferentes públicos moradores da Maré e trabalhar nas matérias a identidade local, a valorização cultural e o questionamento às ações de violações estatais. Por ter participado por tanto tempo dele, me senti desafiada a tentar descobrir, a partir da fala de outros comunicadores do *O Cidadão*, como foi o momento de censura para

eles naquele período na Maré. A mesma preocupação tive com o Maré Vive, que, mesmo com pouco tempo de existência e tendo sido curta a minha participação, eu estive inserida na equipe e também sofri as censuras neste comunitário. Por isso, ouvi outras pessoas desta página para saber como foi aquele momento para eles.

O que observo ainda é que, apesar das dificuldades, ser cria da Maré me facilitou nos contatos com todos os comunicadores que entrevistei. Todos eles aceitaram de prontidão dar a entrevista para esta pesquisa. Outra facilidade foi com relação ao acesso aos dados. Tive muitas oportunidades de conversar com os comunicadores, já que os encontrava com frequência, sem contar que acompanho diariamente as postagens de alguns deles. Também me facilitou morar perto das organizações que são sedes de alguns destes meios comunitários, pois pude visitá-los de forma constante para analisar os materiais e o histórico de cada um.

Por causa desses desafios de aproximação e de participação em alguns dos veículos analisados por algum período, aprofundo ainda o debate sobre o “lugar de fala”, trazendo a discussão de como é ser parte de um local criminalizado e tentando mostrar que existem diferenças entre ser jornalista dentro de um espaço empobrecido e ser jornalista fora dele. Afinal, são inúmeras as denúncias e matérias que eu mesma já fiz sobre casos de violações no asfalto carioca. Estando no meu “lugar de fala” poderei acrescentar conteúdo, detalhes e sentimentos próprios do que é ser favelada, mulher e comunicadora dentro do meu próprio espaço de moradia, mostrando uma experiência direta e parcial de quem sofreu e ainda sofre tal censura, pois tenho certeza de que relatar as preocupações por ser comunicadora de um local em que sou e somos moradores é importante para este debate.

Outro fator importante para equilibrar minhas opiniões sobre a censura a estes meios foi a escolha do número de mulheres e de homens para serem entrevistados neste trabalho. Equilibrar as opiniões e tentar dimensionar a forma de censura levando em consideração a questão de gênero é importante. Afinal, podem existir diferenças nas posturas dos soldados e dos comandantes quanto à forma de abordagem. Ao todo foram nove comunicadores entrevistados: cinco mulheres e quatro homens. Entrevistei presencialmente parte dos comunicadores, em locais escolhidos por eles. A ideia foi ainda respeitar o espaço e o lugar de cada um. A outra metade dos comunicadores foi entrevistada presencialmente pelo comunicador comunitário Anderson Caboi, também morador da Maré.

Pensar nos perfis políticos de cada entrevistado foi importante também para distanciar o meu olhar, já que sou militante de organizações anarquistas e tenho as minhas

próprias convicções políticas sobre o que ocorreu naquele período. Alguns dos entrevistados são de partidos políticos de esquerda, outros são anarquistas, alguns já pertenceram ao Partido dos Trabalhadores (PT) e outros não fazem parte de qualquer grupo ou organização citadas anteriormente.

As perguntas foram as mesmas para todos eles. Perguntei primeiro sobre a história de vida, sobre a família, sobre o que significava a Maré, sobre como eles caracterizavam a comunicação comunitária, se eles e elas se sentiam livres para se expressarem, se comunicarem e mobilizarem. Também questionei se foram censurados em algum momento enquanto comunicadores em 2014 e 2015, e como eles se comportavam a cada censura. Indaguei quais alternativas eles tinham para diminuir a censura, como se protegiam das ameaças, se eles recuavam em relação às publicações de denúncias nas suas mídias, se tinham contatos com organizações de direitos humanos internos e externos na Maré para aumentar o apoio. Ou seja, também procurei saber que medidas eles tomavam a cada censura sofrida durante este período.

A comunicadora comunitária Thais Cavalcante, moradora do Parque Maré, iniciou sua atuação na comunicação comunitária depois da participação como aluna no Primeiro Curso de Comunicação Comunitária do *O Cidadão*. Thais é hoje estudante de jornalismo e está presente nos mais variados movimentos sociais da cidade.

Valdirene Militão é moradora do Piscinão de Ramos, tem um sonho de ser jornalista e, assim como Thais, atua no *O Cidadão* desde que participou como aluna do primeiro curso de comunicação comunitária do jornal. Valdirene exerce um trabalho importante nas favelas, periferias e em toda a cidade com o tema de plantio, reciclagem e vida saudável.

Josinaldo Medeiros, morador da Vila do Pinheiro, é um articulador cultural, cineasta, já fez inúmeros documentários sobre periferias, favelas, cultura, música e outros temas que envolvem essa realidade. Ele hoje é do *Maré Vive* e de diferentes outros meios de articulação comunitária espalhados pela cidade.

Outro entrevistado foi Eliano Felix, jornalista e comunicador comunitário, morador da Vila do João, que esteve no jornal *O Cidadão* por mais de oito anos e atuou no *Maré Vive* em 2014.

Naldinho Lourenço é fotógrafo, já colaborou por muitos anos em parte dos meios de comunicação comunitários da Maré, tem uma longa jornada como fomentador da fotografia popular e hoje se dedica ao *Maré Vive* e à *Loja Na Favela*.

Bhega Silva é articulador cultural e tem grande experiência tanto no tema da cultura e da favela quanto da música consciente. Ele já atuou na *Rádio Maré*, já foi entrevistado inúmeras vezes pelos repórteres do *O Cidadão* e do *Maré de Notícias* e faz parte hoje do *Cineminha no Beco*.

Rosilene Miliotti é fotógrafa, jornalista e comunicadora comunitária, participou por anos do *Maré de Notícias* e faz coberturas de várias pautas nas favelas e em todo o Rio de Janeiro.

Renata Souza, moradora da Nova Holanda, também fez parte durante uma década do *O Cidadão*. Escolhi entrevistá-la porque, além de seu histórico de atuação e militância, ela fez pesquisas sobre esse assunto. Renata é doutora no tema da comunicação comunitária mareense.

Claudia Rose, professora, diretora do Ceasm e do Museu da Maré, também tem grande memória sobre o tema da comunicação comunitária, afinal é uma das pessoas que fez nascer os mais variados tipos de mídias comunitárias em diversas favelas da Maré.

Decidi entrevistar essas pessoas com diferentes perfis para que eu conseguisse me distanciar, aprender e refletir com um conteúdo que acabou sendo, muitas das vezes, diferente das minhas próprias opiniões e análises pessoais sobre o processo de censura na Maré. Minha decisão se relaciona com uma fala do sociólogo Howard Becker (2010, p. 17), em que ele diz:

Mas as pessoas que trabalham numa área podem ter resolvido o problema de modo inteiramente satisfatório para elas, e assim, sequer pensam nele como um problema, enquanto para outras pessoas ele parece um problema insolúvel. Isso significa que eles podem aprender alguma coisa com os primeiros.

Através das entrevistas com esses comunicadores apresentados acima, desenvolvo melhor o conteúdo da pesquisa ouvindo opiniões distintas, aprendendo com outras experiências e análises, vendo e tratando cada um deles como parte da construção destes meios comunitários que, durante muito tempo, foram próximos a mim. “É o que envolve o antropólogo quando ele decide pesquisar a sua própria sociedade, procurando encará-la de uma forma nova, experimentando o ‘estranhamento’ dentro da sua própria cultura (DUARTE e BARROS, 2006, p. 100).

Diante desses detalhes descritos acima por mim, narrando tanto as dificuldades quanto a facilidade de ser cria, fui influenciada a trabalhar com o método da observação participante. Pois, durante o ano de 2014 e 2015, fui orientada por organizações de direitos humanos, a recuar com a minha atuação nos dois veículos comunitários dos quais eu

participava na época. Alguns autores ajudam a compreender o que é a observação participante na prática. O antropólogo James Clifford (1998, p. 33-34), por exemplo, diz:

A observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos; de um lado captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. (...) Entendida de forma literal, a observação participante é uma fórmula paradoxal e enganosa, mas pode ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, como uma didática entre experiência e interpretação.

Clifford (1998) fala sobre a potencialidade interpretativa e de compreensão da sociedade a partir da observação participante. Becker (2010, p. 18) complementa este pensamento. Ele diz, por exemplo:

[...] Precisamos - ou pelo menos queremos - sobre outras pessoas e lugares, outras situações, outras épocas, outros estilos de vida, outras possibilidades, outras oportunidades. Assim procuramos ‘representações da sociedade’ que outras pessoas nos falam sobre todas essas situações, lugares e épocas em que não conhecemos em primeira mão, mas sobre as quais gostaríamos de saber. Com a informação adicional, podemos fazer planos mais complexos e reagir de uma maneira mais complexa às nossas situações de vida imediata.

Assim como explicado por Becker (2010), a reflexão sobre o período e a análise sobre as entrevistas me ofereceram conteúdos adicionais sobre aquele momento. Como comunicadora e moradora, mesmo estando afastada das atividades dos meios comunitários da Maré, um desafio foi me deslocar do que aprendi historicamente nesse local. Ao mesmo tempo, meu conhecimento serve de complemento às percepções estudadas neste trabalho.

1 FAVELAS: HISTORICAMENTE À MARGEM DE DIREITOS

São mais de cem anos de favelas, há mais de um século que elas resistem à criminalização da pobreza e ao racismo⁸ no Brasil. A primeira a ganhar o nome de favela, o Morro da Providência, surgiu na década de 1880, quando se escrevia: Favella. As favelas começaram a marcar a paisagem urbana em um momento em que as autoridades da época estavam preocupadas em tornar a cidade do Rio de Janeiro uma grande força do capital. Foi época de expansão da cidade, de seu comércio, de modernização.

Em 1888, é abolida a escravatura e essa população negra, que foi roubada de seus países do continente africano e escravizada no Brasil, quando “liberta” continua a lutar por outros direitos, entre eles, o de moradia. Segundo Campos, “no processo de expansão das favelas, temos de levar em consideração o rumo que tomaram os grupos de negros que habitam a área central da cidade após o processo abolicionista” (CAMPOS, 2005, p.73). Além da população negra que ocupou esse espaço favelado e outros moradores da cidade do Rio de Janeiro, migrantes principalmente do nordeste brasileiro e de outras cidades fluminenses passaram a ocupar os morros da cidade.

Sem cidadania, moradia, educação e saúde, as favelas passaram a ser uma solução para a falta do direito à moradia para essas populações. Os favelados só construíram seus barracos, vida cultural e o trabalho alternativo ao longo do tempo. É importante lembrar também que as favelas surgiam em espaços próximos aos locais de trabalho dessa população pobre.

De acordo com o Censo 2010, existem aproximadamente 800 favelas espalhadas por todo o Rio de Janeiro⁹. Historicamente, as autoridades nunca trataram esses espaços como

8 “O racismo é vivido como experiência complexa e multidimensional, com duas faces principais: a de uma definição negativa do negro (a face racial) e a de uma definição negativa de favelado (a face social). São definições complementares e quase indissociáveis. a hesitação constante entre uma e outra reprime a dificuldade em interpretar as verdadeiras causas do racismo. O racismo ‘racial’ é no Brasil no mais das vezes latente, sutil e raramente assumido como ideologia. A raça no entanto permanece como categoria de ordenamento das relações com alteridade, vale dizer como categoria de “discriminação”. Esta adquire expressões e significados variados. Constata-se uma espécie de discriminação “passiva”, que indica o atraso do imaginário coletivo em reconstruir o novo lugar ocupado pelos afro-brasileiros nas sociedades”. (PERALVA, 2000, p. 66)

9 “O Rio de Janeiro é a cidade com a maior população vivendo em aglomerados subnormais do país, revela o estudo do Censo 2010 sobre o tema, divulgado nesta quarta-feira pelo IBGE. São 1.393.314 pessoas nas 763 favelas do Rio, ou seja, 22,03% dos 6.323.037 moradores do Rio. A cidade fica à frente inclusive de São Paulo, cuja população nas favelas e loteamentos irregulares é de 1.280.400, embora a capital paulista tenha mais aglomerados subnormais do que a fluminense, 1.020 ao todo.

uma solução inventada por esse povo empobrecido. Os governantes nunca se responsabilizaram pelas condições de miséria e pobreza que essa população foi e é obrigada a conviver até os dias atuais. Pelo contrário, há mais de cem anos os favelados são responsabilizados pelos governantes por suas condições precárias.

De um ponto de vista formal, a sujeição criminal refere-se a um processo social pelo qual se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa é não só verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade. (MISSE, 2014, p.84)

Ou seja, há uma caracterização sobre o sujeito, sobre o indivíduo e esse estigma se dá principalmente com relação aos corpos que são moradores de favelas. Parte dessa criminalização é causada pelo Estado, pela mídia e pela sociedade. Uma pequena mostra de como o Estado criminaliza a população de favela e a identifica como margem é quando estudos históricos produzidos por instituições estatais afirmam que essa população é “atrasada”, e isso justificaria as suas péssimas condições.

Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição, e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população. (...) O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pôde aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantirem nível decente de vida. Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação que estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora (...). (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1949, p. 8-11)

O que se pode perceber é que a forma de descrição da população favelada não mudou muito com o passar dos anos, pois o IBGE no Censo 2010 mostra que ela é um ‘aglomerado subnormal¹⁰’. O Estado tem caracterizado em algumas publicações e relatórios oficiais, portanto, que a população favelada é preguiçosa e não vai em busca da riqueza, não melhora as suas próprias condições sociais porque não tem interesse. Termos que, segundo lideranças e militantes desses espaços, representam a favela como um problema social e não como uma grande solução para a falta do direito à moradia. Mais uma vez, os governantes não problematizam a existência da favela e continuam colocando os favelados como responsáveis pelo crescimento das favelas e pela falta de qualquer direito.

Os números do Rio denotam um dado preocupante, que mostram que as políticas habitacionais estão longe de atender à demanda por moradias na cidade. Se comparados com os números do Censo 2000 do IBGE (quando havia 1.092.283 moradores de favelas no Rio, ou 18,65% dos habitantes do município), o crescimento da população em aglomerados subnormais em 10 anos foi de 27,65%, enquanto a cidade regular, excetuando os moradores das favelas, cresceu a um ritmo oito vezes menor, apenas 3,4%, passando de 4.765.621 para 4.929.723 nesses dez anos.” (GALDO, 2011)

10 “O Rio de Janeiro é a cidade com a maior população vivendo em aglomerados subnormais do país, revela o estudo do Censo 2010 sobre o tema, divulgado nesta quarta-feira pelo IBGE. São 1.393.314 pessoas nas 763 favelas do Rio”. (GALDO, 2011)

O processo de expansão das favelas esteve sempre associado à questão habitacional (a produção de moradias muito abaixo da demanda da população por este bem) e, em geral, acusam-se os moradores das favelas de “incapacitados” a adaptar-se à dinâmica do capitalismo. Entretanto, para o favelado, excluído do mercado formal de trabalho há muito tempo, morar em favela representa não apenas uma questão habitacional e sim uma alternativa de moradia dotada de características altamente vantajosa; está fora dos padrões institucionais e dentro das possibilidades concretas de cada favelado. (VALLADARES *apud* CAMPOS, 2005, p.72)

A criminalização da pobreza, a gentrificação¹¹ e a limpeza urbana cometidas pelas autoridades sempre foram praticadas com o objetivo de afastar os pobres dos grandes centros. Nas décadas posteriores, com o aumento do número de favelas na cidade, a prática de limpeza urbana cometida pelas autoridades passou a ser cada vez maior. O interesse era eliminar todas as favelas do Rio de Janeiro em uma década. “A ditadura deflagrou conflitos entre os bairros burgueses e as favelas e entre a polícia e a juventude favelada que continuavam a vicerar três décadas mais tarde”. (BAKER, EECANAY e O'HARE, 2006, p. 115)

Ou seja, o que parece é que a lógica estatal sempre foi a de remover e afastar os favelados dos grandes centros, ao invés de garantir qualquer condição humana de moradia e qualquer outro direito aos favelados.

1.1. Criminalização, remoções e gentrificação em tempos de megaeventos

Trazendo para os dias atuais, é possível perceber que houve poucas mudanças no que se refere ao tratamento do Estado aos moradores de favelas. Mais de um século depois,

11“(...) Existe uma dificuldade em traduzir a palavra *gentrification* para além do idioma no qual o termo foi criado. (LEES, 2012). A palavra em português, gentrificação, é geralmente entendida como o processo de mudança no estoque imobiliário, nos perfis residenciais e padrões culturais, de maneiras semelhantes aquelas bem documentadas nas cidades da América do Norte, Europa e América Latina (MENDES, 2011) (CALDEIRA, 2000). Como nas cidades da América do Norte e do Leste Europeu, processos de gentrificação estão inegavelmente presentes na cidade do Rio de Janeiro. O presente artigo investiga a possibilidade de que estejam ocorrendo múltiplas formas de gentrificação em diferentes níveis, em diferentes regiões da Cidade, envolvendo diferentes atores e com diferentes resultados. Tais dinâmicas imobiliárias, distintas porém relacionadas, apontam para a inadequação de uma gentrificação singular. Assim, proponho aqui um uso do termo no plural: gentrificações. Essa abordagem permite análises mais complexas e sólidas dos processos observados em uma literatura extensa sobre gentrificação.

Até o anúncio de que a cidade do Rio de Janeiro seria sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, as características residenciais no nível dos bairros eram determinadas por aluguéis relativamente estáveis e no acesso a serviços, com diferenças significativas baseadas na proximidade de mercados de trabalho, sistemas de transporte, acesso a amenidades culturais, ambientais e talvez, mais importante, a diferença entre mercados formal e informal (CARDOSO & LEAL, 2010; QUEIROZ RIBEIRO, 1996). Os *gentry*, como eram chamados, mantinham-se refugiados em seus domínios socioespaciais em uma sociedade radicalmente desigual, com pouca necessidade de revanchismo espacializado, que caracterizou algumas cidades nos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990 (SMITH, 1996). Como Caldeira (2000) mostrou no caso de São Paulo e Ferraz (2008) no caso do Rio de Janeiro, a emergência de cidades “muradas” no Brasil reflete atitudes com relação à mistura de classes no espaço urbano. A falta de vontade entre a classe média para entrar nas favelas e desenvolver a propriedade através de *sweat equity* limitou a dinamização da gentrificação. (...)” (GAFFNEY, 2014).

focando nos últimos 10 anos, é visível que as favelas cariocas passaram por grandes e fortes transformações que alteraram a vida de muitos moradores. A cidade do Rio de Janeiro recebeu inúmeros eventos esportivos: Pan-Americano, em 2007; Copa das Confederações, em 2013; Copa do Mundo, em 2014; Olimpíadas, em 2016; entre outros. Esses jogos e os interesses imobiliários foram grandes responsáveis pela alteração na vida de inúmeros favelados espalhados por toda a cidade do Rio.

Em 2009 (UPPRJ, s.d.), jornais comerciais publicaram que a prefeitura removeria 119 favelas do Rio de Janeiro (BASTOS e SCHMIDT, 2010). A notícia saiu na mesma semana em que foi divulgado que o Rio seria sede da Copa e das Olimpíadas. É importante lembrar que muitos moradores só ficaram sabendo que sofreriam remoções pelos telejornais da cidade, não houve aviso prévio por parte da prefeitura. Os moradores tiveram que se organizar rapidamente. As primeiras plenárias conseguiam reunir mais de 800 moradores na Pastoral das Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro (MEGAEVENTOS, 2011). Mas, logo, as promessas de indenizações e as disputas internas, ocasionadas também pelas autoridades, começaram a atrapalhar o movimento que lutava contra as remoções.

Ocorreram inúmeros atos na cidade¹², fechamento de pistas, manifestações pelo Centro em frente à prefeitura do Rio de Janeiro, próximo às favelas, além da tentativa de articulação com os movimentos tradicionais da cidade. Para além da movimentação da favela e da articulação com os movimentos sociais, existia, ainda, a tentativa de diálogo com o antigo prefeito Eduardo Paes e o secretário municipal de habitação da época, Jorge Bittar.

Mas, com o passar do tempo, a prefeitura invadiu as favelas demolindo habitações¹³ e deixando esses locais em cenário de guerra. Algumas casas foram derrubadas, outras destruídas pela metade. A interação e a convivência locais passaram a ser ameaçadas a cada ação desastrosa da prefeitura. Algo criticado hoje pelos moradores e lideranças que lutaram contra as remoções é que a prefeitura, como uma forma de desarticular a favela, oferecia mais dinheiro de indenização a lideranças políticas e comunitárias, deixando outros

12 Moradores do Horto, Zona Sul do Rio, protestam contra remoção de casas: Manifestação circulou por vias do bairro na noite desta sexta-feira (26). 525 famílias devem ser removidas após nova delimitação do Jd. Botânico (MORADORES, 2013).

Milhares de famílias ameaçadas de despejo no Rio (GRANJA, 2012).

13 “O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro lança a quarta versão do Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro. A primeira versão, lançada em março de 2012, traçou um quadro abrangente das situações de violação dos direitos humanos relacionadas às intervenções da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, envolvendo as questões da moradia, mobilidade, trabalho, esporte, segurança pública, informação, participação e economia. Infelizmente, passados já três anos daquele lançamento, pode-se constatar o agravamento das situações denunciadas.” (CHILDRENWIN, 2015)

moradores da mesma localidade sem nada ou com valor bem inferior. Era grande o esforço dos favelados de resistir às remoções, mas também era muito grande o interesse imobiliário, comercial, e as forças estatais para acabar com as favelas.

Não por acaso, o poder público já cumpriu parte da promessa, pois a prefeitura do Rio de Janeiro, até 2015, conseguiu remover a metade da lista apresentada seis anos antes¹⁴. Esse espaço favelado, que vive à margem da sociedade e que é um produto do próprio Estado, como vimos, se constrói por mais de cem anos. Há mais de um século que a população favelada resiste diariamente no Rio de Janeiro. Ela convive com a segregação dentro de uma cidade que se mostra cada dia mais excludente. As remoções que ocorreram nos últimos dez anos não são uma novidade para quem vive nesse espaço. Campos (2005) diz que as remoções são históricas e servem como forma de afastamento do pobre para “valorizar” certas áreas:

Entendemos como desconstrução do espaço favelado a ação do Estado associadas aos interesses das classes dominantes, quando esses dois agentes impõem, de maneira compulsória, o deslocamento forçado da população mais pobre de uma determinada área da cidade, visando reassentá-la em áreas distantes. Essa política visa, tão-somente, à valorização da área desocupada para futuros empreendimentos, sejam eles públicos ou privados (CAMPOS, 2005, p. 66)

Militarização, remoção, gentrificação e criminalização são práticas constantes e históricas do Estado. Acompanhando esses últimos dez anos nas favelas, é possível perceber que qualquer movimentação que nasça no espaço favelado é criminalizado, rejeitado e ordenado indiretamente e diretamente pelos governantes de acordo com seus interesses imobiliários e ideológicos.

1.2. Os últimos dez anos de militarização da vida no espaço favelado

Para além do histórico de remoções das favelas e dos grandes impactos sofridos nos últimos dez anos por causa dos megaeventos, atualmente, 38 favelas têm sofrido com a presença da Unidade de Polícia Pacificadora. As UPPs começaram a ser implementadas nas favelas cariocas em 2008 como um projeto político do Governo do Estado¹⁵, da época do

14 De acordo com dados retirados do relatório do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, em um curto período de tempo, de 2010 até 2015, mais de 77 mil pessoas foram removidas de suas antigas casas em nome de grandes obras para a realização dos megaeventos.

15 Aciono neste trabalho, as análises de Menezes (2015) e Barros (2016), que não adotam a noção de política pública para se referir às Unidades de Polícia Pacificadora. Ambas as autoras se referem às instalações das UPPs como um projeto ou como um programa do campo da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro.

governador Sérgio Cabral, junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que, até o ano de 2016, foi comandada por José Mariano Beltrame.¹⁶

Para a implementação das UPPs dentro das favelas, vários acordos e parcerias foram feitos. Muitas empresas e instituições públicas investiram em pesquisas, além do apoio na visibilidade delas dentro das favelas. No site oficial da UPP eles explicam: “as comunidades pacificadas contam com projetos e serviços prestados por parceiros das UPPs, nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte, cidadania, infraestrutura e capacitação.” Algumas destas organizações continuam sendo: Caixa Beneficente; Rádio Roquette Pinto; Coca-Cola Brasil; Senac; Odebrecht; CBF; Light; Instituto Pereira Passos; FIRJAN; Projeto Santa Música Faz; LBV; Sebrae; Rio Top Tour; Viva Rio; Ação Social pela Música do Brasil; Consulado Geral dos EUA; Associação Internacional de Lions Clube (UPP/RJ, s.d).

O programa de segurança pública que deu origem às UPPs começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul. Desde então, 38 UPPs já estão implantadas e atualmente a Polícia Pacificadora conta com um efetivo de 9.543 policiais.(UPP/RJ,s.d.)

Junto às UPPs veio a promessa da entrada de “outros direitos”, observando que eles seriam apenas garantidos em favelas com UPP e a partir da permanência delas dentro dos locais escolhidos. Essa situação mostra, mais uma vez, que a lógica estatal de cidadania, quando se pensa em favela, é só com entrada de polícia. Não por acaso, portanto, o programa para a entrada de outros direitos se chamava ‘UPP Social’. Esta dita política deveria ser parte do programa das UPPs, mas não avançou por falta de verbas, segundo informações do próprio antigo governante.

As ações serão realizadas em conjunto com a prefeitura, iniciativa privada e sociedade civil. Segundo Henriques, a ideia é que, até 2016, quando a cidade será sede das Olimpíadas, os moradores dessas áreas tenham as mesmas oportunidades de serviços ofertadas pelo poder público. (BRUNET, 2010)

Parcerias com cinco pesquisadores na área de segurança pública e favelas foram feitas para que eles apoiassem e apontassem as formas de entrada e interlocução com as favelas. O Viva Rio, citado acima como uma das parceiras, teve e tem grande participação na implementação deste programa policial do governo dentro das favelas. A partir destas pesquisas, eles pensaram na UPP Social, tendo a polícia como agente não só com a sua função de controle interno, mas cumprindo outras funções, seja em salas de aula, nas culturas de ruas etc. Tal método foi bastante questionado por outros profissionais, por favelados e por muitas organizações de direitos humanos.

¹⁶ “A escolha da cidade para sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos teve como consequência imediata uma série de propostas de políticas de renovação urbana. De modo geral, os projetos têm como alvo privilegiado áreas urbanas consideradas estratégicas pelo poder público por seu potencial econômico e turístico. Muitas delas coincidem com espaços de habitação popular, particularmente as favelas, o que justifica as ações diretas do Estado nesses locais”. (CUNHA& MELLO , 2011, p. 372)

A UPP Social tinha como objetivo contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos territórios pacificados; promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios; efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade. (RIO DE JANEIRO, 2013)

Ou seja, a cidadania deveria chegar apenas a partir da e com a polícia, com o interesse de, mais uma vez, preparar a cidade para os grandes eventos.

Tal concepção significa, novamente, tratar este espaço a partir de uma lógica racista, que reconhece a favela como criminosa e não como um local que sofre cotidianamente, há mais de um século, com a violência de não ter, garantidos pelo Estado, seus direitos a: vida, educação, moradia, saúde, cultura, comunicação, etc. Sem dúvida, este foi um projeto duramente criticado por lideranças de favelas na época da sua implementação.

A simples ideia de que estas áreas precisam ser pacificadas indica que os moradores, em conjunto, são vistos com extrema desconfiança, seja pelo restante da população urbana, seja pelas instituições de manutenção da ordem pública. (Guerra e paz são referências binárias que tipificam amigos/inimigos, presença/ausência de perigo, sem maiores refinamentos classificatórios. Assim, pouco importa que os moradores dessas áreas estejam longe de ser todos pobres e miseráveis, e que constituam, na realidade, uma população bastante heterogênea, que abriga apenas uma ínfima minoria de criminosos.) (MACHADO, 2010, p. 4)

Ou seja, o próprio Estado promove a remoção de pobres e a invasão das UPPs nas favelas, o que trouxe grandes transtornos à vida cotidiana dos moradores. São impactos que mexeram e ainda mexem com a estrutura não só da favela em seu território, mas na vida emocional, subjetiva e identitária de cada favelada e cada favelado. É importante ressaltar que trago as remoções e as UPPs para esta reflexão em função de elementos atuais que ambas as intervenções estabelecem para a vida das faveladas e dos favelados. Ainda que as UPPs se configurem enquanto um projeto mais novo do que as remoções, me baseio aqui nas análises de Magalhães (2013), para quem as remoções de favelas passam por constantes atualizações no Rio de Janeiro. Ele se refere à “redefinição ou reatualização da remoção de favelas como um problema público” (MAGALHÃES, 2013).

Junto com a classe dominante, eles expulsam e militarizam a vida favelada. A militarização se dá quando há o uso das forças policiais e do exército para controlar as vidas empobrecidas, fazendo uma alteração completa na vida cotidiana de um determinado local. É um controle institucional dos setores públicos e da cultura de um local, ocorrendo quando há interferência, por exemplo, em escolas, postos de saúde, igreja, organizações, além de revistas diárias aos moradores, revistas nas casas, proibições da cultura local como músicas, danças, bailes, festas de ruas, etc.

Quando se coloca em questão o papel da polícia enquanto agente sancionador de regras, é preciso problematizar, primeiro, como são construídas as regras que regulam a vida cotidiana. Para pensar sobre essa questão, uma das dimensões importantes refere-se às regras para uso de espaços coletivos, e às regras para realização de eventos. Neste caso, a pesquisa capturou situações em que a polícia estaria atuando em uma espécie de zona cinzenta, na qual o

limite entre a discricionariedade e o arbítrio é sempre muito tênue. Não apenas o baile funk, já lembrado, mas outros eventos recreativos têm sido objeto de controle e às vezes de censura por parte da polícia. Neste caso, importa considerar que uma das reclamações constantes tem sido a de que essas regras são ditadas de cima para baixo, havendo pouca margem para negociação e interlocução com os moradores. (BURGOS *et al.*, 2011, p. 76)

Esse uso ostensivo das forças passou a dificultar o histórico de resistência de muitas favelas, pois o cotidiano favelado não era mais possível diante da militarização. Houve uma interrupção no dia a dia favelado. Nestes últimos dez anos, muitas favelas já passaram ou estão sofrendo esse processo agora. Das e Poole (2004) acionam as reflexões de Weber (1978) para se referirem ao modo como o uso da força pelo Estado se faz de forma legítima: “a força é considerada legítima apenas se ele foi permitido pelo Estado ou prescrito por ele”. Ainda é relatado que “a alegação do monopólio estatal moderno sobre o uso da força é tão fundamental para ele e seu personagem de jurisdição obrigatória e operação contínua” (WEBER, 1978 apud DAS e POOLE, 2004), o que demonstra que para a continuidade do poder estatal, investir nas UPPs é, de acordo com a sua prática, legítima para o aumento do controle de uma população em um momento de realização dos megaeventos na cidade. Ou seja, as UPPs tiveram um prazo de validade¹⁷.

Voltando ao passado curto das favelas, é possível afirmar que a militarização da vida sempre esteve presente nas favelas. A presença da polícia como um dos únicos “direitos” garantidos nesses locais sempre existiu, invadindo ruas, matando a juventude negra e pobre e interferindo no dia a dia desses espaços. Com a chegada das UPPs, a vida piorou nas 38 favelas¹⁸. Relatos de moradores mostram que a atuação desta chamada polícia cidadã é de massacre, de tiroteios constantes.

Diálogo não se busca com intervenção armada, é como se estivesse declarada uma guerra aos pobres. (...) Eu me sinto muito desgastado com várias situações, desde o direito de ir e vir, como senhoras de 60 anos dizendo até que a gente vive o pior momento no Jacarezinho. Acho que isso tudo é por causa dos megaeventos.¹⁹

17 Como destaca Farias (2014), nas “margens” estudadas por Das e Poole (2004), “a questão da origem da lei emerge não como o mito do Estado, mas na forma de homens cujas habilidades para representar o Estado ou para aplicar suas leis estão localizadas em uma disposição para se mover impunemente entre o que aparece na forma da lei e práticas extrajudiciais” (FARIAS, 2014. p.16).

18 Segundo Barros (2016. p. 43), “desde 2008, com a implementação das UPPs, a forma de gestão das favelas cariocas tem mudado a partir da implementação de um policiamento dito de proximidade. Nesses espaços, novos dispositivos estão sendo gestados para exercer um controle cada vez maior sobre os corpos, no sentido biopolítico de Foucault, sendo possível identificá-los em diferentes procedimentos – formalização de serviços públicos e privados; disciplinamento das condutas; estabelecimento de normas e regras de gestão do cotidiano – que contribuem para um processo amplo e irrestrito de militarização da vida”.

19 Fala retirada do vídeo ‘Contagem Regressiva, Controle Urbano’, <https://www.youtube.com/watch?v=OoblOhnXCyE&t=561s> (14 de agosto de 2017)

A polícia, além de obrigar as pessoas da favela a mudarem os seus comportamentos, (por exemplo, a fala, a cor do cabelo e as roupas), também interfere nas atividades culturais, com a proibição dos bailes funks e das festas nas ruas²⁰. Também há a proibição da circulação dos mototaxistas, Kombis e vans que formam o serviço de transporte alternativo, o que é considerado fonte de renda para muitos moradores e oferece apoio para a circulação na favela, já que a ausência de transporte público é e sempre foi grande.

Para além das remoções forçadas como um projeto realizado pela prefeitura, ainda havia a “remoção camuflada”²¹, como chamada pelos moradores, pois a legalização da luz, da água e dos impostos passa a ser um dos grandes problemas enfrentados pelos habitantes locais quando a UPP chega nas favelas. Com estas legalizações, o terreno encarece, os moradores não conseguem mais arcar com o aluguel, comprar comida e pagar a conta de luz. Este processo é chamado de “gentrificação”, quando os antigos moradores saem porque não podem pagar mais pelo espaço e novos habitantes surgem naquele local. Em geral são “gringos” ou moradores de classe média de bairros próximos àquela favela.

Laize Pinheiro (2016, p. 63) afirma que “os deslocamentos territoriais agridem o indivíduo, pois anulam parte de seu ser e o obrigam a uma nova adaptação em seu novo lugar, onde não será possível a manutenção dos mesmos hábitos culturais”. Outro tipo de interferência que a polícia causa na favela é a entrada nas salas de aula das escolas públicas. Pode ser que eles façam isso com a ideia de criar um imaginário favorável à sua prática e que considere normal a presença deles nas escolas e em toda a favela.

Mais uma vez, é possível afirmar que essas mudanças são estruturadas pelo próprio Estado e a sua relação é ideológica quando trata as pessoas desse local ou o próprio espaço favelado como mercadoria. A remoção e a UPP são duas formas de valorização territorial que buscam beneficiar quem está próximo à favela, e não ela própria. Asad (2008) afirma que o Estado simboliza uma defesa de ideologia quando ele põe os seres humanos e tudo a sua volta como mercadoria: “(...) encontra-se a noção de fetiche usado para sugerir que o Estado, dada a sua natureza abstrata, é meramente uma construção ideológica, por sua demanda de força e poder está completamente vazio” (MARX, 1961 *apud* ASAD 2008, p. 55). Segundo uma entrevistada para o documentário “Contagem Regressiva: Controle Urbano”,

a gentrificação mudou muito a favela, as pessoas não se conhecem mais. Os negros que habitavam, muitos deles saíram. (...) Agora aqui moram pessoas diversas. São os gringos que estão vindo e estão comprando. Não é a comunidade que está melhorando e construindo não (...) Não tinha hostel aqui, isso é resultado da gentrificação (ALELUIA, s.d)²².

20 Como destaca Leite (2012), as UPPs correspondem à ampliação de dispositivos de exceção e disciplinarização dos moradores de favelas.

21 Expressão utilizada por moradores de favelas.

22 Entrevista com Ivanete Aleluia, moradora do Vidigal, da Associação de Mulheres de Ação e Reação (Amar). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OoblOhnXCyE&t=10s> Acesso em: 14 de agosto de 2017

Essa é uma política de substituição da população da favela por uma população com renda mais alta, assim como afirma o professor Christopher Gaffney (2015):

As grandes obras de transformação do Rio têm um custo social para a parcela mais pobre da população. O prefeito do Rio fala abertamente em gentrificação como um processo desejável, mas ela não passa de uma substituição social que sempre beneficia as pessoas com maior poder aquisitivo.

Ou seja, o que resta de alternativa para os moradores é abandonar a favela de origem ou moradia – o seu local de construção de vizinhança, de vida e de sobrevivência – e sair à procura de outras favelas em que a convivência seja mais acessível financeiramente. Este processo, inclusive, é conhecido como “remoção branca” ou “gentrificação”, que é a “expulsão” dos moradores de seus locais por causa das empresas que chegam. Surge como um projeto de inclusão, com os governantes afirmando que são direitos, mas, na verdade, significa comércio, exploração e, conseqüentemente, expulsão dos moradores antigos para favelas mais distantes dos centros urbanos.

1.3. **Maré, um conjunto de 16 favelas**

O Conjunto de Favelas da Maré está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. São mais de 132 mil moradores espalhados pelas 16 favelas segundo o Censo Maré 2000. As favelas que formam todo o conjunto são: Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Vila do Pinheiro, Vila do João, ‘Salsa e Merengue’, Marcílio Dias, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Bento Ribeiro Dantas e Mandacaru²³.

A Maré é considerada o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro. Surgiu na virada dos anos de 1930 para 1940, e é cortada pelas três principais vias de acesso ao Rio: Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela.

Os primeiros moradores vieram do nordeste do país para a construção da Avenida Brasil²⁴, formaram suas casas na beira da avenida, construíram suas palafitas e, aos poucos,

23 “O Conjunto de Favelas da Maré está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nela existem aproximadamente 129 mil moradores espalhados pelas 16 favelas, isso segundo o Censo Maré 2010. (...) Sendo considerado o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, sua extensão é de 800 mil metros quadrados. Cada uma de suas comunidades tem suas particularidades culturais, arquitetônicas, musicais, dentre diversas outras características, explicadas pelos diferentes períodos de constituição de cada uma delas.” (CONJUNTO, s.d)

24 “No pós-guerra, em meados da década de 40, iniciou-se uma das principais migrações brasileiras para o Rio de Janeiro e São Paulo. Há um intenso fluxo migratório para o Rio de Janeiro e São Paulo vindo do Nordeste. No caso do Rio de Janeiro isto só faz aumentar o problema da falta de moradias populares e a ausência de uma política habitacional popular. Sendo assim, desde a década de 40 as favelas tornaram-se um fenômeno urbano

foram aterrando e fazendo nascer essas 16 favelas. Cada uma delas tem perfis completamente diferentes uma da outra. Elas nasceram em momentos distintos e são formadas, hoje, por pessoas de lugares variados.

A história da Maré é muito rica em detalhes, fatos históricos, lutas e resistências, alegrias e tristezas, enfim é cheia de vida, de vida de homens e mulheres que um dia acreditaram que poderiam até mesmo construir o seu próprio chão, segundo expressão utilizada por Vieira (2008, p. 99)

O histórico da Maré é marcado pela organização interna dos próprios moradores: pré-vestibulares comunitários, mídias comunitárias, assembleias em praças públicas para a chegada da caixa d'água, iluminação, dentre diversos outros tipos de direitos conquistados ao longo dos anos.

Concluído com bastante atraso e pressão dos moradores, que reivindicavam o término das obras, o Projeto-Rio promoveu modificações na infraestrutura urbana da Maré, desde a rede de abastecimento de água e canalização do esgoto, passando pela regularização da rede elétrica e arruamento. Durante a sua implementação foram construídos os primeiros Conjuntos Habitacionais da Maré, que passaram a abrigar os moradores retirados dos barracos e palafitas: Vila do João, Conjunto Pinheiro, Conjunto Esperança e Vila do Pinheiro.

Ainda citando a cultura local, o primeiro museu comunitário feito em uma favela é o Museu da Maré²⁵. Ele conta a história cronológica de construção da Maré. Esse museu comunitário foi criado pelo Centro de Estudos e Ações Comunitárias (Ceasm), junto com os moradores locais. Ele nasce fruto de um esforço comunitário, coletivo, assim como muitas outras ações internas.

Os primeiros favelados não foram pessoas apenas condenadas a viver na favela. Embora pobres, sempre dispuseram de certa margem de escolha. Alguns escolheram o Rio de Janeiro em vez de seus estados de origem (...) Essas escolhas, ainda que limitadas, sempre representaram uma afirmação de liberdade. Graças ao esforço, também à ajuda externa e à debilidade das políticas públicas que jamais lograram erradicar as favelas, uma coletividade particular nasceu e tem hoje cem anos de história. Uma cultura foi aí produzida, e depois integrada pela cidade, tornando-se, pelo Carnaval, um elemento essencial de sua dinâmica econômica. Os favelados inventaram um mundo. (PERALVA, 2000, p. 64)

Para completar a afirmação de Angelina Peralva (2000) que descreve de forma geral a origem, a cultura e as particularidades de organização da favela, de acordo com o Instituto Pereira Passos, explicando a origem da Maré, a população de todo o conjunto é formada, em

de proporções cada vez maiores. Os terrenos ocupados pelos migrantes eram aqueles não cobiçados pela especulação imobiliária, como os morros, encostas e pântanos da cidade, assim como áreas de propriedade duvidosa ou pertencentes à União ou a órgãos governamentais. Em 1950, o Brasil era predominantemente rural, já hoje em dia inverte-se o quadro brasileiro, pois a maioria da população brasileira vive nos centros urbanos.”

²⁵ “(...) – o primeiro a ser construído dentro de uma favela, em 2006 – para documentar a importância e o impacto que ele tem na comunidade, colhendo depoimentos de moradores, curadores, colaboradores e visitantes.” (FREQUENTADOR, 2014)

sua maioria, por pessoas de origem negra, indígena e nordestina, com baixa renda familiar, com baixo nível de escolaridade, estando à margem da sociedade. Em grande parte, estes moradores são integrantes do mercado de trabalho informal e criam as suas próprias formas de sobrevivência ao longo dos anos, muitas delas de forma coletiva (SILVA, 2006).

1.4. Impacto dos megaeventos na Maré

Durante os Jogos Pan-americanos realizados em 2007, o Conjunto de Favelas da Maré sofreu ameaças de remoções. A favela de Mandacaru, em Marcílio Dias, é ainda hoje um local de extrema pobreza, onde moradores sobrevivem em barracos, em meio à lama e ao esgoto. Na época, em vez de a prefeitura garantir melhorias no local, ou negociar um valor digno que desse para os moradores comprarem suas casas, foram oferecidos valores que jamais cobriam esses gastos. O valor oferecido era de R\$ 800 a R\$ 5 mil por cada barraco (MARTINS, 2007). Com essas quantias absurdamente baixas, os moradores enfrentaram a prefeitura e decidiram brigar pela permanência. Cadastraram-se, protestaram e exigiram melhorias no próprio local, algo que nunca ocorreu.

Além das ameaças de remoções deste período, as favelas da Maré também sofreram com a militarização, ou seja, com a repressão por causa dos grandes eventos esportivos. O megaevento serviu como desculpa para a retirada de direitos, sendo estes substituídos por forças armadas.

Nesta época, a vida mareense – palavra inventada pelo jornal O Cidadão da Maré para trabalhar a identidade local – foi mais uma vez interrompida pelas forças armadas. Era difícil a circulação interna ou para fora, já que era grande o número de policiais e forças nacionais nas entradas das favelas. Tudo para garantir a diversão dos turistas e dos ricos que passeavam na cidade dita maravilhosa na época dos Jogos Pan-Americanos.

Em 2010, por estar próxima ao principal aeroporto da cidade, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (2008-2016), resolveu “murar”²⁶ a favela da Maré com a desculpa de proteger os ouvidos dos moradores do barulho dos carros que passam na Linha Vermelha. Para a realização da obra, foram gastos 20 milhões de reais e o muro “recebeu ‘oficialmente’ o nome de ‘Barreira Acústica’”²⁷. No vídeo ‘Muro da Vergonha’, moradores dão

26 Segundo Vídeo da Campanha "Contra o Muro da Vergonha", promovida pelo coletivo Bloco Se Benze que Dá!: “Trata-se de uma reflexão acerca da construção de muros em torno das favelas cariocas, uma estratégia política utilizada pelos governos Municipal e Estadual para segregar as favelas da cidade, sob a alegação falsa de melhoria de qualidade de vida para as populações do entorno.” (SE BENZE QUE DÁ!, 2010)

27 “Financiado pela concessionária Lamsa, o projeto de R\$ 20 milhões cobrirá 7,6 quilômetros com estruturas de acrílico, placas de aço, muros de concreto e placas forradas com isopor. Cada um dos 200 módulos conta com 38 metros de comprimento e 3 metros de altura. O Complexo da Maré será isolado por 1.115 metros de barreiras na altura da Vila dos Pinheiros, e no Parque da Maré a proteção acústica terá 1.080 metros de placas

depoimentos dizendo que mais uma vez a favela sofreu por causa dos megaeventos: “Só estão fazendo isso aí por causa desses eventos esportivos: as Olimpíadas e a Copa do Mundo”(SE BENZE QUE DÁ, 2010).

Em 2013, durante a Copa das Confederações, as Forças Nacionais, o Bope e o Choque invadiram as 16 favelas da Maré para a realização de mais um megaevento na cidade. Enquanto toda a cidade estava em protestos nos bairros do centro do Rio, os moradores da Maré similarmente tentaram ocupar a Avenida Brasil e pedir o direito de ir e vir, mas, como protestar no espaço favelado é diferente, esses moradores foram impedidos pelas forças armadas. E, durante toda a madrugada, de 24 para o dia 25 de junho, 13 pessoas foram assassinadas²⁸.

1.5. **Militarização: A invasão do exército na favela da Maré, em2014**

O Conjunto de Favelas da Maré – por estar próximo às vias expressas como Linha Vermelha, Avenida Brasil, Linha Amarela e ao Aeroporto Internacional Tom Jobim –, foi invadido pelo exército durante a Copa do Mundo em 2014. Essa força de pacificação recebeu o nome de “Operação São Francisco” com o objetivo de preparar o “território” para a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora, o que não ocorreu. Os moradores da Maré tiveram que conviver com tanques de guerra e soldados armados circulando pelas ruas, além das revistas e tiroteios constantes, tudo isso por um ano e cinco meses.

Dados do Diário Oficial da União, com a publicação de uma medida provisória(número 642), assinada pela presidente Dilma Rousseff, revelam que “a mobilização de cerca de 2.500 militares (incluindo 200 PMs) teve um custo: cerca de R\$ 1,7 milhão por dia”⁴¹. O que significa que o governo federal fez um alto investimento durante o período que o exército esteve na Maré, gasto este todo destinado para controle interno.

No primeiro dia, 5 de abril de 2014, de acordo com reportagem do jornal O Globo, as forças armadas chegaram com tanques. Foram empregados na Força de Pacificação da Maré 1.900 militares do Exército (Brigada de Infantaria Paraquedista), 400 da Marinha (Corpo de Fuzileiros Navais) e 200 da PM.

de concreto armado e 220 metros de placas de acrílico, principalmente nos trechos residenciais. As barreiras também vão separar os moradores dos conjuntos habitacionais degradados da Cidade de Deus dos carros que trafegam na Linha Amarela.(...)” (AGÊNCIA ESTADO, 2010)

28 “As favelas da Maré foram ocupadas por diferentes unidades da Polícia Militar do Estado do Rio (PMERJ), incluindo o Batalhão de Operações Especiais (Bope), com seu equipamento de guerra – caveirão, helicóptero e fuzis – ontem, dia 24 de junho. Tal ocupação militar aconteceu após manifestação realizada em Bonsucesso pela redução do valor da passagem de ônibus, como as inúmeras que vêm sendo realizadas por todo o país desde o dia 6 de junho. As ações da polícia levaram à morte de um morador na noite de segunda-feira. Um sargento do Bope também morreu na operação e a violência policial se intensificou, com mais nove pessoas assassinadas, numa clara demonstração de revide por parte do Estado.” (REDE CONTRA VIOLÊNCIA, 2013)

No artigo “O Emprego da Comunicação Social na Força de Pacificação no Complexo da Maré – Estudos de caso, de março de 2015”, o autor, Tenente Coronel Abelardo Prisco de Souza Neto, confirma que a “Força de Pacificação” do exército esteve na Maré por causa da realização da Copa do Mundo e que a mesma prática foi empregada anos antes em outras favelas do Rio:

O Ministério da Defesa, recentemente, vem ampliando o emprego das Forças Armadas nas operações de apoio a órgãos governamentais, em particular nas ações voltadas para a garantia da lei e da ordem (GLO) na cidade do Rio de Janeiro. O incremento dessas ações vem ocorrendo em razão dos compromissos assumidos pelo Brasil em sediar grandes eventos internacionais. Destaca-se o emprego do Exército Brasileiro em operações de GLO nos seguintes eventos: na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio/92 (1992); nos V Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Desporto Militar (2011); na ocupação militar do Complexo do Alemão e da Penha, na cidade do Rio de Janeiro (2011); na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio +20 (2012); na Jornada Mundial da Juventude – JMJ (2013); na Copa do Mundo da FIFA (2014); e, futuramente, nas Olimpíadas (2016). (SOUZA NETO, 2015)

No decorrer dos meses, a presença armada do Estado se fazia constante, alterando completamente a vida diária da favela. Enquanto grande parte da cidade se divertia se preparando para a Copa, na Maré ocorreram remoções, assassinatos, estupros, tiroteios, toques de recolher, abusos e invasões de casas. Foram muitas as violações de direitos humanos causadas pelo exército. “Nove de cada 100 moradores tiveram problemas com os militares: sendo os principais a forma de abordagem (70%), agressões verbais (46%) e físicas (31%), danos aos bens materiais (15%) e diversas invasões domiciliares”(REDES DA MARÉ [on line], 2017).

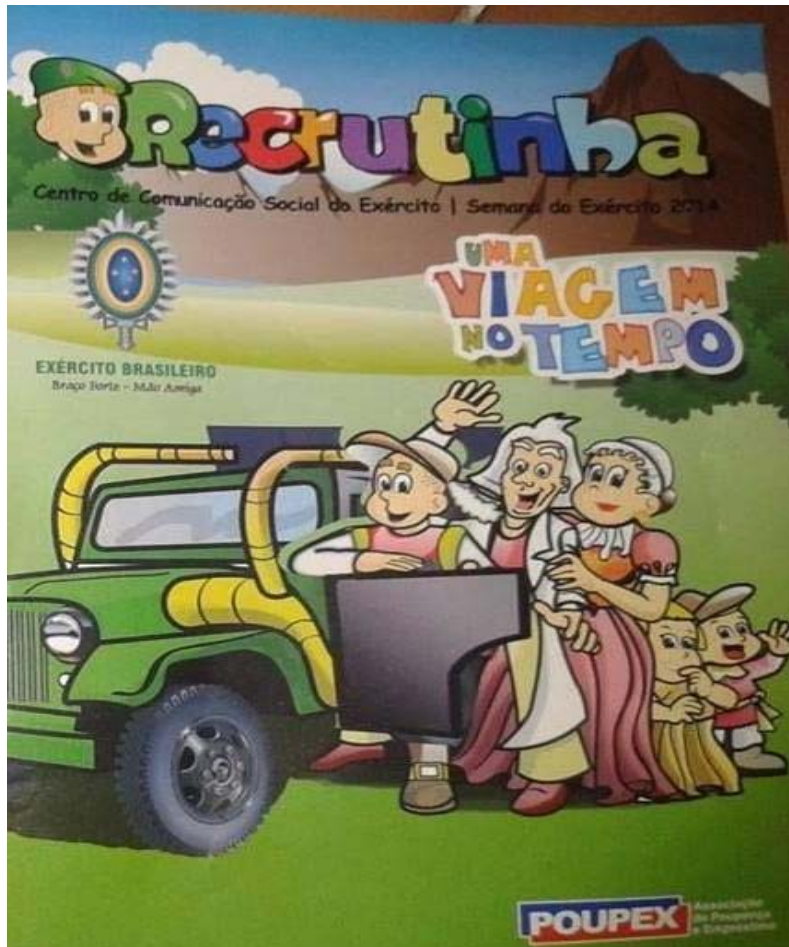
Com a autorização da Presidência da República, as Forças Armadas tinham poder de polícia e podiam efetuar prisões em flagrante, patrulhamento e vistoria. Com isso, a Maré ganhou ares de um verdadeiro território de guerra, com tanques circulando pelas ruas, soldados com armas de alto calibre, arames farpados e sacos de areia como barricadas. A principal revelação da pesquisa é que menos de 1/4 da população da Maré considerou a ocupação ótima (4%) ou boa (20%), enquanto o restante dos entrevistados avaliou a ação das Forças Armadas como regular (49%), ruim (12%) ou péssima (14%). Para 70% da população da Maré, a entrada das Forças Armadas não aumentou a sensação de segurança (REDES DA MARÉ [on line], 2017).

Ainda recordando sobre a interrupção no cotidiano das nossas vidas na Maré, lembro que, em um determinado período, eles começaram a entrar nas salas de aula, ficar nas portas e até mesmo chegaram a “ocupar” o lugar dos professores nas escolas da Maré. Uma ação planejada e concluída do exército foi a distribuição do *Recrutinha*²⁹, revista que tinha como

29 O *Recrutinha* é uma revista produzida e distribuída pelo Exército Brasileiro. Ela existe há mais de 15 anos. Foi utilizada em 2014 e 2015 na Maré e, em 2018, diante da Intervenção Federal Militar no Rio de Janeiro, ela voltou a ser distribuída em todo o Rio de Janeiro. Retirado do link pdf de todas as revistas O Recrutinha, <http://pt.calameo.com/read/001238206c63b5d0b1af6> (23 de abril de 2018)

objetivo “ensinar” a ordem e o bom comportamento às crianças da Maré. A presença militar em diversos espaços, em todos os serviços e convivendo com pessoas de todas as idades, ou seja, em tudo o que envolve o cotidiano da favela, pode ser considerada um plano de militarização da vida cotidiana.

Imagem 1 - Revista *O Recrutinha*



Fonte: Arquivo pessoal, 2017

Imagem 2 – Revista *O Recrutinha*

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Além de ser distribuído nas escolas da Maré, o *Recrutinha* era oferecido para as crianças nas ruas. Um dos “ensinamentos” que a revistinha trazia era para os leitores aprenderem sobre o “Dia do Soldado”, além do nacionalismo estampado nas entrelinhas e nos desenhos da revista. Outra observação que não pode ser esquecida é que, em uma das páginas deste material, havia um tanque para as crianças recortarem e brincarem. Isso significa, mais uma vez, fazer com que as vidas faveladas se acostumassem e pudessem até se divertir com tanques de guerra de brinquedos.

Na época, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) foi provocado a se pronunciar sobre a influência da revista na vida das crianças mareenses. Uma das moradoras da Maré, que é jornalista, comunicadora comunitária e foi entrevistada para esta pesquisa, enviou a seguinte carta:

Cara diretoria do CRP,

O Exército está distribuindo na Maré um gibizinho chamado "O Recrutinha". Os soldados aproveitam a saída das crianças das escolas para a entrega do gibi. Ocorre que o gibi, além do nome ser um absurdo em si, tem uma parte lúdica que diz: "Instruções para montar o seu blindado guarani". É escandaloso ver que se utilizam do universo lúdico das crianças para naturalizar a invasão das Forças Armadas na Maré, como se a militarização da vida das crianças não fosse algo violento por si só. Diariamente, crianças e adultos, são submetidos a visualizarem a passagem em comboios de tanques de guerra, jipes, além de forte armamento. A Maré encontra-se em Regime de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), lei instalada no momento mais linha dura do golpe militar, desde abril de 2014. Isso significa na prática que qualquer coisa que ocorra entre civis e militares, mesmo que seja um desacato, é julgado pela justiça militar. Eis o Estado de Exceção de fato, e a pedagogia infantil está sendo diretamente atingida.

Nesse sentido, gostaria de saber se esta diretoria publicaria uma nota de repúdio sobre o assunto, visto que um pronunciamento de uma entidade que trabalha com psicologia seria, do ponto de vista do profissional em psicologia, uma abordagem muito interessante. E aproveito a oportunidade para saber se um dos diretores concederia uma entrevista ao jornal Extra que cobrirá o assunto nesta quinta-feira. Em anexo, envio as imagens do gibi. (Carta de Renata Souza, escrita e enviada dia 25 de março de 2015)

O CRP-RJ não se pronunciou publicamente sobre a carta, mas respondeu dizendo que iria levar o tema para a comissão de ética.

Os gastos para a permanência dos soldados na Maré representaram o dobro de valores utilizados em seis anos para qualquer outro tipo de política pública. “O Governo Federal gastou cerca de 600 milhões de reais dos cofres públicos com as forças armadas em pouco mais de um ano, enquanto a prefeitura do Rio investiu, no período de seis anos, metade desse valor (R\$303 milhões) em projetos e programas sociais” (REDES DA MARÉ, 2017). Ou seja, houve mais gastos com uma política de controle e morte do que de garantia digna de direitos humanos. Diante disso, pode-se perceber qual é a prioridade dos governos quando se trata da população favelada. Digo “governos” porque tanto o governo federal quanto o estadual e a prefeitura retiraram recursos dos cofres públicos para esse tipo de prática na Maré.

Mais uma vez, eles fizeram política sem consultar a população local. Foi assim nas remoções e nos despejos das ocupações no centro do Rio. Foi assim na Maré durante a militarização e o controle das vidas durante a realização da Copa do Mundo, para a alegria do asfalto. Por isso a ideia de que o Estado invade este “território” chamado de favela. Ele raramente ocupou este espaço oferecendo qualquer direito a não ser removendo, despejando, militarizando, gentrificando e censurando, ou seja, retirando os poucos direitos conquistados pelos moradores.

Por isso, os comunicadores comunitários, no seu papel de denunciar, refletir e mobilizar a população local, relatavam diariamente tudo isso em seus jornais, sites e páginas do Facebook. Mostravam ainda a própria censura que eles mesmos vivenciaram durante o

período em que o exército permaneceu na Maré. Foi um momento de grande impacto na vida dos moradores locais, toda a favela sofre até hoje com os traumas desse tempo, mesmo após a saída deles da favela.

2 CENSURA EM TEMPOS DE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS

2.1 Denúncia que incomoda: Comunicação comunitária da Maré sob o impacto dos megaeventos

Neste capítulo, descrevo com mais detalhes as mídias comunitárias da Maré que sofreram com a censura em 2014 e 2015. Para além de apresentar esses veículos, apresento as falas dos comunicadores que sofreram de forma direta ou indiretamente a proibição de se expressarem. Os relatos, produto das entrevistas que fiz com cada um e cada uma, trouxeram detalhes de como isso ocorreu. No mesmo capítulo, mostro imagens do conteúdo que tanto incomoda, pois pesquisei detalhes das matérias, postagens, fotos, além da parcialidade com que cada um destes meios produziam e publicavam seus materiais na época. A tentativa foi a de entender por que o conteúdo de cada um deles incomodou tanto as forças armadas a ponto de sofrerem tamanha repressão, silenciamento e censura.

Jornal *O Cidadão*

Conforme dito anteriormente, o Jornal *O Cidadão* foi impresso durante 18 anos pela Ediouro, uma das maiores editoras do país que se localizava na Maré. As editorias eram educação, cultura, saúde, memórias da Maré, cidadania, geral, esporte, nas redes do Ceasm, música e rua. A de direitos humanos foi implementada no jornal depois de uma pesquisa, feita pelas ruas da Maré, para a produção de uma matéria principal.

Além da equipe que escrevia para o jornal, formada em sua maioria por jovens moradores da própria Maré, ainda tinha a equipe que distribuía o impresso pelas 16 favelas. O material era entregue em escolas, associações de moradores, organizações sociais e em algumas ruas principais da favela. Essa equipe de distribuição era paga com uma bolsa-auxílio. Esse valor era arrecadado com a venda de anúncios do comércio local, que eram distribuídos em quatro páginas do jornal.

Uma das primeiras equipes do jornal *O Cidadão* inventou uma palavra com a ideia de trabalhar a identidade local das favelas. Nas páginas do jornal, o termo ‘mareense’ aparecia com o objetivo de fazer com que os moradores valorizassem seu pertencimento ao Conjunto de Favelas da Maré, já que na época era muito comum que eles se colocassem como moradores de Bonsucesso. Isso por causa do preconceito, dos estereótipos, da forma

com que grande parte da sociedade trata a favela. Uma coisa que o jornal *O Cidadão* fez foi cunhar uma palavra que não existia e isso, inclusive, eu coloco na dissertação, é um neologismo que é ‘mareense’. Não existia isso em pouquíssimos lugares do Rio. Tem moradores que se dizem como, por exemplo, tijucano, por morar na Tijuca. Enquanto bairro, a Maré existe desde 1994 e muitas pessoas não ficaram sabendo dessa criação, foi uma coisa criada de cima para baixo no governo de Cesar Maia. Foi uma articulação com algumas lideranças locais e acabou que foi criado por decreto, não foi uma coisa discutida e tal. É daí que o jornal *O Cidadão* cria esse nome ‘mareense’. Esse termo em pouco tempo se espalha pela Maré. Fato é que muita gente não se identifica e diz ‘ah não moro na Maré coisa nenhuma, moro em Bonsucesso, moro em Ramos’, o que também é legítimo por não se identificar, mas você tem um movimento muito grande de identificação com a Maré porque isso foi criado e houve um movimento de pessoas organizadas que criaram isso com uma intenção política. Então, eu digo que a Maré, para além de ser um lugar, ela é uma criação. Uma criação, uma invenção de pessoas que viram disso uma forma de fortalecer o movimento político de ganho para a comunidade (informação oral). (CLAUDIA ROSE³⁰, 2018)

Na minha percepção, - enquanto moradora da Maré que já acompanhava o jornal *O Cidadão* da minha casa quando eu ganhava para ler, e depois enquanto uma moradora e comunicadora que participou dele por mais de 15 anos, durante estes quase 20 anos de existência, seja ele impresso como foi durante 18 anos, ou online como está sendo mais recentemente, é perceptível que ele conseguiu trabalhar as diferentes identidades na Maré. O trabalho de busca de memória local do *O Cidadão* foi espelhado e, de certa forma, deu continuidade a um trabalho que já existia antes do nascimento da organização fundadora do *O Cidadão*, o Ceasm.

Então, a gente sabia que o jovem, entrando na universidade, ia naturalmente, até como uma forma de defesa, não vai dizer que é morador da favela e, naquele momento de criação do CEASM era importante essa afirmação. Então, a gente começou com trabalho de memória que já existia antes do CEASM com Carlinho, Marcelo e Maristela, grupo que fez um trabalho chamado TV Maré. A TV Maré começou em 1989 e acabou em 1992. Mas era todo um trabalho de TV Comunitária que tinha foco na Maré. Eles fizeram um levantamento de um acervo interessante e produziram um acervo audiovisual muito interessante e esse acervo foi doado para o CEASM. Daí, a gente começou também esse trabalho de memória e chamamos de rede de memória da Maré junto ao CEASM. Pensamos que como era uma ong institucionalizada e tal, esse

30 Utilizamos os primeiros nomes visando colaborar com a construção da memória da comunicação comunitária na Maré. Quando a informação expuser a comunicadora ou comunicador seu nome será ocultado. Cada participante foi esclarecido sobre esta pesquisa e consentiu participar dela.

trabalho poderia ser potencializado, foi quando começamos a fazer exposições itinerantes. Começamos a entrevistar moradores antigos. Trabalhava com jovens alunos do pré-vestibular. Essa questão do pertencimento a partir da memória dos moradores começou a mostrar uma Maré que não era essa Maré da vergonha, da violência, não. Era, sim, a Maré onde você mora, o lugar que para chegar a ser o que é, ele foi construído pelos moradores que lutaram, se organizaram para construir. E isso foi fazendo com que as pessoas se apoderassem disso e se auto-afirmassem como moradoras da Maré (informação oral). (CLAUDIA ROSE, 2018)

Hoje é grande o número de bares com o nome ‘Maré’; kombis de transporte que não colocam na sua identificação mais ‘Bonsucesso’, mas sim ‘Maré’; além de moradores que no dia a dia se dizem ‘mareenses’ sem qualquer tipo de vergonha. Pelo contrário, fazem um enfrentamento de forma orgulhosa, dizendo que são moradores de um local que tem história, identificação e construção coletiva.

Para além do trabalho de fortalecimento da identidade, este jornal comunitário trazia em duas páginas questões de outros países, trabalhando a pauta internacional. Críticas sobre a forma com que o governo trata a favela eram sempre apresentadas nas matérias, artigos e charges. Enquanto comunicadora deste veículo, eu consegui aprender e refletir mais sobre política, cidade, favela, Maré, entrevistando, dialogando e ouvindo os moradores do espaço em que nasci.

Durante um determinado período, uma das equipes do jornal decidiu lançar um blog para noticiar os problemas que ocorriam na Maré, uma tentativa de que os problemas ultrapassassem os muros invisíveis da favela. Também foi uma forma de resolver os problemas de periodicidade, já que o jornal saía de dois em dois meses, ou até em períodos maiores. Ele sofria com atrasos na produção porque a equipe inteira, na maioria das vezes, era voluntária e dividia o tempo com trabalhos fora. As matérias que saíam no blog eram emergenciais, ao contrário das matérias aprofundadas e analíticas que saíam no impresso.

Afirmo que o objetivo do jornal foi sempre o de sensibilizar os moradores para estimular os seus próprios pensamentos sobre a sociedade e sobre o mundo, fazendo com que percebessem o quanto eles construíram a cidade e a própria favela, mesmo tendo seu reconhecimento negado no dia a dia. No blog, o mesmo ocorria.

Além do impresso e do blog que nasceu em 2009, a equipe decidiu formar uma turma de comunicação comunitária. Até o momento, quatro edições do curso já foram realizadas e mais de 80 comunicadores comunitários já foram formados.

Maré de Notícias

O *Maré de Notícias*³¹ surgiu em 2007. É uma iniciativa da organização Redes de Desenvolvimento da Maré, que se localiza na favela Nova Holanda. Esse jornal é mais focado na Nova Holanda, mas tem circulação em todo o Conjunto de Favelas da Maré. A equipe foi formada por moradores da Maré e por jornalistas de fora da favela. Por essa organização ter financiamentos de outros projetos, ela conseguia oferecer pagamento aos comunicadores que atuavam no *Maré de Notícias*.

Esse jornal comunitário nasceu para dar destaque a notícias e matérias analíticas sobre o dia a dia da favela. Nele, encontram-se editoriais de cultura, educação, charges, cidadania, entre outras pautas. Ele passou a relatar casos de violações a cada vez que a favela sofria uma nova invasão da polícia.

Na entrevista feita com Rosilene (2018), uma das primeiras integrantes da equipe, ela explicou que o grupo que produzia o jornal era diversificado, formado por fotógrafo, diagramador, jornalistas, editora, além de estagiários, todos pagos:

Todo mundo aqui fazia tudo. Eu fazia um pouco mais porque tinha as redes sociais da parte institucional. Mas estava todo mundo ligado o tempo inteiro nas pautas e no que estava acontecendo ali na Maré. O que tinha a ver com a Maré. Então a gente se comunicava muito. Tinha reunião de pauta onde a gente trazia não só as nossas pautas mas as dos moradores. Então a gente ouvia. (...) A gente vivia as pautas praticamente. (ROSILENE MILIOTTI, 2018)

Cineminha no Beco

O *Cineminha no Beco*³², que existe desde 2013, funciona em todas as 16 favelas que formam o Conjunto de Favelas da Maré. O *Cineminha* é o trabalho mais novo de Bhega e tem

31 “Jornal Maré de Notícias: O jornal mensal Maré de Notícias teve sua primeira edição em dezembro de 2009. Antes da circulação da primeira edição, a Redes da Maré realizou uma pesquisa em todas as comunidades da Maré para saber quais os interesses de leitura dos moradores. Essa pesquisa mostrou a necessidade de um jornal feito na e pela comunidade, já que a maioria das pessoas se disse insatisfeita com o que lê e vê sobre a Maré. Dos 2.300 entrevistados, 98% afirmaram que é importante a existência de um jornal comunitário. A participação da população se deu até mesmo na escolha do nome do jornal, que puderam sugerir nomes para a publicação. Após mais de 200 nomes, Maré de Notícias foi eleito por uma comissão. O lançamento do jornal surgiu do desejo da Redes em aumentar o fluxo de informações de qualidade sobre a comunidade e de mostrar a Maré como os moradores a veem, e não com um olhar estereotipado e preconceituoso, como os espaços populares são comumente apresentados pelos meios de comunicação. O Maré de Notícias é produzido e distribuído através da parceria com a *ActionAid* e apoio do Observatório de Favelas, Conexão G, Luta pela Paz e Vida Real.” (REDES DA MARÉ, s.d [on line])

32 “Cinema em Rio de Janeiro: Cineminha no beco, já existe há 1 ano e cinco meses, exhibe filmes educativos de consciência ambiental nas comunidades da Maré e outras comunidades gratuitas.” (Dados retirados da página do Facebook do *Cineminha no Beco*: <https://pt-br.facebook.com/cineminhanobeco/>) (14 de agosto de 2017)

como foco a reeducação sustentável, além de levar a alegria para a criançada favelada. Com o Cineminha que a cada mês está presente em uma favela diferente da Maré, ele recolhe o óleo que o público leva, passa filmes e faz brincadeiras com as crianças mareenses. Bhega conta, na entrevista para esta dissertação, como tudo começou.

“Passando pela Teixeira Ribeiro, na Nova Holanda, um menino falou assim: ‘Tio Bhega, cadê o cinema? Não vai fazer mais não?’” Bhega (2018) respondeu: “Não. Só faço propaganda dos cinemas, shows, programação cultural da favela. Mas quem sabe um dia a gente vai ter o próprio cinema...”. Foi daí que surgiu a ideia de fazer o Cinema no Beco.

Bhega (2018) complementa:

“Todo mundo vai para a pista e eles ficam ali no cantinho, né? Não têm dinheiro para sair, sem expectativa nenhuma, era eu que levava um pouquinho de alegria para eles. Aí eu me perguntei: ‘Vou montar como? Poxa vida. Sem dinheiro, sem grana. Tem que dar um jeito’. Foi quando lembrei que as pessoas ficam jogando óleo no vaso, na pia, e um briga com o outro: ‘Tá vendo, você jogou, olha aqui. Entupiu, agora está voltando tudinho’” (informação oral). (BHEGA, 2018)

Sem dinheiro, Bhega foi pesquisar na internet como poderia conseguir recursos para a compra dos equipamentos. Ele, então, descobriu que havia uma refinaria que comprava óleo. Entrou em contato e viu que 300 litros davam 300 reais. “Com esse dinheiro eu consegui comprar o equipamento de segunda mão. Tela, a tela era de toldo”, conta. A bicicleta, de segunda mão, ele já tinha. A caixinha de som também. Faltava o projetor. “Aí, pensei: Caramba, vou ter que juntar dois mil litros de óleo agora para comprar o projetor, porque na época custava R\$ 2.000. E agora? Ralei, vou ralar”. Passando em uma das ruas da Maré, encontrou um amigo que o apresentou para um comerciante. Bhega (2018) explicou que queria fazer o Cineminha no Beco e só faltava comprar o projetor, mas o valor era muito alto. O comerciante pediu para Bhega voltar no outro dia e, para a surpresa do comunicador, ele disse: “Isso aqui é teu, pode levar aí”. Logo, o projeto ganhou as ruas da favela.

A pipoca, o guaraná, tudo foi doado pelos moradores. Na exibição dos filmes, o comunicador sempre ressalta para as crianças que nenhum lixo deve ser deixado pelas ruas. Além disso, ele comentou do problema com os óleos nas pias e falou para as crianças não reproduzirem esta prática nas suas casas. Ele dizia mais: “Se vocês lembrarem, fala para a mamãe não jogar o óleo fora, separa pro tio, que o tio vem aqui”. “Aí começou, com esse dinheiro do óleo, a gente fazia e ainda faz a pipoca para eles”, relata. Hoje, o Cineminha no Beco continua circulando por todo o conjunto de favelas da Maré.

Maré Vive

A página de *Facebook Maré Vive* nasceu em 2014, tornando-se conhecida por relatar cotidianamente casos de violações de direitos. A página nasceu para ser um canal de denúncia dos moradores durante a invasão do exército na Maré. Junto à página, em abril de 2014, dia da invasão do exército e das Forças Nacionais e Choque, uma rádio livre foi colocada no ar pelos mesmos comunicadores comunitários que organizaram a página de Facebook *Maré Vive*.³³

O *Maré Vive* tem um blog, mas apenas um texto está publicado nele, é o manifesto feito por moradores locais no dia da entrada do exército na favela. Esta página teve grande relevância na época, pois se tornou um canal direto com os moradores, mostrando as violações a cada momento que ela ocorria. Éramos mais de dez comunicadores da Maré administradores da página. Para além de noticiar o dia a dia, eram publicados textos reflexivos sobre a situação de empobrecimento da favela, questionamentos sobre as desigualdades da cidade, sobre a falta de políticas públicas e o aumento de policiais na favela. A página trazia, para a memória dos moradores, acontecimentos de massacre, assim como a chacina da Maré, em 2013.

Eu participava da página, iniciamos juntos este canal. No dia da invasão do exército na Maré, nos dividimos dentro da favela para cobrir as violações e noticiamos ao vivo na página e na rádio *online*: as invasões nas casas; as crianças presas; os tiroteios; os assassinatos;

33 “Maré Vive: Sobre: Este espaço foi criado para dar voz ao moradores e moradoras da Maré que não se sentem contemplados com a cobertura da grande imprensa. Apoiam este blog: Advogados Ativistas (SP); Agenda Colômbia-Brasil; Coletivo de Educação Popular; Central de Movimentos Populares; Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola; Centro de Etnoconhecimento Socioambiental Cayuré – CESAC (Nova Maraká, Complexo do Alemão); Cidadela – Arte, Cultura e Cidadania; Cineclube Beco do Rato; Cineclube Glauber Rocha; Cineclube Mate Com Angu; Círculo Palmarino; Coletivo Tempo de Resistência; Coletivo Laboratório de Direitos Humanos de Manguinhos; Coletivo Trabajo Social Crítico da Colômbia – Rio de Janeiro; Comissão de Direitos Humanos da OAB; Fórum Popular de Apoio Mútuo; Federação Anarquista do Rio de Janeiro; Grupo Front; Instituto de Defensores de Direitos Humanos – DDH; Justiça Global; Marcha Mundial das Mulheres; Marcha Patriótica da Colômbia – Capítulo Brasil; Mídia Negra – SP; Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB; Movimento de Mulheres Olga Benário; Movimento de Organização de Base; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM/Brasil; Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Luiza Nahin; Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania – Niac/UFRJ; Ocupa Alemão; Ocupa Lapa; Organização Anarquista Terra e Liberdade; Organização Popular; Quilombo Xis Ação Cultural Comunitária; Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta; Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência; Rede Nacional de Advogados Populares – Renap-RJ; Resistência da Aldeia Maracanã; Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro; Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II – Sindscope: Caso deseje apoiar, entre em contato pelo email: marevive@riseup.net” (Dados retirados do blog do Maré Vive na parte sobre o que é o coletivo e quem apoiou: <https://marevive.wordpress.com/about/>) (14 de agosto de 2017)

a chegada dos tanques de guerra; os policiais civis nos filmando, dentre diversos outros tipos de violações de direitos que ocorreram naquele dia.

Naldinho Lourenço (2018), comunicador comunitário, fotógrafo e morador da Maré, diz também sobre o início do *Maré Vive*: “Nas primeiras semanas tinha mais de 20 mil pessoas curtindo a página e a gente tinha em dia de 200 a 300 mil pessoas visualizando. A parada foi crescendo. E a gente pensou ‘O que a gente faz? Continua ou não continua?’. Aí uma galera saiu. Achou muito perigoso.” Com o passar do tempo, os moradores passaram a enviar fotos, vídeos, matérias, artigos, pedir ajuda, contatos de organizações de direitos humanos, além de muitos pedidos de jornalistas de fora querendo entrevistar moradores para mostrar o que estava ocorrendo internamente na favela com a presença das forças armadas.

A página hoje tem grande alcance na favela, são mais de 100 mil pessoas que a seguem. Ela é administrada por um pequeno grupo de moradores. A maioria que iniciou a página não está mais nela: “Eu e Josinaldo até hoje estamos de frente, a gente banca a parada. A gente já chegou ao pico de 2 milhões de pessoas. Então, assim, a gente começou a fazer, a causar efeito até em alguns departamentos do Estado”, complementou Naldinho (2018).

Recentemente, no dia 10 de dezembro de 2016, o Maré Vive recebeu uma homenagem da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj por sua cobertura do cotidiano de invasões e violências cometida pelo Estado que a Maré sofreu em 2014 e ainda vem sofrendo no dia a dia.

2.2 Comunicação comunitária, censuras e ameaças na Maré

Cicilia Peruzzo (1998) explica que a comunicação comunitária tem como histórico a defesa de uma identidade local, além de mobilização de um determinado grupo. Ela ainda afirma que a comunicação é e deve ser sim um direito humano, que cada vez mais deve ser feita para defesa e garantia de seus direitos, sendo assim, um agente de construção e de mobilização social.

A declaração universal de direitos humanos estabelece, em seus artigos 27 e 29, que todos os homens têm o direito de participar livremente da vida da comunidade e que, por outro lado, têm deveres para com esta mesma comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. E, em 1976, a conferência das nações unidas deixou firmado que a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial da construção nacional. (PERUZZO, 1998, p. 275)

Ainda de acordo com Peruzzo (1998), a mudança social não está mais fundamentada em um indivíduo apenas, ou em um determinado grupo, pelo contrário, é necessário que todos e de igual modo levantem suas bandeiras sociais, suas identidades, seus costumes, seus direitos e se respeitem.

Sobre esse tema, Claudia Santiago Giannotti (2016, p. 45) afirma:

Comunicação comunitária é o processo de comunicação constituído no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos. Sem fins lucrativos, tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal, ou seja, na produção, emissão e na recepção de conteúdo. É um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social.

Diante disso, é possível afirmar que, na Maré, existe uma prática de comunicação comunitária comprometida com a mobilização, a valorização da identidade local e a defesa dos direitos humanos. As duas capas a seguir, por exemplo, foram publicadas em 2008. Ambas denunciavam o início das remoções em Mandacaru, uma das favelas mais pobres da Maré. Na pesquisa nesta favela feita pelo próprio jornal, buscavam-se as seguintes informações: número de moradores; quais os moradores mais vulneráveis; os valores que a prefeitura estava oferecendo a cada um deles; quais eram os principais responsáveis pelas remoções ali.

Imagem 3 e 4 – Capas do Jornal *O Cidadão*



Fonte: Arquivo pessoal, 2008.

Na busca por estas informações, soubemos que esta remoção estava para ocorrer porque a favela estava próxima a um grande supermercado que se chamava ‘Mercado São Sebastião’, conhecido em toda a cidade na época. Também, para quem passava pelas vias expressas, era visível esta favela e todo o seu empobrecimento. Além das matérias denunciando as violações, foi realizado um protesto em frente ao supermercado envolvido com a remoção. Pistas da Avenida Brasil também foram fechadas pela equipe e pelos moradores locais denunciando as violações.

Notícias sobre as remoções saíram em diversos jornais da cidade. Por causa disso, poucos dias depois desta primeira mobilização contra as remoções junto aos moradores de Mandacaru, a equipe do Jornal *O Cidadão* não podia mais percorrer este local, porque foi proibida pela prefeitura e pelas forças locais de cobrir qualquer ação ali. No final de 2010, soubemos da remoção completa da favela de Mandacaru através do site de uma das instituições da Maré.

O diálogo com a prefeitura não ocorreu em nenhum momento do processo de remoções. Além disso, a prefeitura desrespeitou mais uma das normas da própria Secretaria de Habitação, pois a realocação deveria ser para um local próximo ao antigo espaço de moradia. O diálogo tão solicitado pelos moradores poderia melhorar as condições de habitação no local, algo que eles mais desejavam, ou poderia fazer com que os próprios moradores opinassem para qual localidade eles poderiam ir depois do despejo completo da favela.

A comunidade de Marcílio Dias, que teve início com a construção de barracos sobre palafitas erguidos por pescadores em 1948, viveu dias agitados em maio. As famílias de Mandacaru tiveram de sair e seus barracos foram imediatamente destruídos pela prefeitura. Os moradores foram reassentados em um conjunto habitacional com apartamentos de dois quartos que passam a ser de propriedade deles, porém situados em Campo Grande, Zona Oeste da cidade.

As famílias esperavam por este momento desde fevereiro de 2010, quando a Secretaria Municipal de Habitação marcou casa por casa com as suas iniciais SMH. Na época, o Maré de Notícias (Ed. nº 4, de março de 2010) esteve no local e a reclamação era a falta de diálogo com a prefeitura. Os moradores queriam sair, devido à total falta de infraestrutura, mas não esperavam ir para tão longe. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Rio de Janeiro recomenda que as remoções sigam alguns parâmetros, entre eles que o reassentamento seja feito em áreas próximas, o que não foi respeitado.

Os comerciantes, por sua vez, pelo menos até fins de maio, não haviam recebido qualquer indenização. Segundo a prefeitura, as ruas desocupadas servirão para dar passagem para o Mercado São Sebastião. (REDES DA MARÉ, 2012)

Para concluir as informações sobre a remoção ocorrida nesta favela da Maré, a retirada das casas era uma ameaça antiga, que vinha desde 2007, com a justificativa de melhorar o comércio do mercado e “embelezar” a cidade para a chegada do Pan-Americano.

Ainda em 2008, ocorreu o assassinato de uma criança que morava na Baixa do Sapateiro, uma das mais antigas favelas do conjunto. Matheus Rodrigues³⁴ tinha 8 anos e foi assassinado pela polícia militar na porta de casa. O Jornal O Cidadão foi o responsável por denunciar, relatar, ajudar na perícia e tornar o caso público, além de estar junto aos moradores durante as manifestações que ocorreram durante a semana da morte do menino. A notícia ganhou rapidamente as manchetes dos jornais nacionais e internacionais, logo chegou aos órgãos públicos de direitos humanos do Estado.

Lembro, que neste dia, na falta de uma mídia que levasse a mensagem de forma rápida, enviei e-mail para diferentes autoridades políticas. Mande um texto explicando o ocorrido para defensores de direitos humanos do Rio de Janeiro, lideranças de outras favelas do Rio, mães e familiares de outras favelas e organizações de direitos humanos da cidade e do país. Em poucos minutos, as pessoas ligaram, entraram em contato, chegaram na Maré, se juntaram à revolta dos moradores que já estavam em frente à casa de Matheus.

Os jornalistas e comunicadores de outras mídias chegaram. O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, Alessandro Molon, foi até o local. Também foi até o local o comandante do 22º Batalhão, localizado na Maré. A notícia sobre a morte de Matheus não ganhou só a Maré, mas se espalhou pelo país e pelo mundo.

34 SILVA, Rociclei, Maré: cinco anos sem Mateus, disponível em: <http://uninomade.net/tenda/mare-cinco-anos-sem-mateus/> (14 de agosto de 2017)

Matheus, 8 anos, e sua bola: <http://www.estadao.com.br/blogs/entre-cliques/matheus-8-anos-e-sua-bola/> (14 de agosto de 2017)

Matheus, de 8 anos, é assassinado pela polícia na porta de casa:

<http://fazendomedia.org/2008/movimentos20081205.htm> (14 de agosto de 2017)

Life in Rio's favela: <https://www.theguardian.com/world/gallery/2010/apr/15/brazil> (14 de agosto de 2017)

Alerj vai investigar morte de criança na Maré: <http://www.correiodobrasil.com.br/alerj-vai-investigar-morte-de-crianca-na-mare/> (14 de agosto de 2017)

Imagem 5 e 6 - Foto de Matheus Rodrigues e Foto de protesto em frente ao caveirão



Imagem 7 - Foto de protesto na Cinelândia



Fonte: Douglas Baptista, 2008

Imagem 8 e 9 - Foto de protesto pelas ruas da Maré e Cartaz do ato em memória do Menino Matheus Rodrigues



Outro caso foi o de Felipe Correia de Lima, de 17 anos, morador da Baixa do Sapateiro. Ele foi assassinado em abril de 2009 (VALDEAN. 2010), na porta de casa pela polícia civil. Felipe era estudante, trabalhava com o tio na barraca de cachorro quente, estava sentado na calçada quando um policial deu um tiro na nuca do jovem.

Mais uma vez, repórteres do Jornal O Cidadão denunciaram o assassinato de Felipe, que era meu vizinho. Eu estava em aula, na Puc-Rio, quando uma moradora me ligou chorando, falando que a polícia civil havia atirado na nuca do rapaz. Levei um choque, naquela mesma semana eu havia falado com ele na rua. Estava em frente à casa dele, perto da loja de hambúrguer em que ele e o tio trabalhavam. Na mesma hora voltei para a Maré, fui até a casa da avó de Felipe, onde estava Gilmara, a mãe dele. Ela chorava com a foto de seu filho na mão. Eu perguntei se poderia produzir uma matéria sobre o ocorrido. Ela disse: “Por favor, as mídias já estão dizendo que meu filho era envolvido. Me ajude a provar para a favela que não era não”. Eu disse que iria fazer uma matéria dizendo que ninguém merece um tratamento como este. Escrevi junto com outro comunicador comunitário e o texto foi divulgado no blog do Jornal *O Cidadão*, inaugurado tristemente com esta notícia da morte de Felipe, um amigo de infância (MARTINS, 2009).

Eu me lembro que no dia seguinte, dia do enterro, fechamos a Avenida Brasil. Os comunicadores que estavam cobrindo quase foram presos pela polícia militar, dentre eles um fotógrafo da Maré. Além disso, os mesmos policiais civis que atiraram em Felipe voltaram e apontaram armas para todos os moradores e comunicadores. Eles jogaram bombas, spray de pimenta e todos corriam, resistindo com as pedras, a câmera fotográfica e a vontade de dizer para o mundo que um dos nossos havia sido assassinado mais uma vez. Manifestações e mais

manifestações duraram o dia inteiro e o caso teve grande repercussão nacional e internacional³⁵.

Imagem 10 e 11 - Fotos de protesto na Linha Vermelha



Fonte: Arquivo pessoal, 2009

Imagem 12 – Foto de protesto na favela Baixa do Sapateiro, na Maré, em 2009



Fonte: Naldinho Lourenço, 2009

³⁵ Manifestação na Favela da Maré, retirado do site do Extra, <https://extra.globo.com/noticias/rio/manifestacao-na-favela-da-mare-270599.html> (16 de maio de 2018)

A violência na Maré, retirado da Página da Vírus Planetário, <https://virusplanetario.wordpress.com/tag/baixa-do-sapateiro/> (16 de maio de 2018)

Rapaz de 17 anos é morto com tiro na cabeça no Complexo da Maré, retirado do Rio 24 Horas, <https://rio24horas.wordpress.com/2009/04/14/rapaz-de-17-anos-e-morto-com-tiro-na-cabeca-no-complexo-da-mare/> (16 de maio de 2018)

Imagem 13 - Foto de protesto na favela Baixa do Sapateiro, na Maré, em 2009



Fonte: Naldinho Lourenço, 2009

Imagem 14 - Foto de protesto na Avenida Brasil, altura da favela Baixa do Sapateiro, na Maré, em 2009



Fonte: Naldinho Lourenço, 2009

Uma prática do jornal, a partir da morte de Matheus e Felipe, foi a produção de matérias e artigos sobre estes acontecimentos de forma analítica no impresso. Ou seja, produzíamos pequenos textos durante o ocorrido e, quando, o jornal saía, recordávamos o caso, fazendo uma análise mais aprofundada.

Desde então, os temas de direitos humanos e segurança pública passaram a ser fixos no jornal. Não era mais possível ignorar esse assunto, na falta de uma mídia estatal ou comercial que contemplasse, na linha editorial, os assuntos sobre direitos humanos, e que tratasse a favela como sujeito de sua história, sem qualquer tipo de criminalização da pobreza e enxergando a favela como vítima, não como culpada. A cada fato novo sobre segurança

pública na Maré, a equipe do Jornal *O Cidadão* estava presente, relatando, denunciando, colhendo os argumentos dos moradores e encaminhando aos órgãos responsáveis.

Ao retomar a questão da concentração dos meios de comunicação no Rio de Janeiro, observa-se que a cobertura jornalística reafirma estereótipos, pré-conceitos e impõe pré-julgamentos sobre as favelas e seus moradores. O monopólio da comunicação no estado é caracterizado pela apropriação midiática da família Marinho, mas não sem resistência. Tanto que o Rio tem se notabilizado pelo surgimento de iniciativas midiáticas nas favelas que reivindicam o direito de voz e enfatizam a atuação mobilizadora, como o jornal *O Cidadão*. (SOUZA, 2013)

No final de 2009 e início de 2010, ocorreu um conflito interno na Maré que durou mais de seis meses. Forças policiais do Bope, inclusive, foram acusadas por alugarem o caveirão para as forças locais da favela. A equipe do Jornal *O Cidadão* mais uma vez relatou e denunciou esse episódio. Para além disso, as organizações internas da Maré organizaram uma manifestação pedindo o fim da violência policial. Ou seja, mais uma vez a pauta de direitos humanos esteve presente nas páginas do jornal³⁶.

A prática da comunicação comunitária na Maré sempre foi a de produzir uma notícia diferenciada com relação à mídia comercial. Para Ciro Marcondes (apud PAIVA, 2007, p. 136), o jornalismo comunitário tem interesses sociais e políticos, mas este interesse se dá unicamente pela defesa e garantia dos direitos humanos de cada cidadão. Além disso, é um meio que organiza a comunidade (MARTINS, 2011).

No livro *O que é Comunicação*, Juan E. Díaz Bordenave (2004) caracteriza o meio comercial como algo que também organiza a sociedade, mas que é feito por alguns grupos que manipulam a população. “Ela segue formidável toda uma tradição de monopólio e de manejo da comunicação pelas classes dominantes, dispostas a perpetuar os padrões do elitismo, privilégio, coerção e exploração que caracterizam a nossa história” (BORDENAVE, 2004, p.83).

³⁶ “Maré se une pelo fim da violência: Mais de 600 pessoas participaram nesta manhã de domingo (20/9), a partir das 8h, do ato Outra Maré é possível — Pela valorização da vida e o fim da violência. Moradores e militantes de organizações de Direitos Humanos, da igreja e entidades de dentro e de fora da comunidade organizaram o ato em reação à violência que tem provocado, sistematicamente, mortes na Maré, tanto em confrontos policiais como em conflitos entre traficantes de drogas.

Uma cerimônia religiosa deu início ao ato na Igreja São José Operário, na Vila dos Pinheiros, de onde os manifestantes partiram em caminhada pela Maré. O percurso incluiu as principais ruas das favelas Vila dos Pinheiros, Vila do João, Conjunto Esperança e Salsa e Merengue — que, há quatro meses, sofrem diretamente com a disputa de território entre facções rivais.

Com um carro de som e a percussão do bloco Se benze que dá, a caminhada — com bandeiras de vários países simbolizando a união dos povos — durou duas horas. No auto-falante, músicas religiosas se misturaram a palavras de ordem e a sambas, todos com letras de valorização da paz e da vida. Houve ainda atividades de arte para as crianças, que produziram faixas pedindo o fim da violência.” (MARÉ, 2009)

Estas explicações, que ao mesmo tempo diferenciam estes dois termos (comunitário e comercial), explica que cada um obedece aos seus conceitos editoriais de acordo com os seus principais interesses. Sendo o interesse do jornal comercial, o de fazer permanecer o *status quo*. A ideia é a de manter o poder da classe dominante. (MARTINS, 2011, p. 12)

Assim como relatado acima, os comunicadores, que têm o diferencial de serem moradores³⁷, também organizavam manifestações contra as violações de direitos ocorridas internamente na favela, como veremos mais nas próximas páginas quando forem mostradas outras experiências de mídias comunitárias da Maré. Muitas destas manifestações foram organizadas por causa da violência policial, das remoções e das proibições culturais devido à atuação das forças armadas no período dos megaeventos. Isso, com certeza, alterou a vida cotidiana nesse local, afinal, eles queriam apagar a favela e suas formas de expressão.

Em 2010, surge a notícia de que seria construído um muro separando a via expressa Linha Vermelha da Favela da Maré. Os comunicadores do Jornal O Cidadão ocuparam as ruas da Maré e produziram diversas entrevistas, perguntando aos moradores o que eles achavam desta ideia. Com o resultado das entrevistas, comunicadores, junto a outros moradores, decidiram produzir mais que uma matéria. Realizaram, então, mais um ato, em repúdio à construção do chamado “Muro da Vergonha”. A manifestação cultural foi convocada pelo Bloco Se Benze que Dá38, e O Cidadão esteve diretamente envolvido no ato, na programação cultural e na produção de um manifesto (FERREIRA e FERREIRA, 2010).

37 “De acordo com Marcondes, esta defesa do comunitário, do igual, do comum, do fortalecimento da identidade local se dá porque quem o faz pertence ao local em que o jornal circula. ‘(...) é elaborado por membros de uma comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo.” (MARTINS, 2011, p.11)

38 “O Se Benze que Dá, além de ser um bloco carnavalesco de embalo, é um instrumento de luta Política, Cultural e Educacional, constituído por moradores e amigos do bairro Maré, um das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro. Motivado principalmente pela dificuldade de circulação interna de seus moradores entre as diferentes comunidades que constituem a Maré e pela vontade de interferir positivamente em sua realidade social, o Bloco que fez o seu primeiro desfile no carnaval do ano de 2005, tem se firmado ao longo dos últimos anos como um importante movimento de resistência cultural e de contestação acerca da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. A média de integrantes varia, mas quando vai às ruas da Maré, além da bateria e passistas que somam por volta de 70 pessoas, este número cresce exponencialmente ao som da chamada “Vem pra rua, morador”! O Bloco desfila anualmente aos sábados que precede e sucede o calendário oficial do carnaval, sempre às 9h, com pontos de encontro que variam a cada ano. Fazendo jus ao seu lema, “Diversão sem Alienação”, participa constantemente de manifestações e atos públicos, como é o caso do Grito dos Excluídos. Em 2008, em pleno surto da epidemia de Dengue, foi realizado um desfile temático pelas ruas da Maré, com ótimos resultados e adesão dos moradores, alertando para a necessidade de ação conjunta contra a doença. Em 2009 além do Grito, o Bloco participou do ato “Outra Maré é possível”, uma caminhada pela valorização da vida e o fim da violência .

Ao longo destes cinco anos de existência, o Se Benze que Dá – que teve seu nome inspirado no desafio de transpor as barreiras impostas pela violência no bairro – tem sido um espaço de integração e compartilhamento de saberes. Ao contrário do que acontece nas grandes escolas de samba, o pré-requisito para a participação no nosso Bloco não é saber tocar com maestria qualquer instrumento que seja: mas tão somente querer participar, aprender e fortalecer a luta popular por um mundo diferente”. (SE BENZE QUE DÁ, 2009 [on line]).

Essa atuação não foi diferente em 2014, durante a invasão do exército. Os repórteres do Jornal O Cidadão relatavam, nos sites e no impresso, as denúncias que chegavam. Era grande o número de casos, a exemplo da notícia sobre outra remoção de casas na Vila do Pinheiro, uma das favelas da Maré. Nesta ocasião, a maior surpresa foi a presença massiva de tanques de guerra em volta das casas, os soldados em volta dos moradores e de qualquer pessoa que quisesse chegar perto para filmar a derrubada das casas (FELIX, 2014).

Imagem 15 – Site do Jornal *O Cidadão*



Fonte: Acervo pessoal, 2014

Imagem 16 – Site do Jornal O Cidadão

Merengue". As informações sobre a desocupação somente pode ser transmitida pela mídia comunitária local, mesmo assim, até um certo ponto, um cordão de isolamento militar, com tanques, caminhões e soldados impediam a aproximação do terreno.



Apenas de longe / Foto Eliano Félix

Fonte: Eliano Felix, 2014

Imagem 17 – Site do Jornal O Cidadão

Eliane do Nascimento, 40 anos, não conseguiu chegar ao local cedo, moradores e amigos, sabendo de seu estado emocional, pediram para ela não ver o que estava acontecendo, mas, a tarde, por volta das 13 horas ela não aguentou, e mesmo de cadeira de rodas foi ao terreno, mesmo de longe, impedida pelo cordão de isolamento militar, com os olhos marejados viu sua construção ser destruída, uma das últimas a ser derrubada pela retroescavadeira.



Jeane à esquerda, junto a Benedita, outra moradora removida, com o documento de posse

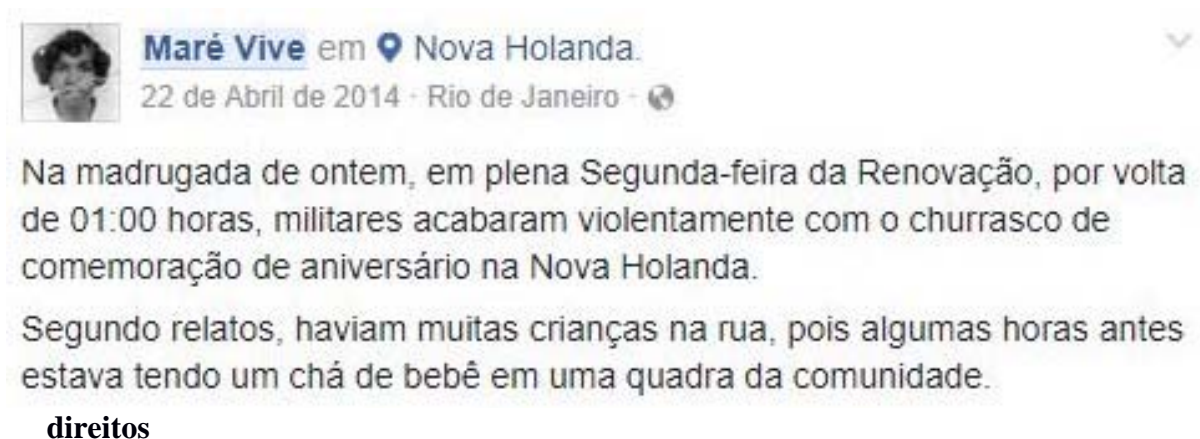
Foto / Eliano Félix

Fonte: Eliano Felix, 2014

A página *Maré Vive* surgiu exatamente nesse período de invasão do exército, em abril de 2014. Com menos de um mês de funcionamento, ela já era conhecida por um grande número de moradores. Na época, era grande o número de seguidores que passaram a enviar fotos, vídeos, relatos de violações cometidas dia e noite pelo exército. As denúncias aumentavam a cada vez que a página publicava uma notícia nova questionando a atuação do exército na favela.

Em abril de 2014, por exemplo, a página recebeu mensagens de moradores dizendo que estava havendo proibição de algo comum na favela: a festa na rua, churrasco, música. Em um post, fotos de remoções cometidas pelos soldados. Em outro comentário, lembrança de 2013, da chacina da Maré, em que 13 pessoas foram assassinadas. Estas eram mensagens postadas a cada denúncia enviada pelos moradores de diferentes favelas da Maré.

Imagem 18 - Postagem na página do *Maré Vive* sobre violações de



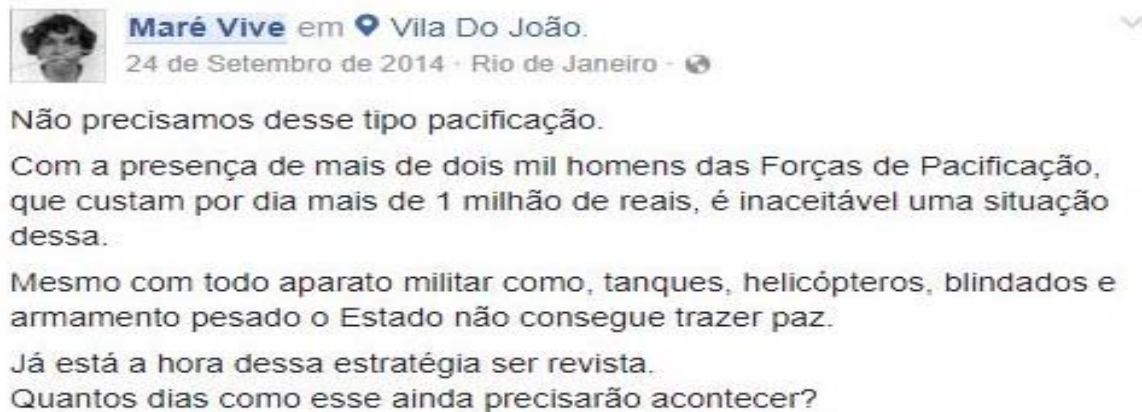
Fonte: Página *Maré Vive*, 2014

Imagem 19 – Postagem na página *Maré Vive* sobre violações de direitos



Fonte: Página *Maré Vive*, 2014

Imagem 20 - Postagem na página *Maré Vive* sobre violações de direitos



Fonte: Página *Maré Vive*, 2014

Imagem 21 – Postagem na página *Maré Vive* sobre violações de direitos



Maré Vive

8 de Dezembro de 2014 · 🌐

Via Moradores, isso mesmo, no plural!

Vários moradores estão reclamando do uso indevido dos Sprays de Pimenta.

"Os militares estão passando pelas ruas do salsa e merengue e tacando gratuitamente sprays de pimenta nos moradores q depois de uma rotina cansativa de trabalhos estão nos seus respectivos lugares nas suas portas de casa ou nos bares e simplesmente são coagidos a entrarem pq eles não estão dando direito da pessoa ir e vir...

Tacando em todo mundo....tenho um filho de 2 anos e 8 meses e o cheiro adentrou por debaixo da minha porta e meu filho simplesmente ingeriu sem querer dessa substância e está tocindo vomitando e chorando demais pq o olho dele não para de arder"

"Os militares lançaram gás de pimenta aqui na Vila do Pinheiro. Um absurdo! Várias pessoas sufocando, crianças chorando... Um horror!

Nos apartamentos... Não sei se lançaram na ciclovia...

Mas atingiu vários apartamentos.

Inclusive de uma senhora de 70 anos"


Fonte: Página *Maré Vive*, 2014

Imagem 22 – Postagem na página do Maré Vive sobre violações de direitos



Fonte: Página *Maré Vive*, 2014

Imagem 23 – Postagem na página do *Maré Vive* sobre violações de direitos



Maré Vive
24 de Junho de 2014 · 🌐

Um ano da chacina da Maré!

Já era fim de tarde quando moradores e moradoras tomaram algumas ruas, ocuparam o asfalto e foram cobrar, gritar por direitos, tais direitos que nunca tiveram. Mas, como sempre acontece, estes moradorxs foram silenciados, calados, jogados para dentro da favela a base de muito tiro, tiro este que não era de borracha, era de fuzil. Tais balas atravessaram o corpo de mais de 10 moradores e moradoras daquela favela por uma noite inteira. Foi noite de terror, foi noite de lágrimas de sangue, noite em que favelados e faveladas eram arrancados de suas casas e foram exterminados, executados, era a chacina da Maré. Amanheceu, e tudo estava fora da normalidade, só ouvíamos tiros, tudo fechado, tudo literalmente silenciado, fomos às ruas, encontramos algumas pessoas com medo, muito medo. O que ouvíamos era: Acabaram de matar mais um ali.

Nada era mentira, tudo era verdade, uma verdade que jamais queríamos ter visto. Nos encorajamos e tomamos as ruas da Maré, favela que é nossa, território nosso, identidade nossa, construção nossa, tomamos as ruas e caminhamos por becos e vielas dela, eramos crianças, adolescentes, jovens, adultos, mães, pais, senhoras, eramos mareenses querendo gritar contra toda a opressão que estávamos vendo ali, era tão claro a tamanha brutalidade, tão difícil enfrentar tamanha realidade. Corríamos e gritávamos contra a opressão, corríamos e gritávamos contra o caveirão, corríamos e gritávamos com nossas armas - o grito e o cartaz nas mãos. Corríamos e gritávamos que 'expulsamos o caveirão!' Foi simbólico a saída do caveirão, pois foi ele que por mais uma noite nos matou, foi ele que por mais um dia estava nos assassinando. Foi ele - com total permissão do Estado e apoio da sociedade - que por mais uma vez colocou nas costas do favelado a culpa por existir!

Hoje, a Maré, este chão que é construção nossa, só tem piorado, somos hoje a favela que está invadida mais uma vez pelas forças militares. Temos um soldado para cada 55 moradorxs, mas não temos um médico, um professor, um gari para cada 55 moradorxs. Triste realidade! Mas nossa força não tem fim!

Nosso grito continua, nossa voz não será silenciada nunca, nossa revolta só faz crescer nossa luta! As favelas Resistem! Continuaremos lutando sempre contra o extermínio de negros, pobres e favelados!

Nós não esqueceremos!

Artigo: Gizele Martins, moradora e comunicadora da Maré.

Fonte: Página *Maré Vive*, 2014

Imagem 24 - Postagem na página do *Maré Vive* sobre violações de direitos



Imagem 25 - Postagem na página do *Maré Vive* sobre violações de direitos



Fonte: Página *Maré Vive*, 2014

Publicizar as notícias sobre as arbitrariedades do exército em todo o conjunto de favelas da Maré era o foco da página *Maré Vive*, mas com o passar do tempo e com a grande chegada de denúncias e reclamações feitas pelos moradores, os comunicadores que faziam parte da página naquele momento decidiram realizar um ato. Toda a favela foi convocada, mídias nacionais e internacionais divulgaram a chamada da manifestação que estava marcada

para ocorrer na própria favela da Maré. Movimentos sociais e de outras favelas passaram a convidar a todos.

Imagem 26 - Postagem na página do *Maré Vive* sobre violações de direitos



Maré Vive
@Marevive

Página inicial
Sobre
Publicações
Vídeos
Fotos
Avaliações
Comunidade
Notas
Eventos

[Criar uma Página](#)

Maré Vive compartilhou o próprio evento.
21 de fevereiro de 2015 · 🌐

A manifestação será pacífica e não teremos uma liderança formal, nos organizaremos na hora do ato. É um levante do povo!!

Vai ser no gogó!! Sem esse lance de carro de som e discurso péla saco, quem tiver cartaz, que leve o seu. Quem tiver instrumento, lata, panela.. pode trazer também! Vambora fazer barulho!! É uma demanda do povo, não aguentamos mais viver na guerra, com tiroteios diários e a qualquer hora do dia..

Vamos nessa? Convide o máximo de amigos e pessoas. Se o ato for um fracasso, vamos rachar a cara legal.

Essa manifestação é pra você que está revoltado, se sentindo oprimido, com medo de sair de casa, que teve parentes feridos ou pra quem quiser chegar junto. Vamos dar um basta neste modelo de pacificação que só favorece a quem tem dinheiro e a quem mora fora da favela!! Chegou a hora favelaaaaaa!!

Nesta segunda, as 18h, vamos começar a concentração na entrada da Vila do João, próximo ao ponto do Moto-Táxi. Lá na hora a gente vai decidir se vamos fazer uma caminhada pela Avenida Brasil em direção ao CPOR ou se vamos por dentro da favela...

Convocamos também para o ato todas as ONGs da Maré, anistia internacional e nossos companheiros de mídia independente. Amigos favelados, todos serão bem vindos independentes de facção. Temos que nos unir!!

<https://www.facebook.com/events/1545214859061746/permalink/1545214862395079/>

Fonte: PÁGINA MARÉ VIVE, 2015

Imagem 27 - Postagem na página do *Maré Vive* sobre violações de direitos

10 **Eventos**

Eventos
Calendário
Aniversários
Descobrir
Anteriores

PROTESTO EM FAVOR DA VIDA NO COMPLEXO DA MARÉ

[+ Criar evento ▼](#)

Naldinho, Raphi e outros 245 amigos compareceram

Detalhes

No dia 12/02 cinco amigos tiveram o carro fuzilado pelos militares no Salsa e Merengue quando voltavam de uma festa. Um dos ocupantes do veículo além de ter perdido a perna, continua internado em estado grave.

Dia 20/02 um pedreiro foi assassinado enquanto fazia o seu trabalho na Vila do João. Confundido com traficante..

Hoje, dia 21/02, mais cinco pessoas foram alvejadas dentro de uma Kombi que fazia lotada Maré x Bonsucesso, na Vila do Pinheiro.

A manifestação será pacífica e não teremos uma liderança formal, nos organizaremos na hora do ato. É um levante do povo!!

Vai ser no gogó!! Sem esse lance de carro de som e discurso péla saco, quem tiver cartaz, que leve o seu. Quem tiver instrumento, lata, panela.. pode trazer também! Vambora fazer barulho!! É uma demanda do povo, não aguentamos mais viver na guerra, com tiroteios diários e a qualquer hora do dia..

Vamos nessa? Convide o máximo de amigos e pessoas. Se o ato for um fracasso, vamos rachar a cara legal.

Essa manifestação é pra você que está revoltado, se sentindo oprimido, com medo de sair de casa, que teve parentes feridos ou pra quem quiser chegar junto. Vamos dar um basta neste modelo de pacificação que só favorece a quem tem dinheiro e a quem mora fora da favela!! Chegou a hora favelaaaaa!!

Nesta segunda, as 18h, vamos começar a concentração na entrada da Vila do João próximo ao ponto do Moto-Táxi. Lá na hora a gente vai decidir se

Fonte: Página *Maré Vive*, 2015

No dia do ato, as ruas da favela, que já conviviam com tanques de guerra durante aquele período, passaram a ter tanques impedindo os moradores de circularem livremente. Os soldados proibiram os mareenses de saírem de suas casas. Poucas pessoas conseguiram chegar até o local da manifestação.

O protesto foi pensado e marcado para aquela data, dia 23 de fevereiro, porque, naquela semana, mais de dez pessoas haviam sido assassinadas na favela. Um carro com quatro jovens foi metralhado pelo exército quando estavam chegando do futebol. Na mesma semana, um imigrante estava andando com um saco de cimento na rua e levou um tiro, pois, segundo o soldado que atirou, ele estava em local inapropriado, a rua.

Nesta mesma semana, uma Kombi lotada de moradores foi metralhada pelos soldados. Ou seja, uma semana de inúmeras violações. Moradores enviavam mensagens, pedindo apoio. Os comunicadores da página relataram publicamente os acontecimentos e,

depois de todas estas denúncias, eles resolveram convocar publicamente uma manifestação para o dia 23 de fevereiro.

No dia 12/02 cinco amigos tiveram o carro fuzilado pelos militares no Salsa e Merengue quando voltavam de uma festa. Um dos ocupantes do veículo além de ter perdido a perna, continua internado em estado grave.

Dia 20/02 um pedreiro foi assassinado enquanto fazia o seu trabalho na Vila do João. Confundido com traficante..

Hoje, dia 21/02, mais cinco pessoas foram alvejadas dentro de uma Kombi que fazia lotada Maré x Bonsucesso, na Vila do Pinheiro.

A manifestação será pacífica e não teremos uma liderança formal, nos organizaremos na hora do ato. É um levante do povo!!

Vai ser no gogó!! Sem esse lance de carro de som e discurso péla saco, quem tiver cartaz, que leve o seu. Quem tiver instrumento, lata, panela.. pode trazer também! Vambora fazer barulho!! É uma demanda do povo, não aguentamos mais viver na guerra, com tiroteios diários e a qualquer hora do dia..

Vamos nessa? Convide o máximo de amigos e pessoas. Se o ato for um fracasso, vamos rachar a cara legal.

Essa manifestação é pra você que está revoltado, se sentindo oprimido, com medo de sair de casa, que teve parentes feridos ou pra quem quiser chegar junto. Vamos dar um basta neste modelo de pacificação que só favorece a quem tem dinheiro e a quem mora fora da favela!! Chegou a hora favelaaaaa!!

Nesta segunda, às 18h, vamos começar a concentração na entrada da Vila do João, próximo ao ponto do Moto-Táxi. Lá na hora a gente vai decidir se vamos fazer uma caminhada pela Avenida Brasil em direção ao CPOR ou se vamos por dentro da favela...

Convocamos também para o ato todas as ONGs da Maré, anistia internacional e nossos companheiros de mídia independente. Amigos favelados, todos serão bem vindos independentes de facção. Temos que nos unir!! (MARÉ VIVE, 2015)

O ato foi duramente reprimido. Tiros de fuzil acertaram algumas pessoas e, durante a noite, os moradores tiveram que conviver com bombas e tiros. Por causa da mobilização que o *Maré Vive* passou a fazer na favela, os seus comunicadores, assim como os do *O Cidadão* e de outros meios de comunicação comunitária da Maré, passaram a sofrer perseguição. Os comunicadores do *Maré Vive* foram pressionados a acabarem com a página. Josinaldo Medeiros, outro comunicador comunitário, diz como foi esse processo. “Tivemos a página clonada³⁹, o que foi bem ruim. A gente já tinha

39 DENÚNCIA: MARÉ VIVE SOB AMEAÇA | O coletivo Maré Vive vem informando os moradores do Complexo da Maré sobre tiroteios entre traficantes e "forças de pacificação" e violações de direitos humanos cometidas pela Polícia Militar e pelo Exército.

Recentemente, foi criada no Facebook uma página com o mesmo nome, postando fotos de traficantes e a localização de bocas de fumo na comunidade. Em retaliação, os traficantes estão ameaçando de morte os membros do coletivo – que seguem no anonimato. Coagidos a se calarem tanto por criminosos quanto por quem deveria preservar a lei, a Maré não pode se calar.

O coletivo Maré Vive pede que todxs compartilhem essa mensagem e denunciem a página clonada.

<https://www.facebook.com/RioNaRua/posts/1604953046383610> (RIO NA RUA, 2015) (14 de agosto de 2017)

(Publicado na Página do facebook do Rio na Rua (2015), Título: O coletivo Maré Vive pede que todxs compartilhem essa mensagem e denunciem a página clonada: <https://www.facebook.com/RioNaRua/posts/1604953046383610>) (14 de agosto de 2017)

(Publicado no blog do Crime News, (2015), Título: Página Fake na Maré denuncia traficantes da Nova Holanda e Parque União: <http://blogcrimesnews.blogspot.com.br/2015/04/pagina-fake-da-mare-denuncia.html>) (14 de agosto de 2017)

ssoas, e eu tenho certeza que quem clonou foi a polícia”, afirmou.

Imagem 28 - Postagem na página do *Rio Na Rua* sobre clonagem da página do *Maré Vive*

Fonte: RIO NA RUA, 2015

(Matéria publicada no site do R7, (2015), Título: Uma página falsa em uma rede social denuncia a ação de traficantes no Complexo da Maré, na zona norte da cidade. A página 'Maré Vive' tem o mesmo nome de uma outra que relata o cotidiano da comunidade. Link da matéria: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/balanco-geral-rj/videos/pagina-falsa-em-rede-social-denuncia-acao-de-trafficantes-no-complexo-da-mare-15102015>) (14 de agosto de 2017)

(Matéria publicada no site Vive.Com, (2015), Título: Na favela da Maré, um celular põe mais medo que um fuzil: https://www.vive.com/pt_br/article/na-favela-da-mare-um-celular-poe-mais-medo-que-um-fuzil) (14 de agosto de 2017)

Imagem 29 – Postagem na página do *Rio Na Rua* sobre clonagem da página do *Maré Vive*

The image shows a Facebook post from the page 'Rio Na Rua' (@RioNaRua). The post is dated April 15, 2015, and features a photo of a cloned Facebook page for 'Maré Vive'. The text of the post reads: '| DENÚNCIA: MARÉ VIVE SOB AMEAÇA | O coletivo Maré Vive vem informando os moradores do Complexo da Maré sobre tiroteios entre traficantes e "forças de pacificação" e violações de direitos humanos cometidas pela Polícia Militar e pelo Exército. Recentemente, foi criada no Facebook uma página com o mesmo nome, postando fotos de traficantes e a localização de bocas de fumo na comunidade. Em retaliação, os traficantes estão ameaçando de morte os membros do coletivo – que seguem no anonimato. Coagidos a se calarem tanto por criminosos quanto por quem deveria preservar a lei, a Maré não pode se calar. O coletivo Maré Vive pede que todos compartilhem essa mensagem e denunciem a página clonada.' Below the text is a thumbnail of the cloned page titled 'Terror Nenhum' with a crescent moon icon, showing the name 'Maré vive' and 'Comunidade' with 408 likes and 4 comments. The post has 22,177 likes and 21,867 followers. The right sidebar shows the page's community information, including a link to 'www.rionarua.org' and a 'Sugerir edições' option.

Fonte: RIO NA RUA, 2015

Por causa da clonagem, comunicadores que faziam parte do *Maré Vive* passaram a sofrer perseguição. No geral, todos os outros meios de comunicação comunitária também passaram a conviver com a censura, naquela ocasião tudo se intensificou na favela. O tensionamento por parte das forças militares passou a ser grande, o medo passou a ser algo constante para quem queria denunciar as inúmeras violações do exército nas favelas.

A comunicadora comunitária, na época coordenadora do *O Cidadão*, Thaís Cavalcante, contou que fazer comunicação naquela época foi algo bem delicado. “A comunicação que acontece dentro da favela é mais delicada do que a que temos em outros lugares. Além de jornalistas, somos moradores. O cuidado é redobrado e tudo nos envolve emocionalmente também” (informação oral), completou. (CAVALCANTE, 2016).

Ainda de acordo com Thaís, quando a ocupação militar estava pelas ruas da favela da Maré, em 2014 e início de 2015, os comunicadores se sentiam limitados para circular pelas ruas e produzir matérias sobre temas ligados aos direitos humanos.

Nós nos sentíamos limitados para poder relatar e fotografar o que acontecia. Seja a respeito do exército ou de um evento cultural cotidiano. Já recebi gritos de um militar sobre como falar ou dar bom

dia. Mas não respondi. Ninguém é obrigado a ser educado com o opressor. Como comunicadora sempre tive cuidado com o que fazia próximo a eles. Mas muitas vezes tive que me identificar, de que veículo eu era, qual o site, qual meu nome...etc. (MARTINS, 2015 [online])

Eliano Felix, jornalista e morador da Maré, outro comunicador comunitário que pertencia ao Jornal *O Cidadão* em 2014, disse que fazer comunicação comunitária durante a invasão do exército na Maré foi uma realidade que nunca tinha vivido antes. Ele fez a cobertura de uma remoção no dia 22 de julho de 2014 para o Jornal *O Cidadão*, demonstrado acima nas imagens 16 a 18.

Neste dia, ninguém pôde se aproximar das casas, foram todas removidas. Em outro momento, o comunicador foi verificar uma abordagem de um soldado a um jovem negro que estava sentado em um bar. Na ocasião, o soldado apontou o fuzil para ele por tentar filmar a abordagem agressiva. Eliano virou o alvo por tentar mostrar a violação e foi levado para o posto da polícia local, que também era de uso dos soldados na época.

Estávamos aqui há décadas trabalhando com comunicação comunitária, daí chegou o exército aqui e eles dizem o que a gente podia ou não falar. Quando eles removeram as 30 casas de uma comunidade aqui na Maré, eles proibiram a gente de tirar fotos. A gente não podia falar, não podia circular, não podíamos fazer nosso trabalho (informação oral). (FELIX, 2016)

A repórter Valdirene Militão, de 44 anos, moradora da Roquete Pinto, na Praia de Ramos, uma das favelas da Maré, relatou como foi cobrir qualquer fato jornalístico na Maré durante os anos de 2014 e 2015. Para ela, fazer comunicação comunitária neste período foi quase impossível:

Durante a presença do exército, eu subia e descia o morro com fuzil apontado na cara. Era difícil saber que os seus amigos estavam sendo revistados 16, 18 vezes por dia. Exemplo disso é quando um amigo me contou que estava correndo na Vila Olímpica da Maré, fazendo o seu treinamento quando foi revistado porque estava correndo. Ele era um atleta, mas pararam ele e fizeram várias perguntas. Mas ele foi parado porque era visto como um inimigo, era favelado, estava num espaço favelado e é homem negro. Eu, por exemplo, também fui parada, revistada, o que era um absurdo, a gente não acreditava naquilo. Subíamos o morro com medo, eu sempre dava de cara com caveirão, o anfíbio, com o tanque de guerra. Nenhum desses relatos podíamos fazer nas nossas mídias, a gente não podia filmar nenhuma dessas violações. Mas os soldados filmavam a gente, eles podiam filmar a gente, mas se a gente parasse para filmá-los a gente era revistado, sofria abuso, faziam várias perguntas. Só quem viveu aquilo é que sabe, não tem palavras para descrever aquilo (informação oral). (MILITÃO, 2016).

Para trazer mais elementos em relação aos tipos de censura cometidos pelo exército aos comunicadores e aos meios de comunicação comunitários da Maré em 2014, para esta pesquisa, entrevistei Bhega. O Cineminha no Beco, que surgiu em 2013 e funciona em todas as favelas da Maré, é diferente dos outros veículos citados anteriormente. Como já afirmado, é voltado para as crianças com filmes diversos sendo passados nas ruas, becos e vielas da favela.

Na entrevista, ele afirma que o Cineminha no Beco não sofreu censura explícita, assim como outros meios comunitários e outros comunicadores da Maré sofreram. “No Cineminha não teve não. Nem no meu trabalho. Pelo menos na questão do Cineminha não tivemos problema algum (informação oral)” (BHEGA, 2018). Em seguida, ele confessa que sempre soube que outros meios de comunicação comunitária passaram por intervenção na programação local, assim como a rádio poste de uma das favelas da Maré.

Eles foram na rádio de alto-falante para falar sobre as questões deles. Pediram para os comunicadores ajudarem o Exército Brasileiro. Pediram para tocar uma vinheta deles para ajudar a comunidade, pediram para divulgar as ações locais colocando as vinhetas. Falaram que era ação de rua, documento, exame de vista. Pediram para não denunciar nada também (informação oral). (BHEGA, 2018)

Bhega (2018) lembra que eles chamaram as lideranças da favela para uma reunião, dizendo que estavam ali para “ajudar a comunidade”. Disse que, para além dos comunicadores, professores, garis, agentes comunitários de saúde e lideranças da favela também foram chamados. Ele lembra que a programação da rádio sofreu uma autocensura, ou seja, a programação normal, do dia a dia, nem sequer tocou músicas populares da favela, para que os comunicadores não sofressem qualquer tipo de represália. “Eles não mexeram muito com a rádio, iam lá e botavam as vinhetas para tocar. Lembro também que nesta época só tocava música instrumental. Não teve nenhum debate. O pessoal da rádio nem tentou fazer porque sabia que ia sofrer represália” (informação oral). (BHEGA, 2018)

Ou seja, a censura e a autocensura fizeram parte do cotidiano dos moradores comunicadores da Maré. É importante ressaltar que todos os entrevistados, comunicadores que passaram todos estes anos denunciando as inúmeras violações do Estado ocasionadas pela chegada dos grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro, são moradores deste espaço chamado Maré, assim como lembrado pela comunicadora Thais Cavalcante.

É importante lembrar que ser censurado dentro de casa é bem pior do que ter a oportunidade de se retirar do local, o que faz aumentar o medo. Por isso, a autocensura

“escolhida” por alguns, ou a censura imposta a outros no momento em que a favela estava rodeada de tanques, além de uma intervenção militar prática e real dentro dos meios de comunicação comunitária. Havia, ainda, a pressão de saberem que os seus nomes e endereços eram muito fáceis de serem descobertos pelo comando do exército naquele período. A autocensura, uma forma de poder menos evidente cometida aos meios de comunicação e aos comunicadores hoje, foi muito questionada nos tempos da ditadura militar, mas volta a ser praticada hoje, assim como no caso da Maré.

A autocensura nada mais é que uma forma de anular, intencionalmente ou não, parte da informação pelo jornalista ou empresa jornalística. Sendo assim, o leitor é levado a acreditar em notícias ilusórias, pois é privado de fatos relevantes. Esses fatos estão sendo controlados e, por isso, não deixam cicatrizes tornando mais difícil de identificar se o texto realmente foi censurado, o que não acontece quando o mesmo é censurado por outrem. Segundo informações extraídas da Enciclopédia do Projeto Renasce Brasil e disponibilizado no site, a censura do ponto de vista que é exercida, pode ser preventiva, repressiva ou indireta. A censura preventiva ou prévia é o direito que tem o governo de exercer vigilância sobre a publicação de livros ou periódicos, fora da intervenção dos tribunais. Censura essa que foi praticada de forma intensa, principalmente, durante a ditadura militar. (OLIVEIRA & FORECHI, 2012, p. 1-2)

Durante o dia a dia da favela, todos os moradores passaram a ter os celulares revistados. Passou a ser proibido o uso de celular na rua pelos soldados. Eles proibiram os comunicadores e os moradores de tirarem fotos, de circularem e de divulgarem os acontecimentos. Alguns foram até levados para a delegacia, por estarem exercendo a função de comunicador. As pressões, a censura, a falta do direito à liberdade de expressão foram situações comuns em todas as 16 favelas da Maré.

Para a surpresa desta pesquisa, Bhega contou que tamanha censura ocorreu em 1992. Ele disse que práticas como as que aconteceram em 2014, durante o tempo em que o exército permaneceu na Maré, também ocorreram quando o Rio de Janeiro recebeu um dos primeiros grandes eventos internacionais, a Eco 92.

De 03 a 14 de junho de 1992, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco-92. Neste evento, que reuniu inúmeros chefes de estado, o principal debate foi sobre os impactos ambientais no mundo⁴⁰. Naquele período, o Rio passou a ser temporariamente a capital

40 Sobre a Eco 92 ver: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>

federal do país. E o que restou para as favelas foi a presença ostensiva das forças militares⁴¹. Assim como nos megaeventos recentes no Brasil e, principalmente, realizados no Rio de Janeiro, a censura também foi massiva aos comunicadores comunitários. Na entrevista, Bhega mostrou experiências antigas de sobrevivência e resistência próprias e da comunicação e cultura comunitária ainda em 1992.

Na época da Eco-92, eles vieram aqui na rádio. Aí intimidaram o pessoal perguntando onde que era a rádio. Aí ele falou ‘a rádio é do Noberto, o proprietário.’ Aí, perguntou quantas pessoas trabalhavam aqui. Ele falou: ‘A b c d., Eles falaram: ‘Então a partir de hoje a rádio vai sair daqui. Vai sair daqui. Vai para o quartel.’ Foi lá para a 24° DP no auditório e tinha que gravar tudo o que eles queriam de utilidade pública deles e todo mundo que ia na rádio, no 24° DP, tinha que se identificar ‘Quem é?’, ‘Por que que você veio na rádio?’ Na ECO 92, foi difícil pra caramba, roubaram a rádio, tiraram a rádio daqui. Aí eles fizeram um levantamento da rádio. A rádio era registrada, apesar de ser no poste de serviço de alto-falante. Eles botaram um soldado para operar a rádio. Por exemplo, eu não podia mais operar. Nem o proprietário podia operar. A gente ficava do lado do cara operando. Quando eu queria visitar a rádio tinha que pedir autorização lá na rádio. Não podia ir de qualquer hora nem qualquer dia. Quando chegava lá na rádio, eles perguntavam: ‘Quem vai vim aqui hoje?’ Eram muitas perguntas (informação oral). (BHEGA, 2018)

Tais intervenções ocorridas em 1992 foram bem parecidas com as que ocorreram em 2014. O objetivo era mexer com a programação e a linha editorial dos meios comunitários. Em 2014, Bhega afirma que houve intervenções como estas nas rádios livres da Maré. Os soldados visitavam as rádios livres, comunitárias, além de entrarem nos locais em que as mídias impressas eram produzidas: “Em 2014, eles colocavam as vinhetas deles. Vinham ver qual o tipo de música que estava tocando. Eles controlavam os conteúdos. Só tocava na rádio música instrumental, era o que era permitido (informação oral)” (BHEGA, 2018).

2.3 Não foi caso isolado: Censura em outras favelas militarizadas

Em relatório produzido pelo Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, em 2015, intitulado “Militarização das Favelas do Rio de Janeiro”, constam inúmeras denúncias de comunicadores ameaçados, revistados e afastados de seus locais de moradia e atuação. Nas favelas da Maré, do Alemão, Mangueiras, Jacarezinho, Santa Marta e em outras também invadidas pelas UPPs, o mesmo aconteceu e ainda ocorre.

41 O esquema de segurança da conferência sobre o meio ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida também como Rio 92, começou no fim de maio de 1992 e envolveu mais de 17 mil homens. Militares do Exército em jipes e tanques ficaram estacionados em ruas estratégicas da cidade. (AMORIM, s.d)

No relatório do Fórum de Juventudes (2015), um caso que aparece é o do Naldinho Lourenço. Em outubro de 2014, o fotógrafo e morador do Conjunto de Favelas da Maré foi revistado pelo exército e pela polícia federal e impedido de registrar uma operação na Vila do João. Quase todas as fotos feitas com o celular de Naldinho foram apagadas pelas autoridades sem motivo aparente. O fotógrafo publicou tal abuso em sua página do *Facebook*, trazendo assim o questionamento sobre a censura praticada contra mídias de favelas após a entrada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

De acordo com dados do relatório do Fórum de Juventudes (2015), acontecimentos como o que ocorreram na Maré são vistos em outras favelas. O relato de uma jovem participante de um projeto e comunicadora comunitária em Manguinhos mostra isto:

Presenciei uma abordagem policial de um cidadão que passava em seu carro ouvindo música alta (funk). Um policial da UPP fez a abordagem apontando fuzil e mandando parar. Do outro lado da rua, eu filmava essa abordagem. O policial viu e disse que eu não poderia filmar eles e que iria me levar para o DP (Distrito Policial). Pressão psicológica daqui e dali por parte da UPP. Ao final terminaram anotando o nome de todos, o cidadão do carro e seu carona, mais eu que filmava, em um cadastro que desconheço. No meio desse caso mais dois cidadãos chegaram e tentaram dialogar com o policial e o mesmo disse que, se pegar o motorista ouvindo música chula e a pessoa que filmou fazendo isso outra vez, vão levar ambos para o DP (FÓRUM DE JUVENTUDES, 2015).

Em 2010, o rapper e comunicador comunitário Fiell⁴², morador do Santa Marta, favela localizada na Zona Sul, a primeira a receber a Unidade de Polícia Pacificadora, foi agredido por policiais da UPP. Fiell e outros comunicadores comunitários de outras favelas do Rio, além de militantes de organizações de direitos humanos que atuam na cidade, inauguraram a Rádio Comunitária Santa Marta⁴³. Todo o processo de construção da rádio foi coletivo. Festas, assembleias, reuniões e cursos de técnicas de comunicação e sobre a história da comunicação popular e comunitária foram promovidos na favela.

42 Emerson Cláudio Nascimento dos Santos é o nome de batismo de Fiell.

43 “A rádio comunitária Santa Marta, que opera na grande favela de Santa Marta, no Rio de Janeiro, foi fechada pela Anatel e pela Polícia Federal. No ar há cerca de um ano, a rádio é muito influente na comunidade, com participação ativa dos moradores e sem qualquer fim lucrativo. Santa Marta é um dos territórios onde estão operando as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O fechamento da Rádio Santa Marta aconteceu no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

A rádio comunitária Santa Marta foi construída de forma coletiva por moradores de diversas comunidades. Por ser uma conquista dos trabalhadores, recebeu as doações de equipamentos para o seu funcionamento: computadores, móveis e cursos de capacitação para os locutores e colaboradores da rádio, que são todos moradores da favela. Os agentes lacraram todos os equipamentos e levaram o transmissor. O Rapper Fiell (Emerson Claudio Nascimento) e Antonio Carlos Peixe, diretores da emissora, foram detidos pelos agentes federais”. (OBSCOMCOM, [online], s.d)

A rádio ficou logo conhecida pelos moradores. A participação era grande e denúncias sobre as violações cometidas pela UPP eram divulgadas constantemente. Não por acaso, Fiell foi agredido diversas vezes pela polícia local (AMADO, 2010). Depois de inúmeras violações e invasões da polícia na sala em que funcionava a rádio, a polícia federal conseguiu fechar a emissora. Fiell foi levado preso pelos agentes de segurança e até hoje paga um valor como multa por ter construído junto aos moradores uma rádio comunitária.

Os casos de censura como o de Naldinho, da moradora de Manguinhos que não quis se identificar, do Rapper Fiell e de tantos outros comunicadores não ocorrem por acaso. Não podem ser considerados casos isolados. Os comunicadores têm sofrido censuras, ameaças ou sendo expulsos do seu próprio local de moradia por denunciarem as violações de direitos.

A produção de notícias feita por eles é diferente do conteúdo veiculado pelas mídias comerciais. As notícias e análises apresentadas por esses comunicadores locais têm um peso diferente quando se trata da questão ideológica, do questionamento ao racismo e de todos os outros tipos de discriminação que ocorrem na favela por ser um espaço em que habitam negros, indígenas e nordestinos, populações estas que são pobres e historicamente massacradas e criminalizadas no Brasil.

3 NÃO HÁ LIBERDADE, É PRECISO REINVENTAR!

3.1 “A nossa liberdade de expressão é limitada”: Um direito ainda a ser conquistado na “democracia” brasileira

Diante das ameaças e censuras que ocorreram e ainda ocorrem aos comunicadores comunitários da Maré e das mais variadas favelas militarizadas ao longo destes anos de megaeventos, muitos comunicadores questionam se a liberdade de expressão no território brasileiro é garantida, como previsto na constituição brasileira.

Até este capítulo, falas de comunicadores mostraram que, dentro da favela, a falta de direitos está presente, sendo a liberdade de expressão um dos tantos direitos ainda não garantidos. Relacionei as falas dos comunicadores da Maré com os altíssimos dados de censuras, ameaças e até assassinatos a comunicadores no território brasileiro – a maioria cometidas em áreas empobrecidas do país – e todos estes dados foram pesquisados e divulgados por organizações nacionais e internacionais que lidam com a defesa e garantia do direito à livre expressão. Para terminar, com a esperança de que a vida favelada cria alternativas para a ausência de direitos e luta de diversas formas por eles, nesse mesmo capítulo mostro como alguns dos comunicadores citados ao longo deste trabalho recriaram as suas formas de organização em tempos de intervenção em 2014 e 2015.

Para complementar a análise, umas das perguntas feitas aos entrevistados para este trabalho foi sobre a liberdade de expressão. O objetivo foi saber se estes comunicadores se sentem livres e se, sendo moradores de favelas e noticiando as violações do Estado dentro delas, assim como em 2014 e 2015 na Maré, tudo fica pior no que se trata da liberdade de se comunicar. Para a jornalista, comunicadora comunitária e moradora da Maré, Rosilene Miliotti, a liberdade de expressão tem limite:

É complicado porque essa liberdade de expressão tem limite e o limite não é só a nossa segurança. Porque como a gente mora ali a gente tem família ali. É pensar na nossa segurança e na de outros. A gente não coloca só em risco a minha moradia, por exemplo, porque a gente sabe muito bem que se o tráfico cisma com você, ele manda você sair do lugar e pronto. A gente sabe que a polícia, a milícia, todos eles fazem isso, mas ainda tem outras pessoas em volta. A gente tem a liberdade, mas a gente tem esse limite da liberdade que é o medo. A gente tava vulnerável. Então assim: Sempre tem que tentar se resguardar para fazer a denúncia. Muitas das vezes o *Maré de Notícias* não apareceu, mas muitas delas foram reportadas para jornalistas de fora: ‘Tá acontecendo isso, isso e isso. Mas eu não posso aparecer’. Mas eu sei que é importante o caso aparecer pra

poder dar alguma solução. São formas que a gente vai aprendendo pra poder se resguardar e não deixar de denunciar, é isso. A nossa liberdade de expressão ela é toda cercada pelo medo o tempo inteiro (informação oral). (MILIOTTI, 2018)

O medo é, sem dúvida, mais uma prova de que a liberdade de expressão para nós, comunicadores de favelas, é um mito. Este medo, ocasionado pelo aumento da violência sofrida pelos comunicadores que trabalham nos territórios em que residem, é um fator a ser considerado quando se tem toda a família residente no mesmo local.

Eu, Gizele, enquanto moradora, comunicadora, defensora de direitos com toda a minha família morando na Maré, confesso que senti o mesmo medo em diversos momentos em que noticiava as violações de direitos. É um medo que cerceia a vontade de se expressar, pois há a preocupação de não poder mais circular no seu espaço de moradia, ou, até mesmo, o medo de ser expulsa junto com a família pelas forças armadas ao se sentirem ameaçadas por serem expostas quanto aos seus atos.

Para Eliano Felix, morador, jornalista e comunicador, a liberdade de expressão também é um mito para quem tenta falar de direitos humanos dentro das favelas, mesmo participando de uma das mídias mais antigas e respeitadas da Maré:

A liberdade de expressão aqui não existe de forma plena como deveria ser. *O Cidadão* conquistou com um tempo uma credibilidade e uma imagem para poder falar. A gente chega nos espaços e ele é respeitado, mas a plenitude de poder falar livremente sobre o que vê e sente, isto não é possível (informação oral). (FELIX, 2018)

Eliano complementa dizendo que existem outras formas de censura que impedem os comunicadores: “Existem as ONGs, elas dificultam também. Se a gente for cobrir um evento de uma outra ONG, a gente tem que ter um jogo de cintura, não pode citar nome. A linha editorial, muitas das vezes, não agrada as ONGs, já que elas têm financiadores até do governo” (informação oral). (FELIX, 2018)

Rosilene explica que não sofreu nenhum tipo de censura direta como outros comunicadores da Maré em 2014 e 2015, assim como explicou Bhega, que disse que também não sofreu nada diretamente, mas pode ter sido porque ela conseguiu pensar em formas alternativas de fotografar os soldados para que não fosse percebida por eles:

Eu tive a sorte de não ter problemas com o exército. Foi uma das épocas que eu mais fotografei na rua com o exército ali. Para fotografar, eu comecei a acompanhar eventos que aconteciam na rua e ficava ligada na hora que o exército passava pra fotografar eles. Eu acompanhei procissão da igreja católica. E eu estava fazendo as duas coisas, fotografando a procissão, a fé das pessoas, e o exército. Esta

foi uma estratégia que eu usei pra não sofrer com isso, mas eu sei que muitos amigos tiveram bolsa revirada. Foram totalmente impedidos de fazer fotografia de ser fotógrafo ali. Eu sabendo disso, tentei me resguardar (informação oral). (ROSILENE, 2018)

Estratégias de se comunicar foram saídas criadas por alguns comunicadores por causa da tensão em que se encontrava a favela durante o período de 2014 e 2015. A autocensura e o medo impunham limites aos comunicadores para circularem pelas 16 favelas, para falarem, noticiarem, expressarem o que sentiam, viam e ouviam diante daquela situação. O mais significativo é pensar que tamanha falta de liberdade se deu no período atual, em que o país se diz democrático, em que afirma garantir a liberdade de se comunicar, de se expressar, de falar, noticiar, como descrito na constituição brasileira no artigo 5º, inciso IX, onde se lê: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente da censura ou licença.” (BRASIL, 1988)

Diante disso, o país demonstra ser ainda mais contraditório por censurar comunicadores que moram em uma área empobrecida e longe de ter assegurado sequer o direito à vida. Foi o que ocorreu no Conjunto de Favelas da Maré, onde parece que o único direito foi o de ter soldados censurando quem queria expressar o medo que vivia durante o período militar na democracia.

Quando focamos a análise em crimes de violação à liberdade de expressão de comunicadores e defensores de direitos humanos, percebemos uma quantidade considerável de casos em que o mandante é um agente do Estado, muitas vezes diretamente ligado às investigações criminais e ao sistema judicial. (ARTIGO 19, s.d)

Dados da *Artigo 19* revelam que ameaças a comunicadores, a não garantia do direito de se comunicar e, ainda, do direito à vida, são desafios atuais do Brasil, colocando o país em contradição no que ele defende ou diz defender na constituição brasileira. A *Artigo 19* é uma organização não-governamental que está presente no Brasil desde 2012 por causa do aumento das violações cometidas pelo Estado aos jornalistas e comunicadores.

Desde então tem se notabilizado por impulsionar diferentes pautas relacionadas à liberdade de expressão e informação, entre as quais estão o combate às violações ao direito de protesto, a democratização dos meios de comunicação, a descriminalização dos crimes contra a honra, a elaboração e a implementação da Lei de Acesso à Informação e a construção e defesa do Marco Civil da Internet. (ARTIGO 19, s.d)

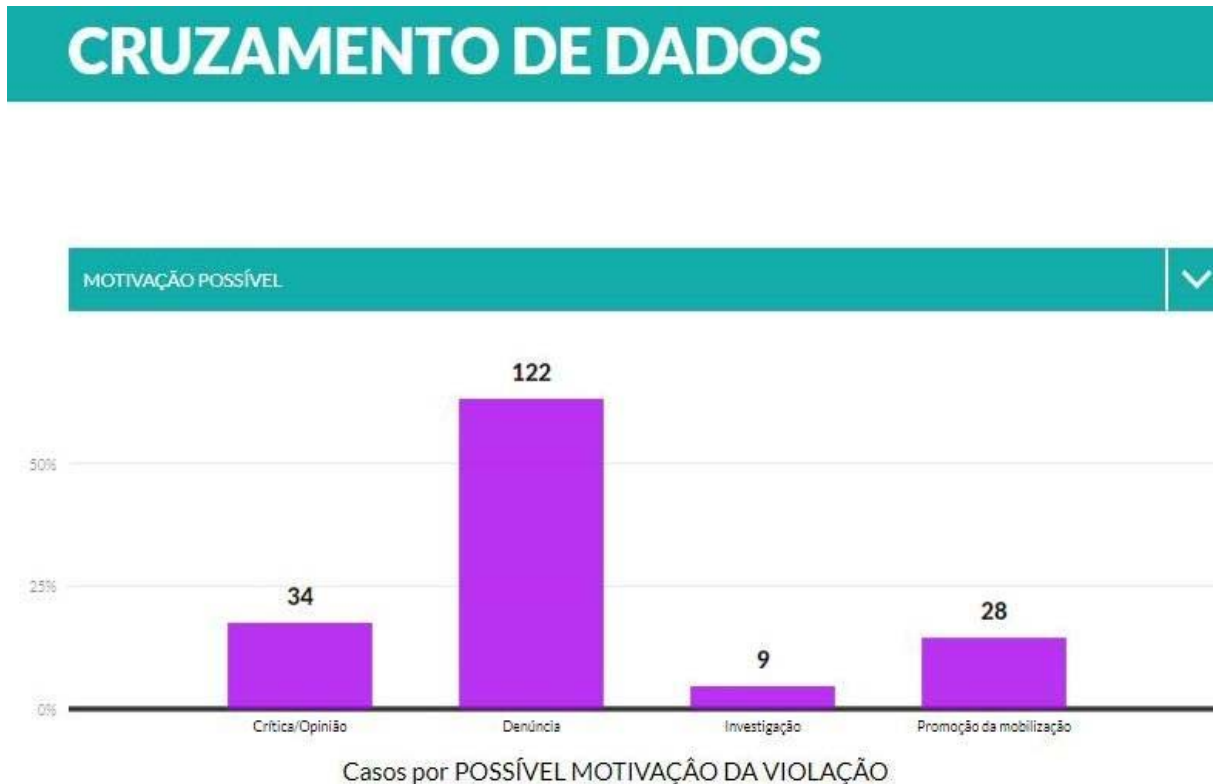
Os mapas abaixo, publicados no site da *Artigo 19*, demonstram que o número de ameaças a comunicadores no ano de 2014 cresceu no Brasil. Também mostram que um dos

motivos que mais fizeram e fazem os comunicadores sofrerem ameaças, serem censurados e perderem a liberdade é a denúncia das violações cometidas pelo Estado. O segundo motivo que mais leva a censura e ameaça aos comunicadores é a exposição de uma opinião crítica.⁷⁴

Imagem 30 - Imagem do site da página da organização *Artigo 19*



Fonte: ARTIGO 19, 2016.

Imagem 31 - Imagem do site da página da organização *Artigo 19*

Fonte: ARTIGO 19, 2016.

Para além das organizações que estão pesquisando, escrevendo e tentando de alguma forma denunciar as violações causadas aos comunicadores em todo o país, existe também um esforço dos movimentos sociais e dos comunicadores comunitários que lidam com o tema da democratização da comunicação para mostrar que o Brasil é um dos grandes violadores de direitos quando se trata do direito de se comunicar.

Um relatório divulgado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) apontou que, em 2014, o número de jornalistas assassinados caiu, mas houve crescimento do número de assassinatos a comunicadores e que o maior violador são os agentes do Estado⁴⁴.

⁴⁴ No Brasil, a categoria dos jornalistas profissionais é formada majoritariamente por mulheres, mas historicamente a maioria das vítimas de violência em razão do exercício profissional do Jornalismo é do sexo masculino. Em 2014, mais uma vez essa característica foi mantida: 99 jornalistas do sexo masculino e 22 profissionais do sexo feminino foram vítimas de violência. Os três jornalistas assassinados em razão do exercício profissional eram do sexo masculino, assim como ocorreu nos últimos anos. A mesma tendência manteve-se nas demais formas de agressões registradas. Houve também 15 casos (11,03%) em que o gênero do jornalista agredido não foi identificado. Estes casos são registros de equipes de profissionais agredidas, nas quais os nomes dos jornalistas não foram identificados; registros de ações judiciais contra os veículos de comunicação e também um caso de assédio político registrado no Ceará, que atingiu todos os jornalistas de um jornal. Na análise da violência contra jornalistas por gênero, o número supera o total dos 129 casos porque em algumas ocorrências mais de um jornalista foi agredido. (FENAJ, 2016)

No Brasil e em diversos países do mundo, os jornalistas têm sido vítimas de violências, em tentativas criminosas de silenciar os que têm por ofício dar voz aos diversos atores sociais que compõem cada sociedade. Em 2014, três jornalistas brasileiros foram assassinados e mais de uma centena sofreu algum tipo de agressão (FENAJ, 2015).

Diante do crescimento dos casos de violações, intimidações, censuras e até de assassinatos a jornalistas e comunicadores em todo o Brasil, em 2017, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) lançou a campanha ‘Calar Jamais!’, para dar visibilidade às graves violações com depoimentos de jornalistas, comunicadores, cinegrafistas e fotógrafos denunciando as ameaças e censuras.⁴⁵

No final de 2017, a Artigo 19, responsável pela pesquisa dos gráficos acima, junto ao Repórteres Sem Fronteiras e ao Intevozes, tentou realizar uma audiência pública com o objetivo de levar o Brasil para o banco dos réus por ser um dos países que mais violam os direitos dos comunicadores e jornalistas depois do México.

Como seria possível, o governo – responsável por emitir as passagens aos fotógrafos, comunicadores e jornalistas ameaçados – não comprou as passagens e não deu explicações. Comunicadores da Maré seriam convidados para essa audiência. A censura ocasionada pelo exército em 2014 seria um dos temas da audiência pública. Para denunciar tal ação de silenciamento cometida, mais uma vez, pelo próprio governo, as organizações divulgaram a nota abaixo:

Nota Pública das entidades que compõem a Comissão Permanente de Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão do CNDH sobre o cancelamento da audiência “Estratégias de enfrentamento à violência contra comunicadores/as no Brasil”

As entidades abaixo nomeadas, integrantes da Comissão permanente Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão do Conselho

45 “O direito à comunicação nunca foi plenamente constituído no Brasil enquanto direito humano básico de todo cidadão. Sendo assim, a liberdade de expressão, um dos pilares desse direito, sempre esteve em risco no nosso país. Em períodos como o atual, de violações à democracia acompanhadas de uma agenda política retrógrada, a liberdade de expressão fica ainda mais ameaçada.

As últimas movimentações pós-golpe dos ocupantes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) reforçam que a livre manifestação de pensamento não será “tolerada” quando não estiver consonante com a manutenção do *status quo* vigente. Entidades e militantes dos direitos humanos têm tido que reforçar e reafirmar a cada dia os princípios da liberdade de expressão e de imprensa, assim como o direito à comunicação, como garantias fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática. E esse cerceamento tem acontecido em diversas frentes.

Na manutenção do oligopólio midiático e no desmonte da comunicação pública. Nas decisões judiciais censurando manifestações artísticas e na violenta repressão policial durante protestos. E também nos ataques aos direitos na internet e à liberdade de imprensa. Em todos esses campos, o cenário brasileiro atual revela o objetivo de calar as vozes dissonantes. Calar Jamais! Na tentativa de reagir aos ataques e confrontar essa onda de violação e censura que vem ocorrendo em nosso país, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) lançou no ano passado a [campanha CalarJamais!](#), que teve divulgado em outubro de 2017 seu relatório de um ano de implementação. A publicação traz o balanço das violações à liberdade de expressão registradas na plataforma do Calar Jamais! ao longo desse período” (VIEIRA, 2017, [online])

Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), vem a público denunciar o cancelamento da Audiência Pública Estratégias de Enfrentamento à violência contra comunicadores no Brasil. A audiência, marcada para a tarde desta segunda-feira (23), foi impossibilitada pela não emissão das passagens de convidados diretamente atingidos por situações de violência. As passagens haviam sido solicitadas à Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério de Direitos Humanos (MDH) pelo CNDH em 05/10/2017 tendo sido autorizadas pelo órgão em 10/10/2017. Ainda assim, até a manhã de hoje (23), data de realização do evento, as passagens das vítimas não haviam sido emitidas, o que obrigou a Comissão a cancelar a audiência.

A situação expressa descaso da pasta com um tema fundamental para a liberdade de imprensa e liberdade de expressão e para o funcionamento das instituições democráticas no Brasil, dentre elas o próprio Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo em que expressa sua indignação, a Comissão Permanente Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão solicita que sejam tomadas providências quanto à operacionalidade da emissão de passagens e outros processos que possibilitam o pleno funcionamento do CNDH e de suas comissões, inclusive no que diz respeito à sua dotação orçamentária, conforme a lei 12986/2014, artigo 14.

Entre junho de 2013 e dezembro de 2016, mais de 300 comunicadores e comunicadoras sofreram agressões e mais de 20 foram assassinados no Brasil. Da mesma forma, aumentaram os casos de ameaças, agressões e processos judiciais abusivos, entre outras formas de intimidações físicas e verbais contra comunicadores/as. Neste período, o Brasil se tornou o segundo país da América Latina com o maior número de assassinatos de comunicadores/as, atrás apenas do México.

Neste grave cenário, solicitamos um posicionamento célere e transparente da Secretária Nacional de Cidadania (SNC) do Ministério de Direitos Humanos (MDH) quanto ao ocorrido, esperando que sejam tomadas medidas visando o resguardo da autonomia do CNDH e do dever do Estado brasileiro na proteção dos comunicadores e comunicadoras⁴⁶. (ABGLT *et al*, 2017)

Ou seja, depois do crescimento de ameaças, censuras e do aumento de comunicadores assassinados no Brasil, quando se tenta colocar os violados de frente para os violadores, no caso, o governo brasileiro, eles não respeitam o que está descrito na constituição brasileira, ou seja, não respeitam o direito ao diálogo sobre as violações de direitos humanos. O Brasil desrespeita a sua própria constituição. Ele viola o direito de falar e se protege não abrindo diálogo com os comunicadores que se organizam para mostrar que estão sendo censurados nas favelas, nas periferias, em todo o país.

46 Assinam esta nota: ABGLT; ARTIGO 19; Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Instituto Alana; Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; Rede Andi Brasil; Repórteres sem Fronteiras.

3. 2 Narrativa, poder e censura

No subcapítulo acima, foi identificado pelas respostas dos comunicadores que a liberdade de expressão é um mito para quem vive no Brasil, especialmente nas favelas. Ao ler as entrevistas e ao chegar quase ao término deste trabalho, refleti sobre o meu lugar de fala como moradora da Maré, jornalista, e enquanto uma das comunicadoras ameaçadas ao longo dos dez anos dos megaeventos no Rio, somando-se 11 ameaças e censuras à minha função e profissão, além de ter sofrido expulsão da Maré pelo exército durante 2014. Pergunto-me, então, se a não garantia de direito à liberdade de expressão tem a ver com a disputa de narrativa. No entanto, neste momento da pesquisa, a minha tentativa foi a de argumentar sobre a disputa de narrativa na mídia comercial e na mídia comunitária.

Na Maré, os comunicadores tomaram as praças, fizeram manifestações, levantaram cartazes, tentaram ocupar as ruas e escrever textos sobre as violações. Sem dúvida, foi uma tentativa de disputa de narrativa, de notícias, de apresentar os problemas que eles estavam enfrentando, sofrendo em tempo de megaeventos com o extermínio da população empobrecida. Também foi uma forma de questionar por que a favela estava sofrendo aquilo tudo. Por que o espaço favelado foi controlado, cercado de tanques, e teve suas escolas invadidas pelos soldados? Por isso, a necessidade de apresentar uma versão diferenciada dos fatos em todos os espaços: ruas, jornais, redes sociais, etc⁴⁷.

Diante disso, é possível afirmar que a disputa de narrativa produzida pelos comunicadores mareenses era uma disputa pelo direito à vida. Era uma busca pelo direito de permanecer e circular pela favela e pela cidade quando noticiavam as violações, quando tentavam atravessar as fronteiras midiáticas para mostrarem parte do que ocorria ali, dentro das favelas, ao contrário do que as mídias comerciais do Rio e de todo o Brasil narravam ao afirmarem que a presença do exército não comprometia em nada a vida mareense.

Com frequência, a mídia subestima ou ignora as desigualdades fabricadas pelo capitalismo, estreita espaço para visões dissonantes e procura neutralizar o contraditório –

47 “Essa é uma comunicação que tem uma via de mão dupla, resultante de um processo não autoritário, em que os destinatários são ativos na comunicação e não objeto. Para isso, há uma troca efetiva entre emissores e receptores, o que diminui a distância entre esses dois pontos. Essa comunicação surge da compreensão de que os meios de comunicação tradicionais não são os únicos veículos com poder de comunicar, ou seja, não deveriam ser a única fonte de informação sobre as periferias. Apesar de se utilizar de meios mais tradicionais, como cartazes, boletins impressos e jornais, não excluem os avanços tecnológicos”. (CARREGAL, *apud* SANTIAGO, 2016 p. 46)

principalmente se o contraditório se opõe à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais. (MORAES, 2011, p. 145).

Estudiosos do tema da comunicação social afirmam que “comunicação é poder”, por isso, hoje, no Brasil, ela está concentrada nas mãos de sete famílias ricas. Por esse motivo, esta é uma das bandeiras de luta e de disputa ideológica dos movimentos sociais, na briga pelo direito à comunicação no país. Estas mídias comerciais no país exercem o poder de ditar regras, de fazer com que a sociedade não tenha outras formas de comunicação e, com isto, não consiga ter acesso ao que ocorre nem mesmo dentro da sua localidade.

As mídias comerciais presentes no Brasil obedecem a uma linha ideológica que é a de manutenção das ideias, das narrativas do capital, com o objetivo de manter a ordem, ao contrário das mídias comunitárias, que se dedicam a mobilizar pensamentos, ideias e práticas sobre a sua própria realidade. Por isso, ter formas de narrativas comunitárias tentando e mostrando outras visões de uma realidade empobrecida e violada era e é tão ameaçador para a manutenção da ordem dos poderes estatais presentes na Maré.

As corporações de mídia e entretenimento exercem um duplo papel estratégico na contemporaneidade. O primeiro diz respeito à sua condição peculiar de agentes operacionais da globalização, do ponto de vista da enunciação discursiva. Não apenas legitimam o ideário global, como também o transformam no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas. (MORAES, 2004, p. 187)

Para quem queria exercer a função de comunicar e mobilizar contra os megaeventos na cidade e contra o exército na Maré, passou a ser desafiador, ameaçador e perigoso ir contra os modelos vigentes, contra as narrativas já estabelecidas na sociedade do capital, ainda mais quando se espera a vinda de grandes empresas para todo o país e, principalmente, para a cidade do Rio de Janeiro.

3.3 A censura não foi ‘por acaso’ - Ela é parte da ação de governo, um plano histórico

Era época de realização dos grandes eventos esportivos no país. A cidade do Rio de Janeiro foi a que mais recebeu os impactos dos megaeventos e, conseqüentemente, a que mais sofreu com as modificações estruturais nos locais mais pobres. Diante disso, comunicadores se organizaram para denunciar as violações sofridas ou que já esperavam sofrer diante dos planos governamentais que eram veiculados nas mídias. Eles não ficaram parados.

Organizavam-se, realizavam reuniões com jornalistas nacionais e internacionais que vieram para a cidade cobrir os megaeventos. Captavam imagens, se articulavam com organizações nacionais e internacionais para conseguirem equipamentos. Produziram vídeos, matérias e artigos com denúncias, realizaram coletivas de imprensa, promoveram oficinas e debates em favelas, escolas, universidades. Foram ao longo dos anos se preparando para a disputa de ideias e para questionar a narrativa do que já estava dado nas mídias comerciais: a imagem de uma cidade bela e preparada para receber os jogos.

Por isso, é possível afirmar que a censura foi algo planejado quando se tem neste período uma mobilização interna nas e das favelas, com atos, manifestos, além da produção de conteúdo contra as violações, como citado acima. Lembrando que neste período o tema das favelas chegou aos movimentos do asfalto e com grande força. As notícias das grandes violações ocorridas nas favelas passaram a ganhar outros espaços: escolas, universidades, praças públicas, redes sociais, organizações de direitos humanos, etc. Os favelados e os comunicadores atravessaram os muros para mostrar uma outra realidade daquela cidade que sempre foi vitrine do país, um outro lado de uma cidade conhecida mundialmente por seus cartões-postais e que recebe turistas durante todo o ano.

Os jornais comerciais, durante os megaeventos, faziam com que a população carioca mantivesse grande a expectativa sobre os jogos com a chegada de mais turistas, mais empreendimento, mais empresários, mais obras e investimentos.

Imagem 32 - Imagem de reportagem sobre Copa do Mundo



Fonte: Site *Empreendimentos Esportivos*, 2013.

Imagem 33 - Imagem de reportagem sobre Copa do Mundo

Cultura

Artesanato brasileiro ganhará destaque durante a Copa

Economia Criativa

Fonte: Site *Empreendimentos Esportivos*, 2013.

Imagem 34 - Imagem de reportagem sobre Copa do Mundo

MARKETING

Copa do Mundo se torna vitrine para o marketing esportivo no Brasil

Com investimentos de R\$ 143 bilhões, competição cria oportunidades e traz chance para o Brasil apostar mais no esporte e impulsionar profissionalismo

Por **Fernanda Salem**

🕒 21 nov 2011, 11h24

Fonte: Site *Marketing*, 2014.

Moradores desta cidade chegaram a acreditar que ela teria benefícios nas partes estruturais e que haveria, assim como prometido pelos governantes, as melhorias esperadas nos direitos básicos como: moradia, saúde, educação, transporte, lazer, dentre outros. Mas, o que ocorreu foi a retirada de grande parte desses direitos. Não por acaso, inúmeros protestos ocorreram por toda a parte. 2013 foi o ano de auge deles. Fato é que a repressão nos espaços favelados sempre foi algo contínuo, ou seja, a criminalização da pobreza já é uma prática estatal.

É histórica a prática do governo brasileiro, do governo estatal e da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro de realizar qualquer ação na favela com o olhar de marginalização. Qualquer direito pensado para este espaço é pautado pelo olhar de criminalização da pobreza. A mídia comercial, como mostrado nas imagens acima, veiculava uma cidade que daria certo com a chegada dos megaeventos.

Há alguns anos, é utilizado pelos governantes o falso discurso de guerra às drogas, justificando qualquer retirada de política pública em troca de controle e terrorismo do próprio Estado. A tal ‘guerra às drogas’ faz com que o Estado pratique qualquer ação ‘fora da lei’ ou no ‘uso da lei’ para criminalizar a população pobre, com o objetivo de controlá-la. O uso do discurso da ‘guerra às drogas’ enriquece os governantes e os ricos, e massacra cada vez mais o povo pobre. Por isso, este discurso vem sendo utilizado ano após ano.

O sucesso da guerra às drogas foi fazer as pessoas acreditarem que um grupo está mais propenso à criminalidade que outro. E também teve sucesso ao fazer com que esse mesmo grupo acreditasse nisso. Quando nós falamos de drogas, por algum motivo nós deixamos de lado a nossa racionalidade para acreditar que esta é uma realidade exclusiva dos pobres, dos negros. Isso não faz sentido, exceto se você pensar que a guerra às drogas é um mecanismo de manutenção da hierarquia racial da qual a sociedade depende. (A GUERRA, 2016)

Quando se conferem as contas estatais, percebe-se que, nos últimos anos, os governantes gastaram mais dinheiro para controle dos corpos negros e pobres do que para a garantia do direito à vida favelada. Gastos em segurança pública no Rio são muito maiores do que os gastos sociais.

Como a vida na favela sempre foi criminalizada pelo Estado, não seria diferente na relação com a comunicação comunitária. Isso porque, no momento de grande veiculação de uma imagem de cidade “preparada” para receber os megaeventos, esta comunicação comunitária apresentou um olhar crítico sobre os megaeventos e sobre os impactos nas favelas. Podemos concluir, então, que a criminalização e a censura aos meios de comunicação comunitária nascidos dentro das favelas são práticas planejadas e organizadas pelos poderes estatais.

O que nos permite ainda afirmar este planejamento da censura aos comunicadores é a existência de matérias e depoimentos de moradores afirmando que na Maré, para a entrada do exército, os soldados e comandantes fizeram visitas constantes aos espaços de atuação dos comunicadores em 2014 e 2015. Durante mais de um ano foi realizado junto às organizações e associações de moradores da Maré o ‘Café com o Bope’, além de reuniões semanais com o exército e outras forças de segurança na preparação do local para a chegada do exército. Lideranças locais, como coordenadores de organizações internas da favela, além dos 16 presidentes das associações de moradores, se faziam presentes nestas reuniões.

E, há mais de um ano, temos feito reuniões com representantes da PM, do Bope, do Centro de Operações Especiais (COE). Quando foi feita a campanha da abordagem policial, procuramos o Beltrame. Sempre houve tentativa de estabelecer um diálogo. Não fazemos um

trabalho de contestar por contestar. Buscamos atuar nesse campo para diminuir a violação em cima dos moradores de favela. Não adianta só a entrada da PM. O direito à segurança prevê também o acesso à Justiça. (PACIFICAÇÃO, 2014)

Ou seja, é perceptível que, além de todo o espaço da Maré ter sido mapeado, todas as lideranças locais e de resistência também o foram. O plano do exército, nunca divulgado, foi bem preparado e estudado para fazer valer a lei dos poderes estatais durante um ano e cinco meses. E, para se fazer valer a lei, foi utilizada a inconstitucionalidade para “manter a cidade sob controle” e não aparecer as violações e todos os problemas ocasionados pelos próprios governantes nas favelas, afinal, era época de realização da Copa do Mundo.

A inconstitucionalidade se fez presente quando, neste período na Maré, o exército atuou com o uso da Garantia de Lei e Ordem, a GLO, utilizada apenas no período da Ditadura Militar. Pode-se dizer que, assim como as remoções e assim como os assassinatos nas favelas, a censura era outro plano estatal para que os problemas não fossem veiculados e denunciados. Ou seja, para que não aparecesse para o mundo o que as favelas estavam sofrendo com a realização dos megaeventos na cidade.

O estado de exceção coloca-se no limite da ordem e do direito; ele define os limites que (des)velam os fundamentos políticos da ordem e a legitimidade de qualquer direito. As medidas excepcionais encontram-se numa situação paradoxal já que elas não podem ser apreendidas nem compreendidas plenamente no plano do direito por sua própria condição de excepcionalidade, caso contrário não seriam excepcionais. Por isso o estado de exceção criou-se como forma legal daquilo que não pode ser legal. Tenta legitimar aquilo que não tem legitimidade jurídica, ou seja, a exceção, e como consequência a arbitrariedade de quem decide a exceção. (RUIZ, *[online]*, 2017)

A inconstitucionalidade do governo brasileiro tentou silenciar e silenciou quem denunciava as violações na Maré se valendo de um plano estratégico de comunicação com visitas aos espaços públicos das favelas, diálogos com lideranças locais, além da tentativa ostensiva de provar ser um ‘Exército Amigo’ quando divulgava áudios pelas ruas nos tanques e jipes dizendo que era preciso que os moradores denunciassem os ‘criminosos’ e que o ‘Exército brasileiro estava ali para protegê-los’.

Ou seja, era mais uma tentativa de aproximação aos moradores, diferenciando os corpos ‘bons’ e ‘maus’. E, subjetivamente, isto fazia com que os moradores da Maré, no geral, pensassem que a culpa dos tanques estarem ali era dos corpos ‘maus’, assim definidos pelo discurso da ‘guerra às drogas’. Essa é mais uma linha de pensamento que a comunicação comunitária abomina e denuncia, pois o discurso que a mídia comunitária defendeu naquele

período, e ainda defende, é o de que a favela sofre a criminalização da pobreza, sendo a violência fruto principalmente da falta de direitos cometida pelo Estado.

Há uma tentação dos Estados em deslocar as medidas provisórias e excepcionais para técnicas de governo. Enquanto as medidas excepcionais se tornam mais habituais, a exceção tende a ser normal, a tornar-se norma. O uso constante da exceção como forma de controle das vidas “perigosas”, torna-a uma técnica política de governo da vida humana amplamente utilizada pelos Estados modernos.(RUIZ, [online], 2017)

Diante disso, é possível perceber como estratégias utilizadas pelo próprio Estado naquele momento os discursos de aproximação à população, de diferenciação de um grupo com relação a outro, além da culpabilização desta mesma população pela realidade em que é obrigada a conviver. Tais estratégias, naquele período, eram denunciadas pelos comunicadores, sendo uns dos principais tópicos da disputa de narrativa dentro e fora da favela.

Nos oprimidos políticos opera um estado de exceção de direito que suspende os direitos fundamentais por decreto de uma vontade soberana e reduz sua vida a uma mera vida nua. Contudo, nos excluídos sociais opera um outro tipo de exceção que é muito mais paradoxal e como consequência mais difícil de captar. O excluído social sobrevive privado de direitos fundamentais. Sobre ele se abate um estado de exceção de fato, pois está privado de direitos básicos que reduzem sua vida a uma sobrevivência muitas vezes indigna que, em muitos casos, simplesmente o conduz diretamente para a morte. A vida do excluído é uma vida nua, um *homo sacer* reduzido, em diversos graus, à sobrevivência indigna e, em muitos casos, a uma morte certa. (Pensemos nas milhares de pessoas que morrem no Brasil, e cujas mortes poderiam ser evitadas, simplesmente porque não tem o atendimento de saúde necessário.) Na vida destes excluídos “a exceção é norma”. Vivem em um permanente estado de exceção. Às vezes por muitas gerações vêm sobrevivendo numa condição de vida nua, de suspensão de direitos fundamentais que torna sua vida uma vida indigna. (RUIZ, [online], 2017)

Por isso, não se pode achar que a censura, assim como a criminalização dos corpos, não foi algo muito bem planejado dentro da inconstitucionalidade na Maré, em tempos de democracia no Brasil. O próprio Estado violou suas leis para fazer garantir a sua ordem dentro de um único espaço – favelado – historicamente criminalizado, controlado e violado pelos próprios governos.

3.4 Sem liberdade, os meios de comunicação se reinventam

Diante das ausências de qualquer tipo de direito, os comunicadores passaram a ter que recorrer a outras formas de se comunicar com a favela e a cidade. Como vimos, de 2014 para 2015, foram inúmeros os desafios que os comunicadores comunitários de favelas tiveram que enfrentar: censura, intimidação, revista, prisão, expulsão do local de atuação e moradia, visitas nos locais de atuação, exposição da figura do comunicador como uma ameaça para o local, dentre diversos outros problemas já listados nesta pesquisa. Diante disso, foram inúmeras as formas de alternativas e de sobrevivência dos meios de comunicação e dos comunicadores comunitários mareenses.

Além de mostrar as violações sofridas pelas favelas durante os megaeventos, divulgando as mais de 77 mil pessoas removidas nos finais dos jogos, em 2016, os comunicadores também denunciaram a militarização das UPPs nas favelas, as remoções brancas e todos os outros tipos de violações. Aqueles que sofreram ameaças no Conjunto de Favelas da Maré passaram, ainda, a tentar mostrar a censura que sofriam, além de tentar reinventar as formas de comunicação comunitária interna diante de uma alteração no cotidiano da favela.

Durante os megaeventos, comunicadores se organizaram para tornar o tema dos jogos e os impactos nas favelas algo público. Para isso, foram realizadas inúmeras reuniões dentro de organizações de direitos humanos, de sindicatos e espaços diversos dos movimentos sociais. Na Maré, durante e depois de 2014 e 2015, comunicadores passaram a se reunir com organizações de direitos humanos para pedir apoio sobre estratégias de segurança, aquisição de equipamentos, sem contar o apoio institucional com notas, manifestos e cobrança de um número maior de organizações presentes nas favelas para atuarem junto aos comunicadores. Também foram realizadas dezenas de reuniões na tentativa de descobrir as melhores formas de organização dos comunicadores para tratar de locais que estavam vivendo o terrorismo de Estado com a presença do exército.

Uma das ideias que surgiu dessa organização externa foi a de melhorar a troca de informações não só entre comunicadores de uma mesma favela, mas de uma favela ou periferia para outra, fortalecendo assim as articulações e trocando experiências entre eles. O objetivo foi fortalecer a comunicação, a circulação de informações, as experiências e apoiar a atuação do comunicador dentro do seu espaço.

Diante do pedido de socorro com relação à censura, às remoções e ao aumento da militarização, várias organizações internacionais também se fizeram presentes, descobrindo formas de oferecer orientações e melhorar a estrutura técnica de cada meio comunitário ou comunicador de favela. Um exemplo disso foi a vinda da organização Witness para o Brasil oferecendo oficinas de ‘vídeo como prova’ para moradores de diferentes favelas do Rio: Vila Autódromo, Maré, Santa Marta, Cidade de Deus, Chapadão, Jorge Turco, entre outras. Nas oficinas, os comunicadores aprendiam como identificar, por meio da produção de vídeo, placas de carro, nome dos guardas municipais, policiais, soldados que chegavam nas favelas violando direitos. Ou seja, foram oferecidas técnicas de como a comunicação poderia ajudar ainda mais na denúncia.

Após conhecer outras experiências, e com o apoio de organizações nacionais, internacionais e das universidades, comunicadores começaram a se inspirar nas oficinas e cursos de comunicação popular do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), já realizados em muitas favelas e com movimentos sociais, e fizeram outros para aumentar o número de comunicadores locais e fortalecer os meios de comunicação já existentes em outras localidades, como a Maré, por exemplo.

Em um esforço para promover o jornalismo comunitário, Claudia Santiago Giannotti criou um curso de jornalismo direcionado às favelas, no qual moradores interessados podem desenvolver habilidades práticas para relatar sobre suas próprias vidas. Do curso, surgiu o jornal *Vozes das Comunidades*, uma plataforma voltada à publicação do trabalho realizado a cada ano por um grupo de estudantes em uma revista anual, disponível *online*. A plataforma explica que os alunos são “moradores de favelas ou ocupações, militantes sociais diversos, jornalistas, estudantes e demais interessados em construir a comunicação comunitária, aquela que dá voz a quem normalmente não possui espaço nos meios tradicionais [de mídia].”

Do mesmo modo, Gizele Martins desenvolveu o *Favela Fala*, um curso de dois meses sobre comunicação comunitária para moradores da Maré. Ela contesta a ideia que pressupõe que se alguns moradores de favela não conseguem ler, logo não podem se comunicar: “Comunicar-se é um direito humano. *Favela Fala* é um curso que provará como todos podem se comunicar”. (RIBEIRO, [online], 2016)

Os cursos eram feitos de forma gratuita. Os professores eram moradores de favelas e defensores de direitos humanos e os assuntos das aulas eram escolhidos de acordo com as necessidades locais, técnicas e ideológicas. Alguns dos temas eram: Racismo; Direitos Humanos; O que é Comunicação; Linguagem; Redação; Técnicas de vídeo, de Rádio; Mídia impressa; O que é Favela; História da Maré ou da favela local etc.

Imagem 35 - Site do *Jornal O Cidadão*

Inscrições abertas para curso de Comunicação Comunitária na Maré

01/03/2016 Redação Notícias

Estão abertas a partir de hoje (1º) até 31 de março as inscrições para o quarto Curso de Comunicação Comunitária do Jornal O Cidadão. Todas as aulas serão gratuitas, com lanche incluso, e ocorrerão todo sábado, das 13h às 17h, no Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Ao final do curso, participantes receberão certificado. As inscrições podem ser feitas no site do jornal, [aqui](#). Podem participar pessoas de todas as idades, gêneros (ou sem gênero), raças e origens, interessadas em aprender uma comunicação social voltada para os direitos humanos.

Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Imagem 36 - Site do *Jornal O Cidadão*

UFRJ oferece curso de comunicação comunitária para moradores da favela



O Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) e o Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (Soltec/UFRJ), em parceria com os moradores do conjunto de favelas da Mare, realizará em junho e julho deste ano o curso de Comunicação comunitária direcionado especialmente os aos moradores do local.

Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Assim como na Maré, cursos de comunicação comunitária nasceram em outras favelas. Todos eles organizados e formados por comunicadores de diferentes regiões do Rio. Como forma de dar visibilidade às violações sofridas por serem moradores, além de censurados por tentarem veicular essa situação, alguns passaram a ter como estratégia a circulação em universidades, escolas e movimentos para falar da falta do direito de se comunicar, diminuindo a atuação interna e fazendo a difusão das violações para fora da favela. Essa foi uma das saídas para continuar a luta.

Outra alternativa foi a de organizar depoimentos de comunicadores censurados nas mais diversas favelas do Rio e levar estes dados a organizações de direitos humanos, com o objetivo de dar visibilidade ao tema da censura na favela. Buscar auxílio do sindicato dos jornalistas foi mais uma forma de dar apoio aos comunicadores, já que, historicamente, o sindicato nunca reconheceu comunicadores comunitários como parte da profissão de jornalismo pela falta do diploma.

Dessa vez, no entanto, o sindicato estava com um perfil diferente, pois naquela época sua diretoria vinha dos movimentos sociais e defendia a democratização da comunicação. Eram fotógrafos, cinegrafistas e jornalistas de vários setores – mídia comercial, jornais comunitários e sindicais – que tinham o objetivo de representar os interesses de todos os setores da comunicação. Nas ruas, nas universidades, nas redações e favelas, os diretores colhiam depoimentos dos comunicadores sobre censuras, prisões e violações que sofriam em seus locais de trabalho e militância.

Por isso, o próprio sindicato apoiou, produziu notas e um relatório sobre violações a comunicadores comunitários e populares e denunciou essa situação para organizações nacionais e internacionais de direitos humanos.⁴⁸ Além disso, os diretores se reuniam

⁴⁸ "Na véspera da final da Copa do Mundo, fomos surpreendidos pela notícia de que a justiça havia expedido 26 mandados de prisão contra professores, jornalistas, radialistas, midiativistas, entre outras categorias profissionais, além de mandados de apreensão de dois adolescentes. Eles estão sendo indiciados por formação de quadrilha armada, mas na verdade o verdadeiro motivo das prisões foi a participação em manifestações de rua e a articulação de novos protestos para os próximos dias. Ficamos ainda mais indignados ao saber que, entre os presos políticos da vez, está nossa colega Joseane Freitas, radialista da EBC do Rio de Janeiro. Ela e os demais serão encaminhados ao Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu. Diante de uma situação como essa, não se posicionar é sinal de conivência com as arbitrariedades cometidas. Por isso, exigimos que a Empresa Brasil de Comunicação preste todo o apoio necessário à sua funcionária e também à família dela. De nossa parte, Jose pode contar com toda a solidariedade e apoio. Esperamos que ela possa estar de volta ao nosso convívio no menor tempo possível.

Desde junho do ano passado, a participação em protestos de rua tem motivado uma série de prisões arbitrárias em todo o país. Mais uma vez, nessa espécie de AI-5 padrão FIFA em que estamos vivendo, o direito a livre manifestação é violado, o que consideramos extremamente grave. O Estado democrático de direito está ameaçado. O que vivemos é um verdadeiro estado de exceção.

constantemente com os comunicadores comunitários e populares do Rio. Essa nova postura do sindicato fez aumentar a visibilidade para o tema dos comunicadores comunitários que historicamente sofrem com a censura, com a autocensura, com a falta de verbas e de equipamentos, dentre diversos outros problemas. Essa proximidade como sindicato também abriu um diálogo, mesmo que pequeno, com jornalistas dos meios comerciais e estudantes de comunicação das mais variadas universidades do Rio. O contato com os jornalistas por meio do sindicato fez aumentar as ideias e a cobertura de outras mídias populares, mídias comerciais e internacionais dentro das favelas. Jornalistas passaram a circular ainda mais pelas favelas e periferias que estavam sendo violadas para a realização da Copa e de outros megaeventos. Ou seja, o contato dos movimentos sociais, das favelas e dos comunicadores locais com comunicadores de fora fez aumentar a visibilidade para o que tantos os comunicadores quanto a favela estavam sofrendo naquele momento.

Um dos grupos que recebeu e apoiou os comunicadores comunitários de favelas e começou a se articular com estes foi a Renajorp⁴⁹, formado por jornalistas e comunicadores populares que começaram a organizar reuniões mensais, a circular pela cidade e pelas favelas junto aos comunicadores, além de apoiar com estruturas físicas, com recursos técnicos e com

Todo o processo de preparação das cidades brasileiras para sediar a Copa do Mundo foi marcado por violações dos direitos humanos mais básicos, com direito a remoções forçadas, prisões arbitrárias, violência policial e todo tipo de ataque à liberdade de expressão e manifestação. Nós, como funcionários de uma empresa de comunicação pública, consideramos este um cenário absurdo. Esperamos que nossos veículos cumpram o papel que caberia a qualquer meio de comunicação, mas ainda mais a nossos canais públicos, de informar com seriedade e transparência sobre as arbitrariedades e falsidades que tentam forjar neste caso ao transformar manifestantes em perigosos bandidos e históricos objetos de luta, como jornais e panfletos, e mais recentemente de proteção, como máscaras antigás, em “provas do crime”. O empenho em cobrir o caso em profundidade deve se tornar ainda mais latente quando temos uma colega envolvida. Se estivesse livre, certamente estaria fazendo coro conosco, defensora que é do papel público de nossos veículos e de uma sociedade mais justa. Arbitrariedades como essa vão na contramão da democracia, consolidada no Brasil às custas do sangue de muitos que tombaram em tempos de triste memória da História recente do país”. (JORNALISTAS.ORG, 2014.)

Assinam a nota Comissão de Empregados da EBC e Sindicatos dos Jornalistas e Radialistas do RJ, DF e SP,

49 “Quem somos: Carta de princípios da Rede Nacional de Jornalistas Populares, Rio de Janeiro, julho de 2005. A RENAJORP - Rede Nacional dos Jornalistas Populares – É uma articulação de jornalistas descentralizada, sem hierarquia, articulada em nível nacional e organizada de forma horizontal. Tem como objetivos:

1. Dar suporte técnico na área da comunicação aos movimentos sociais em observação ao código de ética dos jornalistas e à legislação vigente.
2. Fortalecer a imprensa alternativa, popular e aquela produzida pelos movimentos sociais. Esta é a imprensa que cobre os temas que dizem respeito aos trabalhadores e que são de interesse de sua classe.
3. Apoiar os comunicadores populares e as atividades por estes desenvolvidas.
4. Ser parte atuante da luta geral destes movimentos por mudanças políticas e econômicas no nosso país que gerem mudanças na trágica qualidade de vida do trabalhador brasileiro”. (RENAJORP [online], 2005)

contribuições financeiras. Essa passou a ser uma aliança de fortalecimento aos comunicadores comunitários e às favelas.

A assessoria de imprensa passou a ser uma das ferramentas deste contato entre comunicadores, movimentos sociais, jornalistas e organizações de direitos humanos. Foram inúmeras as coletivas de imprensa feitas com o protagonismo dos moradores de favelas violados pelos poderes estatais. Releases para as mídias nacionais e internacionais foram disparados a cada vez que alguém era assassinado na Maré ou em outra favela militarizada, ou a cada vez que houvesse uma ameaça de remoção cometida pela prefeitura.

Reuniões com advogados populares junto a comunicadores comunitários, populares e jornalistas passaram a ser feitas para aumentar a visibilidade das violações sofridas dentro das favelas. O apoio jurídico começou a dar suporte para resistir às censuras nas favelas e para outros tipos de violações sofridas, pois os comunicadores e outros atingidos por essa prática passaram a se basear nas leis para fazer cobranças ao Estado dito democrático. Com reuniões, trocas de experiências, coberturas dentro das favelas violadas e produção de cursos, oficinas e debates sobre o tema da militarização, da censura, das remoções, do racismo e dos megaeventos nas favelas e em toda a cidade, a produção de materiais para que os comunicadores melhorassem a atuação interna na favela foi apontada como uma preocupação. Com diversos apoios, a produção de material impresso passou a ser feita e ajudou bastante na luta interna das favelas, na circulação de conhecimento e na troca de experiência entre os comunicadores e entre eles e a favela: cartilhas sobre direitos humanos, guias de segurança na rede e apostilas sobre comunicação comunitária foram algumas destas produções. Nestes materiais, a preocupação com a linguagem, com as imagens, com os títulos, matérias e todo o conteúdo era sempre colocada em discussão, já que era preciso um cuidado com a não reprodução de linguagens que costumam criminalizar o público de favela.

Imagem 37 – Redes de mídia comunitária



Colaboramos com coletivos de ativistas e organizações de direitos humanos para que o vídeo seja usado como ferramenta para exigir justiça e responsabilização pela violência policial no Brasil. De acordo com as estatísticas oficiais, duas mil pessoas são mortas por policiais brasileiros a cada ano. No entanto, muitos acreditam que o número verdadeiro seja significativamente maior por falta de um monitoramento confiável das denúncias.

Fonte: Página *Witness*, 2015

Imagem 38 – Como filmar a violência policial na favela com celular



Fonte: Página *Witness*, 2015

O contato dos comunicadores com as organizações de direitos humanos fez ainda com que juntos procurassem estratégias de sobrevivência local e de segurança, tanto nas redes quanto física. A Justiça Global produziu cartilhas sobre estratégias de segurança para defensores de direitos humanos, elegendo os comunicadores comunitários de favelas como um desses principais grupos⁵⁰.

A articulação com os movimentos sociais fez aumentar a importância da luta ideológica, mostrando que a luta é anticapitalista e antirracista em nível local, estadual, nacional e internacional. Fez com que houvesse, ainda, uma produtiva troca entre assuntos que antes não dialogavam. Por exemplo, comunicadores comunitários de favelas passaram a pautar mais a questão do direito à terra dentro da favela, mostrando que as lutas são parecidas e pelo mesmo objetivo.

A questão de gênero passou a ter outro destaque nos meios comunitários de favelas. A importância de se relacionar, por exemplo, o impacto da militarização na vida das mulheres da Maré depois da chegada do exército passou a ser percebida com mais atenção⁵¹. Com isso, as violações sofridas por esse público passaram a ser denunciadas também. Há que se destacar, ainda, a luta internacional contra a militarização e a questão racial⁵², pois muitos destes comunicadores passaram a circular não só pela cidade e por outras favelas, mas, também, por outros estados e países, trazendo outros tipos de conhecimento de lutas por garantias de diferentes direitos, sendo o principal deles o direito à vida.

⁵⁰ Para mais informações ver: Guia de Defensores de Direitos Humanos da organização Justiça Global. Retirado do site da Justiça Global, dia 20 de abril de 2018: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/09/guia-DDHs-final.pdf>

⁵¹ “A violência vitima as mulheres, principalmente as negras e periféricas. São elas as principais atingidas no estado por crimes como lesão corporal dolosa (63,8% das vítimas), violação de domicílio (69,4%), ameaças (65,4%) e até supressão de documento (59,5%). Isso sem mencionar a escalada de violência sexual. Foram 4.013 mulheres vítimas de estupro no Estado do Rio somente em 2016. Os dados foram divulgados pelo ISP. A situação é cada dia mais dolorosa para quem é reprimido e reprimida por fuzis, invasões domiciliares, escolas e unidades de saúde fechadas. A militarização do cotidiano da vida – vista por setores privilegiados como solução – precisa ser encarada como é de fato: um massacre para a população negra, favelada e pobre da cidade. Além dessas formas de violência, há também a violência policial contra mulheres, que é muitas vezes escondida”. (PACS.ORG, 2018)

⁵² “É triste e revoltante saber que assim como os palestinos, a vida dos moradores de favelas servem como treino para a fabricação e disseminação de militarização da vida cotidiana. Eles treinam com as vidas, por isso não existe outra alternativa a não ser resistir e denunciar o passo a passo dessa militarização internacional que mata a vida da população que foi empobrecida ao longo do tempo” (PACS.ORG, 2017).

3.5 Comunicação comunitária: É preciso resistir

Diante da censura, os comunicadores mareenses e de outras favelas começaram a melhorar a articulação com outros grupos, seja com outras favelas, seja com movimentos sociais, sindicais, mídias nacionais e internacionais e movimentos internacionais. Na Maré, diante da falta de liberdade de expressão, quando não se podia fazer muita luta interna diante da presença dos tanques de guerra, a saída foi esta, a de circular por outros espaços e buscar fora apoio e respostas para o que ocorria internamente.

E, mesmo este não sendo o meu objetivo principal neste trabalho, decidi terminar a pesquisa mostrando que, mesmo diante das censuras e autocensura, a resistência e a reinvenção são estratégias destes comunicadores para continuarem produzindo comunicação comunitária e difundindo o que vivem, o que vivemos.

Logo após a saída do exército da Maré, em meados de 2015, os comunicadores, tendo passado por situações de opressão, ameaça e desrespeito por denunciarem as violações de direitos dentro da Maré, passaram a pensar em outras formas de comunicação, de linguagem, editoriais e formatos para dentro da própria favela. A tentativa foi a de continuar ou recomeçar um trabalho que, na época do exército, era nulo ou quase que impossível de ser realizado internamente. Foi neste período que nasceram experiências como Maré 0800; Histórias Vivas e o Rolé dos Favelados.

O Maré 0800⁵³, trabalho desenvolvido por comunicadores comunitários moradores da Maré, nasceu no final de 2015 para incentivar e fortalecer a solidariedade local. Na troca de algum objeto, como roupa, brinquedo, livro ou móveis, os moradores que buscam os novos pertences participam de uma conversa sobre algum tema que envolva a favela e os movimentos sociais: gênero, trabalho, identidade, racismo, solidariedade, consumo, política, trabalho etc.

Nestes quase três anos de *Maré 0800*, mais de dez edições já foram realizadas e por diversas favelas da Maré. A cada edição, um público mareense diferente vai até o local pegar objetos e levar doações. As atividades são realizadas uma vez por mês e contam com mais de 200 pessoas a cada edição.

⁵³ Para mais informações ver: Livraria 0800 e Loja Grátis, na Maré, contam com 500 pessoas!, retirado do Blog A Mareense, <https://amareense.wordpress.com/2016/12/13/mais-de-500-pessoas-estiveram-na-livraria-0800-e-na-loja-gratis-n-a-mare/> (30 de abril de 2018)

Maré 0800 - Uma troca solidária, retirado da Página no Youtube do Núcleo Piratininga de Comunicação, <https://www.youtube.com/watch?v=C3ZNOgGXrQU> (30 de abril de 2018)

Imagem 39 - Blog *A Mareense*

Livraria o800 e Loja Grátis, na Maré, contam com 500 pessoas!

ON 13 DE DEZEMBRO DE 2016 / POR A MAREENSE
/ EM ARTIGO, COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA, FAVELA



Loja Grátis e Livraria 0800 (Foto: Filipe Cordon)

Fonte: *A Mareense*, 2016

Mais de 500 pessoas estiveram presentes na terceira edição da 'Loja Grátis' e da 'Livraria 0800', na Maré. A atividade foi realizada no sábado, dia 19 de novembro de 2016.

Durante toda a tarde, livros, roupas, bolsas, dentre inúmeros outros objetos foram distribuídos para

A falta de sustentabilidade é sempre um outro fator a ser considerado nas dificuldades enfrentadas pelos comunicadores comunitários. Por isso, a reinvenção dos formatos de comunicação é constante também. O Histórias Vivas nasceu de uma ideia de curso já realizado e organizado há alguns anos por professores da Uerj e da Puc-Rio. De uma articulação destes com os comunicadores comunitários, surgiu a ideia de produção de um curso sobre a história das favelas com um valor um pouco mais acessível ao público pobre e periférico.

Desde então, já foram realizadas três edições deste curso. As aulas alternavam entre o asfalto e a favela. Os professores convidados foram os mesmos do curso já realizado pela Puc-Rio. O diferencial foi a participação de professores 'crias' de diferentes favelas do Rio, mostrando suas 'Histórias Vivas' e suas pesquisas. Nas três edições já realizadas, foi alcançado o número de mais de 200 pessoas.

Imagem 40 - *Blog A Mareense*

2ª edição: Histórias Vivas – O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro

Fonte: Blog *A Mareense*, 2017.

Com o mesmo objetivo da troca de ideias, de comunicar a história das favelas e de denunciar as violações ocorridas durante os tempos de megaeventos, tanto para os favelados da Maré, quanto para o público externo, nasceu, dentro do curso *Histórias Vivas*, o *Rolé dos Favelados*⁵⁴. O Rolé é um passeio dentro das favelas cariocas, um trabalho de guia turístico feito de forma crítica, com narrativa, linguagem e objetivo completamente diferentes dos que existem espalhados pela cidade do Rio de Janeiro.

Imagem 41 - *Blog A Mareense*

Fonte: Página do Facebook do Rolé dos Favelados, 2017.

⁵⁴ Para mais informações ver: O Rolé dos Favelados e a história da Providência, matéria retirada do site da ANF, Matéria de [Karine Ferreira](#), publicada dia 22 de janeiro de 2017: <http://www.anf.org.br/o-role-dos-favelados-e-a-historia-da-providencia/> (30 de abril de 2018)

Estas são iniciativas que nasceram depois do caos na cidade e nas favelas. Surgiram em um momento em que não se viam saídas para continuar a luta contra a militarização, as remoções e as censuras. Nasceram no momento em que as opressões fizeram muitos comunicadores pararem de falar e escrever. A partir da articulação com outros comunicadores, organizações, movimentos e universidades, no entanto, foi possível achar meios de se continuar um trabalho necessário contra as criminalizações.

Estes comunicadores estão até hoje realizando estas últimas três atividades citadas, fora as outras formas de articulação apresentadas ainda neste último subcapítulo. É importante ressaltar que os objetivos delas continuam os mesmos: mostrar o histórico de favelas a partir da voz de um favelado; denunciar as violações sofridas dentro das favelas por causa da realização dos megaeventos; mostrar como elas estão após estes acontecimentos; como está a luta dos comunicadores dentro e fora das favelas e o que eles estão criando como ferramentas e alternativas no dia a dia após as censuras, ameaças e criminalização da pobreza. É a favela, a periferia, os de dentro reinventando a sua própria forma de comunicação e lutando pelo direito de se expressar.

CONCLUSÃO

Diante de todos esses relatos, casos, dados, entrevistas, e de todo esse histórico do que vem acontecendo nas favelas cariocas nos últimos anos, é preciso que a sociedade questione a forma com que os governantes, com o apoio das suas forças armadas, trataram e ainda tratam as favelas. Como vimos, os comunicadores comunitários apresentavam, em suas reportagens, artigos, falas, rodas de conversas, debates e postagens, denúncias das arbitrariedades cometidas pelo próprio Estado, que estava mais interessado em realizar os jogos.

Toda a sociedade necessita questionar as prioridades dos governantes. Estes querem apenas a manutenção do poder estatal, e, por isso, controlam as vidas das formas mais cruéis possíveis. Com a população sabendo disso, não é possível que se aceite uma realidade como essa, não é possível que tenhamos mais tanques de guerra do que qualquer outro direito em nossas favelas. Digo isso porque, em 2014 e 2015, tivemos na Maré um soldado para cada 55 moradores. Por outro lado, ao longo da minha vida, nunca tive, ou melhor, nunca tivemos um professor ou um médico para cada 55 moradores.

Precisamos cobrar que o Estado, independente dos governos que entram ou saem, garanta direitos de igual modo para todos e todas. É preciso reforçar que garantir direitos não é oferecer tanques, mas sim garantir educação, moradia, saúde e cultura. Não é retirar, com a militarização, cada direito já conquistado pelos próprios moradores das favelas cariocas nestes mais de 100 anos de muita resistência e construção diária de sobrevivência em uma cidade e em um país marcados pelo racismo e exploração.

Fatos, como a censura da comunicação comunitária, mostrados nesta pesquisa não podem ser um dado aceitável em um país que se diz e vende uma imagem de ser democrático. Não é possível aceitar que comunicadores comunitários sejam ameaçados de morte, censurados e até expulsos de suas casas por denunciarem o impacto da militarização nas suas próprias vidas.

As perguntas que cada um precisa fazer são: por que não se pode denunciar fatos como esses? Por que não se pode falar sobre uma realidade completamente diferente da dos que vivem no asfalto? Por que não se pode denunciar o genocídio dos negros e indígenas, o extermínio no campo? Por que não falar da exploração da mão de obra como no nordeste e norte do país? Não se pode comparar as realidades e as dores com outras favelas, estados,

países? Que país é esse que diz garantir a liberdade, mas, como sabemos, democracia e censura não podem caminhar juntas? Não é possível que se proíba o funk, que se reduzam as linhas de ônibus, que se impeça a circulação de transportes alternativos, que se retirem 77 mil pessoas de suas casas, ou que se proíba qualquer outra prática da vida favelada, assim como não é possível censurar quem denuncia todas essas violações⁵⁵.

Ou seja, é inaceitável que se censure comunicadores que apenas relatavam e tentam, ainda hoje, relatar os tiroteios, o aumento dos autos de resistências, o aumento das operações com uso de caveirões aéreos e terrestres, o aumento das negociações do Brasil com países como Israel nas trocas de armas, treinamentos e todos os outros aparatos de controle e militarização⁵⁶.

Eles proíbem, censuram, matam, criminalizam e excluem, mas o recado que também quis passar neste trabalho é o de que, historicamente, este povo já resiste a tudo isso. Houve mobilização durante os megaeventos, houve produção de conteúdo durante a Copa do Mundo, houve organização interna e externa da favela a cada violação sofrida. Como demonstrado nos capítulos acima, entre 2014 e 2015, período que é o foco desta análise, pode-se ver que foram produzidas inúmeras matérias, artigos, fotos, vídeos e manifestações de rua. A comunicação comunitária foi um grande agente de mobilização neste difícil período de megaeventos.

A tentativa das mídias internas da favela, independente do seu ano de fundação, do seu perfil e do seu histórico, foi o de, naquela época, gritar, mostrar que a liberdade de expressão estava bem mais longe do que é dito na constituição brasileira (BRASIL, 1988). Essa união nas formas de falar sobre o que estava se passando nas favelas ocorreu porque foi

⁵⁵ “De acordo com o relato das organizações, desde 2009, mais de 77 mil pessoas foram removidas à força de áreas consideradas de alto valor imobiliário. Durante os jogos, seis favelas serão ocupadas pelo exército e eventuais detidos por soldados serão submetidos a tribunais militares, sem acesso a um julgamento civil, como o restante da população”. (CONNECTAS [online], 2016)

⁵⁶ “Exemplo de como essas tecnologias de guerra chegam ao sul global é o uso de armas específicas de repressão a manifestações. No Rio, em março de 2013, uma arma sônica, que causava dores nos ouvidos, foi usada contra os indígenas que se recusavam a deixar a Aldeia Maracanã. Em março de 2016, foi a vez de a polícia militar de São Paulo usar, pela primeira vez, blindados israelenses para reprimir manifestantes. Momentos como a feira LAAD, organizada de dois em dois anos, são ocasiões-chave para a troca de informações e tecnologias globais de repressão, assinala Maren. Uma olhada na programação do evento—restrito a profissionais do setor—ajuda a entender na prática o argumento. Palestras sobre “monitoramento de grupos organizados, manifestações e combate a terrorismo e danos ao patrimônio” e discussões sobre o “modelo mundial de integração em segurança pública: Sistema gerencial da Polícia Civil do Rio de Janeiro” integram a grade. “As palavras lindas escondem os intentos: discutir como reprimir os povos, sendo a América Latina um espaço absolutamente central nisso”, aponta Maren”. (PACS.ORG, 2016)

tamanha a violação que, mesmo quem não tocava no assunto da segurança pública ou das remoções, acabou falando sobre o tema.

Diante da histórica criminalização dos corpos negros, pobres e favelados, pode-se afirmar que a censura não foi e não é por acaso. Ela faz parte do controle, dos planos governamentais para tudo continuar como está para a minoria rica e elitizada. Fato é que não era permitido, naquela época, mostrar o contrário do que as mídias comerciais afirmavam durante a Copa do Mundo de 2014. Eles apresentavam em seus cartões postais um Rio sem qualquer problema.

Outro dado importante é que a censura e a autocensura da comunicação comunitária ocorreram porque parte dela é criada, defendida e realizada pelos já criminalizados historicamente. O silenciamento já está presente na vida cotidiana destes corpos, afinal, a mídia comercial, esta defendida e financiada pelo próprio Estado, está concentrada nas mãos de poucas famílias do Brasil, famílias estas que não representam estes corpos favelados. Por isso eles divulgam, em suas imagens, áudios e matérias, um Rio de Janeiro que não inclui nem o nosso saber de povo, nem as violações que sofremos. Ou seja, quando não criminalizam, eles romantizam a nossa realidade, nunca demonstrando o que realmente somos, criamos e sofremos, sem qualquer estereótipo.

A tentativa, com toda essa forma de controle, é que estes corpos se caleem, ou nem mesmo tenham a chance de pensar em falar, compartilhar, dividir conhecimentos ou saberes, de relatarem sua dura realidade, de denunciarem o que os governantes cometem às suas vidas. Ou seja, as mídias comunitárias, sem dúvida, foram censuradas porque seguiram ideologicamente a defesa de uma comunicação ética e voltada para a defesa do direito à vida.

Por isso, escolhi o tema da comunicação comunitária para este trabalho, na tentativa de mostrar que, assim como os corpos negro, indígena, nordestino e favelado sofrem com a criminalização da pobreza e o racismo, as mídias criadas por estes grupos também vão sofrer com a criminalização estatal, com a militarização, com a autocensura e a censura.

Ainda tratando do aumento da militarização e de como os comunicadores comunitários ainda sofrem riscos, é importante lembrar que hoje, em pleno 2018, o Rio de Janeiro vive uma intervenção militar estabelecida desde o dia 16 de fevereiro. A convivência obrigatória dos moradores de favelas e periferias com as forças armadas é cada dia mais insuportável. Ela representa prisões, corpos no chão, aumento do número de autos de

resistência, além das remoções, gritos, revistas e todas as outras formas de violações de direitos que cada dia mais vêm aumentando nesta dita cidade maravilhosa.

Diante do aumento da militarização da vida favelada, é preciso que um trabalho como este seja lido, analisado, ouvido pelos movimentos sociais, pelos favelados, pelos corpos violados historicamente. É preciso que seja lido nas escolas, universidades, que ele seja a continuidade da denúncia que todos os comunicadores comunitários aqui já mencionados fizeram e seguem tentando fazer sobre a sua própria realidade.

Imagino que, em tempos de intervenção no Rio, em tempos de criminalização de outros movimentos sociais, de perseguição e até de assassinatos aos defensores de direitos humanos, assim como ocorreu com a Vereadora Marielle Franco em março deste ano, seja bem difícil que este trabalho não sofra com a censura ou com a tentativa de silenciamento ou apagamento do que estas linhas revelam.

Mas, para que este escrito se fortaleça, é necessário que ele chegue ao seu público-alvo: os comunicadores que resistem, lutam e reinventam as suas formas de comunicar, mesmo convivendo com a presença de tanques, derrubada de suas casas e falta de investimento aos seus meios comunitários. Mesmo que exista, por parte do Estado e de suas forças, a tentativa de silenciamento, censura, autocensura, apagamento das identidades, da memória e de seu histórico de vida.

O Estado necessita garantir a existência dos comunicadores e responder pelos assassinatos desses sujeitos. Ele precisa ser responsabilizado pelo aumento da censura e autocensura. As universidades precisam apoiar os que sofrem com a falta de sustentabilidade, necessitam apoiar com cursos, com equipamentos, com pesquisas. As organizações de direitos humanos precisam voltar cada vez mais os olhos para a realidade desses grupos de defensores de direitos, os comunicadores comunitários, pois eles e seus familiares moram, na maioria das vezes, no local em que trabalham e produzem informação. É necessário fazer denúncias em cada canto do país, pois o número de comunicadores assassinados só aumenta. Precisamos espalhar para o mundo as dores causadas pelo Estado a estes que tentam apenas falar.

A produção de mídias comunitárias como as mencionadas neste trabalho é motivada pela busca de descobrimento, de construção e reconstrução da memória local, além da intenção de relatar o que estes poderes – prefeitura, governo do estado e federal – causam a este público favelado. Comunicar é um direito que deve ser respeitado, garantido, e a censura deve ser exterminada. Mas, para isso, precisaremos de muito apoio da luta popular para vencer um Estado que nunca garantiu qualquer direito a esse público.

REFERÊNCIAS

- A GUERRA. A guerra às drogas é um mecanismo de manutenção da hierarquia racial [online]. *Carta Capital*. s.d. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-as-drogas-e-um-mecanismo-de-manutencao-da-hierarquia-racial> Acesso em: 16 mai. 2018
- ABGLT *et al.* *Entidades denunciam cancelamento de audiência pública sobre violências contra comunicadores* [Nota pública 23 de outubro de 2017]. Brasília: Intervezes, 2017. Disponível em: <http://intervozes.org.br/entidades-denunciam-cancelamento-de-audiencia-publica-sobre-violencia-contra-comunicadores/> Acesso em: 18 fev. 2018
- AGÊNCIA ESTADO. Rio põe barreiras acústicas na frente das favelas. In: *Estadão*, Publicado em: 12 Mar. 2010. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,rio-poe-barreiras-acusticas-na-frente-de-favelas,523193> Acesso em: 20 ago. 2017
- AMADO, Guilherme. Rapper Fiell acusa PMs da UPP do Santa Marta de agressão. In: *Extra*. Rio de Janeiro: Globo, 2010. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policial/rapper-mc-fiel-acusa-pms-da-upp-do-santa-marta-de-agressao-372188.html> Acesso em: 14 ago.2017
- AMORIM, Bruno. Militares nas ruas na Eco92. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 mai. 1992. Disponível em: http://infograficos.oglobo.globo.com/rio/forças-federais-no-rio/militares-nas-ruas-na-eco92-12856.html#description_text Acesso em: 18 fev. 2017
- ANDRE, M. E.D.A. *Etnografia na prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.
- ARTIGO 19. *Relatório: Violações à liberdade de expressão*. São Paulo: Produção da Organização Internacional Artigo 19, 2014. Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2015/05/03/violacoes-a-liberdade-de-expressao-relatorio-anual-2014/> Acesso em: 14 de ago. 2017
- _____. *Impunidade*. São Paulo: s.d. Disponível em: <http://violacoes.artigo19.org/impunidade#header>. Acesso em: 20 jul. 2017
- _____. *Casos*, São Paulo: [s.d]. Disponível em: <http://violacoes.artigo19.org/casos#header> Acesso em: 15 jun. 2017
- ASAD, Talal. ¿Dónde están los márgenes del estado? IN. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, p. 53–62, 2008.
- BASTOS, Isabela e SCHMIDT, Selma. Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012. In: *O Globo*. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura->

removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053#ixzz4VTAG09ce;
<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>.
Acesso em: 14 ago. 2017.

BARROS, Rachel. *Urbanização e “pacificação” em Manginhos*: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. Tese (doutorado) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BECKER, Howard S. *Falando da Sociedade* – Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

BOTTARI, Elenilce. Manifestação na Favela da Maré. *Extra*. Rio de Janeiro: 2009.
Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/manifestacao-na-favela-da-mare-270599.html> Acesso em: 16 mai. 2018

BRUNET, Daniel. Governo lança UPP Social: programa para comunidades do Rio. *O Globo*. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/governo-lanca-upp-social-programa-para-comunidades-pacificadas-do-rio-2963015> Acesso em: 4 set. 2017

CAVALCANTI, Thais. *Entrevista com Thais Cavalcanti*. 04 jun. 2016. Rio de Janeiro, 2016.

CHILDRENWIN. *Dossiê Rio 2015*. 2015. Disponível em: http://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf Acesso em: 15 ago. 2017

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no séc. XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 12 – 38.

CONNECTAS, Direitos Humanos. *Jogos da exclusão*. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/45746-jogos-da-exclusao> Acesso em: 14 ago. 2017

CONJUNTO. *Conjunto de Favelas da Maré*. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <http://jornalocidadao.net/mare/>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CORREIO DO BRASIL. Alerj vai investigar morte de criança na Maré. *Correio do Brasil* Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.correiodobrasil.com.br/alerj-vai-investigar-morte-de-crianca-na-mare/> Acesso em: 14 ago. 2017

DISTRITO FEDERAL. Prefeitura. *Censo das Favelas*. Aspectos Gerais. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*.- 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2014.

FELITTE, Almir. O Brasil offline e democratização da mídia. [online]: *Carta Capital*. 2017. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/03/30/o-brasil-off-line-e-democratizacao-da-midia/> Acesso em: 14 ago. 2017

FELIX, Eliano. Após copa e ocupação militar, política das remoções chega a Maré. *O Cidadão*, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://jornalocidadao.net/apos-copa-e-ocupacao-militar-politica-das-remocoes-chega-a-mare/> Acesso em: 12 fev. 2018

_____. *Entrevista com Felix Eliano*. 11 de maio de 2016. Rio de Janeiro, 2016.

FENAJ (Federação Nacional de Jornalistas). *Relatório 2014: Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*. Brasília: Fenaj, 2015. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2014.pdf> Acesso em: 23 abr. 2018

FERREIRA, Alex; FERREIRA, Jéssica. *Muro da Maré: Muro da Vergonha*. *O Cidadão*, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://ocidadaonline.blogspot.com.br/2010/05/muro-da-mare-muro-da-vergonha_13.html Acesso em: 12 fev. 2018.

FORUM DE JUVENTUDES, do Rio de Janeiro. *Relatório final do projeto militarização das favelas*. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/5008/RELAT_RIO_FINAL_DO_PROJETO_MILITARIZAO_DAS_FAVELAS.pdf Acesso em: 14 ago. 2017

FREQUENTADOR. *Frequentador pede que Museu da Maré permaneça*. Brasil 247: 2014. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/157995/Frequentador-pede-que-Museu-da-Mar%C3%A9-permane%C3%A7a.htm> Acesso em: 14 ago. 2017

GAFFNEY, Christopher. Gentrificação e megaeventos no Rio de Janeiro [on line]. *Observatório das metrópoles*. 2014. Disponível em: http://www.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=797:gentrificacao-e-megaeventos-no-rio-de-janeiro&Itemid=181&lang=pt# Acesso em: 14 ago. 2017

GAFFNEY, Christopher. Entrevista. Megaeventos aceleram processo de gentrificação no Rio de Janeiro. *Carta Maior*, 2015. Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Megaeventos-aceleram-processo-de-gentrificacao-no-Rio-de-Janeiro/38/33273> Acesso em: 14 ago. 2017

GALDO, Rafael.. *Rio é a cidade com maior população em favelas no Brasil. O Globo* Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272/> Acesso em: 14 de ago. 2017.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRANJA, Patrick. Milhares de famílias ameaçadas de despejo no Rio. *A Nona Democracia*, Ano 10, n. 92, jul. 2012. Disponível em: <http://anovademocracia.com.br/no-92/4102-milhares-de-familias-ameacadas-de-despejo-no-rio>. Acesso em: 14 ago. 2017

JORNAL O CIDADÃO [Blog]. *Profile*. Disponível em: <https://www.blogger.com/profile/13361546596232285963> Acesso em: 14 de agosto de 2017.

JORNALISTAS.ORG. *Nota de repúdio às prisões arbitrárias na véspera da final da Copa do Mundo*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://jornalistas.org.br/index.php/nota-de-repudio-as-prisoas-arbitrarias-na-vespera-da-final-da-copa-do-mundo/> Acesso em: 16 mai. 2018

LEITE, Márcia . Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012.

LIFE. Life in Rio’s favela.: *The Guardian*. Londres: 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/gallery/2010/apr/15/brazil> Acesso em: 14 de ago. 2017

LOURENÇO, Naldinho. *Entrevista com Naldinho Lourenço*. 18 de janeiro de 2018. Rio de Janeiro, 2018

MACHADO, Luis. *Afinal, qual é das UPPs*. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles, 2010. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf Acesso em: 9 set 2017.

MAGALHÃES, Alexandre de Almeida. *Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MARÉ. Maré se une pelo fim da violência [online]. In: *O Cidadão*. Rio de Janeiro: 2009a. Disponível em: <http://ocidadaonline.blogspot.com.br/2009/09/mare-se-une-pelo-fim-da-violencia.html> Acesso em: 14 ago. 2017

MARÉ VIVE. Chamada do ato do dia 23 de fevereiro de 2015. *Maré Vive*. Rio de Janeiro: Facebook, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Marevive/posts/a-manifesta%C3%A7%C3%A3o-ser%C3%A1-pacifica-e-n%C3%A3o-teremos-uma-lideran%C3%A7a-formal-nos-organizaremos/808915565810564/> Acesso em: 18 fev. 2018

MARTINS, Gizele. *Megaeventos e Remoções*. Jornal O Cidadão, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://jornalocidadao.net/megaeventos-e-remocoes/c>. Acesso em: 2 jul 2017

_____. Mais uma vítima da injusta segurança pública do Rio de Janeiro [online]. *O Cidadão*. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <http://ocidadaonline.blogspot.com.br/2009/04/mais-uma-vitima-dainjustaseguranca.html> Acesso em: 16 mai. 2018

_____. *Comunicação Comunitária Enfrenta Censura e Ameaças Dentro das Favelas do Rio*. Rio de Janeiro: RioOnWatch, 2015. Disponível em: <http://riononwatch.org.br/?p=16637> Acesso em: 14 ago. 2017.

MEDEIROS, Josinaldo. Entrevista com Josinaldo Medeiros. 03 de maio de 2016. Rio de Janeiro: 2016 Entrevista concedida a Gizele Martins, 2016.

MENDES, Tiago. *Atingidas - Histórias de vida de mulheres na cidade olímpica*. DKA Áustria Pacs, 2016.

MEGAEVENTOS. Comunidades cariocas sofrem com o processo de espoliação urbana [online]. In: *Observatório das metrópoles*. 2011. Disponível em: http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1706%3Aentrevistacomunidadescariocassofremcomoprocessodeespoliacaourbana&catid=43%3Anoticias&Itemid=114&lang=pt# Acesso em: 14 ago. 2017

MILITÃO, Valdirene. *Entrevista com Valdirene Militão*. 14 de maio de 2016. Rio de Janeiro: 2016. Entrevista concedida a Gizele Martins, 2016.

MILIOTTI, Rosilene. *Entrevista com Rosilene Millitti*. 29 de janeiro de 2018. Rio de Janeiro: 2018. Entrevista concedida a Gizele Martins, 2016.

MORADORES, do Horto. Moradores do Horto, Zona Sul do Rio, protestam contra remoção de casas: Manifestação circulou por vias do bairro na noite desta sexta-feira (26). 525 famílias devem ser removidas após nova delimitação do Jd. Botânico. *O Globo*, Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/moradores-do-horto-zona-sul-protestam-contraremocao-de-casas.html> Acesso em: 14 de ago. 2017.

MORAES, Denis. *Vozes Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2011.

OBSCOMCOM. Rádio comunitária Santa Marta [online]. In: *Obscomcom* Rio de Janeiro: s.d Disponível em: <http://obscomcom.org/radcom/radio-comunitaria-santa-marta/> . Acesso em: 14 ago. 2017

OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO. Saiba quem são os magnatas que controlam a mídia mundial. *Observatório da comunicação*. [online] 2015. Disponível em: <http://observatoriodacomunicacao.org.br/clippings/saiba-quem-sao-os-magnatas-que-controlam-a-midia-mundial/> . Acesso em: 14 ago. 2017

PACIFICAÇÃO. Pacificação precisa ter morador como protagonista, diz diretora de ONG da Maré. In: *O Globo*. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pacificacao-precisa-ter-morador-como-protagonista-diz-diretora-de-ong-na-mare-1.1998577> Acesso em: 16 mai. 2018

PACS.ORG. Militarização do cotidiano – um legado olímpico. *Pac.org* Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2018/03/Militariza%C3%A7%C3%A3o-do-Cotidiano-Um-legado-ol%C3%ADmpico.pdf> Acesso em: 16 mai 2018

PIRES, T. *Megaeventos no Rio de Janeiro desafiam o direito à cidade*. Rede Brasil Atual: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/desafiosurbanos/2013/05/megaeventos-no-rio-de-janeiro-desafiam-o-direito-a-cidade-4330.html> Acesso em: 12 jan. 2018

PERUZZO, Cicilia *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RAPAZ. Rapaz de 17 anos é morto com tiro na cabeça no Complexo da Maré. *Rio 24 horas*. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <https://rio24horas.wordpress.com/2009/04/14/rapaz-de-17-anos-e-morto-com-tiro-na-cabeça-no-complexo-da-maré/> Acesso em: 16 mai. 2018

REDE CONTRA VIOLÊNCIA. Nota contra a violência policial: após protestos polícia realiza chacina na Maré [online]. *Rede contra a violência*. Rio de Janeiro: Blog da Rede de Comunidades Contra a Violência, 2013. Disponível em: <http://redecontraviolenca.org/Documentos/903.html> Acesso em: 14 ago. 2017

REDES DA MARÉ. A gente quer lazer, projetos e moradias. *Redes da Maré*. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/blog/uncategorized/a-gente-quer-area-de-lazer-projetos-e-moradias/> Acesso em: 14 fev. 2018

REDES DA MARÉ. Eixos e projetos: O Jornal Maré de Notícias. *Redes da Maré*, Rio de Janeiro: s.d. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/eixoseprojetos/comunicacao/> Acesso em: 14 de ago. 2017

_____. O resultado da ocupação das forças armadas na Maré. Rio de Janeiro: 2017. *Redes da Maré*. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/maredenoticias/2017/07/01/o-resultado-da-ocupacao-das-forcas-armadas-na-mare/> Acesso em: 14 de fev. 2018

RENAJORP. Quem somos. *Renajorp*. Rio de Janeiro: Renajorp.net, 2005. Disponível em: <http://www.renajorp.net> Acesso em: 30 abr. 2018

RIBEIRO, Makayla. *Jornalistas comunitários falam sobre a comunicação comunitária e a mídia na favela* [online]. Site rio on watch, 2016. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=20251> Acesso em: 12 mai. 2018

RIO DE JANEIRO, Por uma cidade mais justa. *Você sabe o que é UPP Social?* [on line] Publicado em: 04 de nov. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/Rio.PorUmaCidadeMaisJusta/posts/voc%C3%AA-sabe-o-que-%C3%A9-upp-socialo-que-%C3%A9-upp-sociala-upp-social-%C3%A9-a-estrat%C3%A9gia-da-pre/211017782404042/> Acesso em: Dia 13 fev. 2018.

ROSE, Claudia. *Entrevista com Claudia Rose*. 15 março de 2018. Rio de Janeiro: 2018. Entrevista concedida a Gizele Martins., 2018

RUIZ, Castor. *O estado de exceção como paradigma de governo*. Disponível em: <https://agambenbrasil.wordpress.com/2017/03/29/o-estado-de-excecao-como-paradigma-de-governo/> Acesso em: 16 mai. 2018

SANTIAGO, Claudia. *Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje*. Rio de Janeiro: 2016.

SE BENZE QUE DÁ!. *"Barreira acústica"?* Barulho é ouvir uma desculpa dessas! 1 vídeo (5 min). Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HX5tyiTD2vg> Acesso em: 14 ago. 2017

_____. *Bloco se Benze que Dá: quem somos*. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: http://blocosebenzequeda.blogspot.com.br/2009/10/quem-somos_657.html Acesso em: 12 fev. 2018

SILVA, Bhega. *Entrevista Bhega Silva*. 9 de janeiro de 2018. Rio de Janeiro: 2018. Entrevista concedida a Anderson Caboi, 2018.

SILVA, Claudia. *Maré: a invenção de um bairro*. [Trabalho de conclusão de curso] Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2122/CPDOC2006ClaudiaRoseRibeirodaSilva.pdf?equence=1s> Acesso em: 18 set. 2016.

SILVA, Rociclei. *Maré: cinco anos sem Mateus*. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/mare-cinco-anos-sem-mateus/> Acesso em: 14 ago. 2017

SOUZA, Renata. *O Cidadão entre a comunicação comunitária e os direitos humanos*. Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-alternativa/o-cidadao-entre-a-comunicacao-comunitaria-e-os-direitos-humanos> Acesso em: 14 mai. 2018

SOUZA, Renata. Entrevista com Renata Souza. 20 março de 2018. Rio de Janeiro: 2018. Entrevista concedida a Anderson Caboi, 2018

SOUZA NETO, Abelardo. *O Emprego da Comunicação Social na Força de Pacificação do Complexo da Maré, Estudo de Caso*. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: http://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20151031_art 006POR.pdf Acesso em: 15 mar. 2018

UPPRJ. *Histórico* [online]. Rio de Janeiro: s.d. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>, Acesso em: 13 de fev. 2018

VALDEAN, Francisco. *Lembranças de juventude perdida na Maré*, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://ocidadaonline.blogspot.com.br/2010/04/lembrancas-de-juventude-perdida-na-mare.html> Acesso em: 14 ago. 2017

VIEIRA, Ramênia. *Liberdade de expressão no Brasil: ainda mais ameaças em 2017*. São Paulo: Intervezes, 2017. Disponível em: <http://www.intervezes.org.br/direitoacomunicacao/?p=30150> Acesso em: 13 fev. 2018

VRAC, Maxwell. *A história da Maré, como tudo começou...* Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21758/21758_6.PDF Acesso em: 13 jul. 2017

WERNECK, Antônio. Presença de militares na maré custa 1,7 milhões por dia. *O Globo*. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/presenca-de-militares-na-mare-custa-17-milhao-por-dia-12601748> Acesso em: 13 de fev. de 2018